

## A EDUCAÇÃO FISCAL COMO TEMA TRANSVERSAL

- CIDADANIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL
- TRIBUTOS (IMPOSTOS, TAXAS, CONTRIBUIÇÕES)
- DIREITOS E DEVERES DO CIDADÃO
- TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL
- DESTINAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS



# Curriculum Prescrito e Curriculum Vivido:

Educação Fiscal entre Discursos Oficiais e Práticas Pedagógicas na Escola Pública

Ednéa Euzébio da Silva



**AYA EDITORA**  
**2026**

# **Currículo Prescrito e Currículo Vivido:**

Educação Fiscal entre Discursos Oficiais e  
Práticas Pedagógicas na Escola Pública

Ednéa Euzébio da Silva

# **Currículo Prescrito e Currículo Vivido:**

Educação Fiscal entre Discursos Oficiais e  
Práticas Pedagógicas na Escola Pública

**Direção Editorial**

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

**Autora**

Prof.ª Dr.ª Ednéa Euzébio da Silva

**Capa**

AYA Editora©

**Revisão**

A Autora

**Executiva de Negócios**

Ana Lucia Ribeiro Soares

**Produção Editorial**

AYA Editora©

**Imagens de Capa**

Google Gemini Pro

**Área do Conhecimento**

Ciências da Humanas

**Conselho Editorial**

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva (UNIDAVI)

Prof.ª Dr.ª Adriana Almeida Lima (UEA)

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza (UCPEL)

Prof.º Dr. Alaerte Antonio Martelli Contini (UFGD)

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos (IFAP)

Prof.º Dr. Carlos Eduardo Ferreira Costa (UNITINS)

Prof.º Dr. Carlos López Noriega (USP)

Prof.ª Dr.ª Claudia Flores Rodrigues (PUCRS)

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria de Genaro Chioli (UTFPR)

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota (IFPI)

Prof.ª Dr.ª Déa Nunes Fernandes (IFMA)

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis (UEMG)

Prof.º Dr. Denison Melo de Aguiar (UEA)

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos (UNIFAP)

Prof.º Dr. Gilberto Zammar (UTFPR)

Prof.º Dr. Gustavo de Souza Preussler (UFGD)

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota (IF Baiano)

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza (UFS)

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso (UNISC)

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão (UFPE)

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski (UTFPR)

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior (UFRR)

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra (IFCE)

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho (UFRPE)

Prof.ª Dr.ª Maralice Cunha Verciano (CEDEUAM-Unisalento - Lecce - Itália)

Prof.ª Dr.ª Marcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina (UEA)

Prof.ª Dr.ª Maria Gardênia Sousa Batista (UESPI)  
Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes (UTFPR)  
Prof.º Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda (UEPG)  
Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes (UFRA)  
Prof.º Dr. Raimundo Santos de Castro (IFMA)  
Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani (UTFPR)  
Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira (IFAC)  
Prof.º Dr. Rômulo Damasclin Chaves dos Santos (ITA)  
Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia (UTFPR)  
Prof.ª Dr.ª Tânia do Carmo (UFPR)  
Prof.º Dr. Ygor Felipe Távora da Silva (UEA)

## **Conselho Científico**

Prof.º Me. Abraão Lucas Ferreira Guimarães (CIESA)  
Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz (UniCesumar)  
Prof.º Dr. Clécio Danilo Dias da Silva (UFRGS)  
Prof.ª Ma. Denise Pereira (FASU)  
Prof.º Dr. Diogo Luiz Cordeiro Rodrigues (UFPR)  
Prof.º Me. Ednan Galvão Santos (IF Baiano)  
Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig (UFPR)  
Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva (HONPAR)  
Prof.º Dr. Gilberto Sousa Silva (FAESF)  
Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues (FASF)  
Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti (UFPR)  
Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim (FASF)  
Prof.ª Dr.ª Lucimara Glap (FCSA)  
Prof.ª Dr.ª Maria Auxiliadora de Souza Ruiz (UNIDA)  
Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa (UniOPET)  
Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch (FASF)  
Prof.ª Dr.ª Rosângela de França Bail (CESCAGE)  
Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens (FASF)  
Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares (UFPI)  
Prof.ª Dr.ª Silvia Aparecida Medeiros Rodrigues (FASF)  
Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda Santos (UTFPR)  
Prof.ª Dr.ª Tássia Patrícia Silva do Nascimento (UEA)  
Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues (IFSC)

© 2026 - AYA Editora. O conteúdo deste livro foi enviado pela autora para publicação em acesso aberto, sob os termos da Licença Creative Commons 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta obra, incluindo textos, imagens, análises e opiniões nela contidas, é resultado da criação intelectual exclusiva da autora, que assume total responsabilidade pelo conteúdo apresentado. As interpretações e posicionamentos expressos neste livro representam exclusivamente as opiniões da autora, não refletindo, necessariamente, a visão da editora, de seus conselhos editoriais ou de instituições citadas. A AYA Editora atuou de forma estritamente técnica, prestando serviços de diagramação, produção e registro, sem interferência editorial sobre o conteúdo. Esta publicação é fruto de pesquisa e reflexão acadêmica, elaborada com base em fontes históricas, dados públicos e liberdade de expressão intelectual garantida pela Constituição Federal (art. 5º, incisos IV, IX e XIV). Personagens históricos, autoridades, entidades e figuras públicas eventualmente mencionadas são citados com base em registros oficiais e noticiosos, sem intenção de ofensa, injúria ou difamação. Reforça-se que quaisquer dúvidas, críticas ou questionamentos decorrentes do conteúdo devem ser encaminhados exclusivamente à autora da obra.

---

S5861 Silva, Ednéa Euzébio da

Currículo prescrito e currículo vivido: educação fiscal entre discursos oficiais e práticas pedagógicas na escola pública [recurso eletrônico]./ Ednéa Euzébio da Silva. – Ponta Grossa: Aya, 2026. 134 p.

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-934-9

DOI: 10.47573/aya.5379.1.444

1. Educação. 2. Tributos – Estudo e ensino. 3. Cidadania – Estudo e ensino. I. Título

CDD: 370.11

---

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

---

## International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora LTDA

### AYA Editora©

**CNPJ:** 36.140.631/0001-53

**Fone:** +55 42 3086-3131

**WhatsApp:** +55 42 99906-0630

**E-mail:** contato@ayaeditora.com.br

**Site:** <https://ayaeditora.com.br>

**Endereço:** Rua João Rabello Coutinho, 557  
Ponta Grossa - Paraná - Brasil  
84.071-150

# Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus, por meio de Jesus Cristo, por ter me concedido saúde, força e sabedoria para a realização deste trabalho. Sou grata, também, aos estudiosos e pesquisadores que dedicaram suas trajetórias à produção do conhecimento científico, cujas contribuições foram fundamentais para a construção desta obra.

Registro meu sincero agradecimento ao professor Dr. Wagner Barros Teixeira, pela orientação cuidadosa, pela paciência, dedicação e profissionalismo demonstrados ao longo de todo o processo de pesquisa e escrita. Tê-lo conhecido e contar com seu acompanhamento foi motivo de grande aprendizado e satisfação.

Agradeço, ainda, à Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar (SEDUC-AM) e à Universidad de la Integración de las Américas (UNIDA), pelo apoio institucional que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa.

# SUMÁRIO

|                                                                                        |           |
|----------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>AGRADECIMENTOS .....</b>                                                            | <b>7</b>  |
| <b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....</b>                                            | <b>10</b> |
| <b>APRESENTAÇÃO .....</b>                                                              | <b>11</b> |
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                | <b>12</b> |
| <b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>                                                      | <b>14</b> |
| Educação Fiscal: Aspectos Históricos Sobre a Origem e Transformações dos Tributos..... | 15        |
| <i>Educação Fiscal pelo Mundo .....</i>                                                | <i>17</i> |
| <i>Educação Fiscal no Brasil .....</i>                                                 | <i>21</i> |
| <i>Amazonas e a História da Educação Fiscal.....</i>                                   | <i>27</i> |
| Educação Fiscal e Cidadania .....                                                      | 29        |
| <i>Conceituando Estado Democrático de Direito .....</i>                                | <i>32</i> |
| Educação Fiscal: Democracia no Ambiente Escolar .....                                  | 37        |
| <i>Educação Fiscal e as Parcerias com Empresas e Instituições no Amazonas.....</i>     | <i>45</i> |
| Formação Inicial e Continuada de Docentes.....                                         | 52        |
| <b>METODOLOGIA .....</b>                                                               | <b>63</b> |
| Tipo de Pesquisa .....                                                                 | 64        |
| Tipo de Método .....                                                                   | 65        |
| Enfoque.....                                                                           | 66        |
| População e Amostra .....                                                              | 66        |
| <i>Sujeitos da Pesquisa .....</i>                                                      | <i>67</i> |
| Técnicas e Instrumentos de Coleta de Dados.....                                        | 68        |
| <i>Procedimentos de Aplicação dos Instrumentos .....</i>                               | <i>69</i> |
| <b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS .....</b>                                      | <b>71</b> |
| Organização dos Resultados e Discussão dos Dados .....                                 | 72        |
| <i>Questionário 01 .....</i>                                                           | <i>73</i> |



|                                   |            |
|-----------------------------------|------------|
| Questionário 02-A .....           | 100        |
| Questionário 02-B.....            | 103        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b> | <b>106</b> |
| Recomendações .....               | 109        |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>          | <b>110</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>               | <b>118</b> |
| <b>SOBRE A AUTORA .....</b>       | <b>124</b> |
| <b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>     | <b>125</b> |

# LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

|        |                                                    |
|--------|----------------------------------------------------|
| AM     | Amazonas                                           |
| BNCC   | Base Nacional Comum Curricular                     |
| CF     | Constituição Federal                               |
| CGU    | Controladoria-Geral da União                       |
| CONFAZ | Conselho de Política Fazendária                    |
| DEPPE  | Departamento de Políticas e Programas Educacionais |
| ESAF   | Escola de Administração Fazendária                 |
| GEF    | Grupo Nacional de Educação Fiscal                  |
| GEFE   | Grupo de Educação Fiscal Estadual                  |
| GEF    | Grupo de Educação Fiscal Municipal                 |
| IDH    | Índice de Desenvolvimento Humano                   |
| IES    | Instituições de Ensino Superior                    |
| LDB    | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional     |
| MPOG   | Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão     |
| PGFN   | Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional             |
| PNE    | Plano Nacional de Educação                         |
| PNEF   | Programa Nacional de Educação Fiscal               |
| RCA    | Referencial Curricular Amazonense                  |
| RFB    | Receita Federal do Brasil                          |
| SEDUC  | Secretaria de Educação                             |
| SOF    | Secretaria de Orçamento Federal                    |
| STN    | Secretaria do Tesouro Nacional                     |
| TCTs   | Temas Contemporâneos Transversais                  |
| UAB    | Universidade Aberta do Brasil                      |
| UFAM   | Universidade Federal do Amazonas                   |
| UDF    | Universidade do Distrito Federal                   |
| UNIDA  | Universidad de la Integración de las Américas      |

# APRESENTAÇÃO

Este livro é resultado da pesquisa desenvolvida no âmbito do doutorado, defendida em janeiro de 2025 na *Universidad de la Integración de las Américas* (UNIDA), no Paraguai. A investigação foi realizada em escolas públicas estaduais do bairro do Coroadó, em Manaus/AM, nos anos de 2023 e 2024, com a anuência da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar (SEDUC-AM) e a participação de professores que atuam nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

A obra propõe uma reflexão sobre a forma como a Educação Fiscal vem sendo compreendida e desenvolvida no contexto da escola pública, especialmente à luz das orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs). Ao dialogar com o currículo prescrito e com o currículo vivido, o livro evidencia desafios, limites e possibilidades que emergem da prática docente cotidiana.

Ao longo dos capítulos, são discutidos aspectos conceituais da Educação Fiscal, sua relação com a cidadania e com as políticas educacionais, bem como os resultados empíricos da pesquisa, construídos a partir da escuta sensível dos professores e da análise das práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas. O estudo também contextualiza iniciativas institucionais e programas educacionais que contribuem para o fortalecimento do debate sobre Educação Fiscal no Brasil.

Sem a pretensão de esgotar o tema, esta obra busca contribuir com educadores, gestores, estudantes e pesquisadores interessados na construção de uma escola pública comprometida com a formação cidadã, a participação social e o uso consciente dos recursos públicos.

# INTRODUÇÃO

A trajetória profissional da autora nas áreas contábil e educacional, aliada ao interesse em contribuir para a disseminação da temática Educação Fiscal no campo educacional, motivou o desenvolvimento desta pesquisa. A convivência direta com comerciantes e contribuintes, ainda no exercício da atividade contábil, evidenciou recorrentes insatisfações relacionadas à carga tributária, à falta de transparência na aplicação dos recursos públicos e à dificuldade de compreensão sobre a função social dos tributos.

Questionamentos sobre corrupção, desvios de recursos e ausência de retorno social dos impostos eram frequentes, tanto entre empresários quanto entre pessoas físicas. Essas inquietações revelavam um distanciamento histórico entre o contribuinte e o Estado, bem como a fragilidade de uma formação cidadã voltada à compreensão do sistema tributário e ao exercício do controle social.

Com formação técnica em Contabilidade, graduação em Pedagogia e especialização em Gestão Pública, a autora passou a atuar como professora da Educação Básica na rede pública estadual do Amazonas. Nesse contexto, iniciou experiências pedagógicas voltadas à abordagem da Educação Fiscal em sala de aula, especialmente com estudantes dos Anos Iniciais, relacionando conteúdos escolares a temas do cotidiano, como a função social dos impostos, os direitos e deveres dos cidadãos, a preservação do patrimônio público e a fiscalização dos recursos estatais.

Essas experiências despertaram o interesse em compreender como a temática da Educação Fiscal vinha sendo desenvolvida em outras escolas da rede pública, bem como de que forma a formação docente influenciava sua abordagem. Essa inquietação resultou na pesquisa de Mestrado em Ciências da Educação, concluída em 2021, na qual se identificou que, embora a Educação Fiscal esteja prevista nos documentos oficiais como Tema Contemporâneo Transversal, sua presença nas práticas pedagógicas ainda era limitada, em grande parte devido à fragilidade da formação inicial e continuada dos docentes.

Dando continuidade aos estudos, esta pesquisa de doutorado ampliou o recorte investigativo para os Anos Finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, no período de 2023 e 2024, em escolas públicas estaduais localizadas no bairro do Coroadó, em Manaus/AM. Buscou-se investigar como a

Educação Fiscal se materializa no cotidiano escolar, considerando o currículo prescrito, a formação docente e as práticas pedagógicas desenvolvidas.

A investigação foi orientada pela seguinte questão central: como a temática da Educação Fiscal está presente nas escolas públicas estaduais do bairro do Coroadó, em Manaus, nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio? A partir dela, foram analisados os conhecimentos dos docentes sobre o tema, a presença dos Temas Contemporâneos Transversais em sua formação, as estratégias pedagógicas adotadas e as ações institucionais registradas nos setores da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas.

A relevância deste estudo justifica-se no campo pedagógico, social e acadêmico. Do ponto de vista educacional, dialoga com os princípios da Base Nacional Comum Curricular e com as Diretrizes Curriculares Nacionais, ao compreender a Educação Fiscal como elemento constitutivo da formação cidadã. No âmbito social, contribui para o fortalecimento de uma consciência crítica sobre o uso dos recursos públicos e o exercício da cidadania. No campo acadêmico, amplia o debate sobre currículo, formação docente e práticas pedagógicas, especialmente no contexto da escola pública.

Fundamentada nos aportes teóricos de John Dewey, Anísio Teixeira e Paulo Freire, esta obra compreende a educação como prática social, democrática e emancipatória. Ao articular Educação Fiscal, currículo e prática docente, o estudo busca contribuir para a construção de uma escola pública comprometida com a formação integral dos estudantes e com o fortalecimento da cidadania.

# FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O estudo foi organizado em quatro eixos temáticos, que estruturam a fundamentação teórica da pesquisa.

O primeiro eixo, **Educação Fiscal: Aspectos Históricos à Luz de Estudos Realizados sobre a Origem e Mudanças dos Tributos**, aborda a temática da Educação Fiscal a partir dos trabalhos de Campêlo (2015), Marques (2015), Lima (2019) e dos estudos desenvolvidos por Silva e Teixeira (2022). Esses autores dialogam com produções que buscam compreender, sob uma perspectiva histórica, o surgimento dos tributos e a atuação da Educação Fiscal no mundo, com destaque para o contexto brasileiro e, de modo particular, para o estado do Amazonas.

O segundo eixo, apoiado em documentos primários e secundários, versa sobre **Educação Fiscal e Cidadania**, fundamentando-se na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996), no Plano Nacional de Educação – PNE (2014–2024), na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018), no Referencial Curricular do Amazonas – RCA (Amazonas, 2018) e na Proposta Curricular e Pedagógica do Ensino Fundamental (2021), além de autores que tratam de temáticas afins.

O terceiro eixo, **Educação Fiscal: Democracia no Ambiente Escolar**, apresenta contribuições de John Dewey (1859–1952), do educador brasileiro Anísio Teixeira (1900–1971), de Araújo (2014) e de Bernardo (2020). Esse eixo articula os aportes teóricos às discussões no campo educacional, relacionando a Educação Fiscal ao ambiente escolar, de modo a evidenciar a importância de uma escola alinhada aos tempos contemporâneos, que contemple temas transversais vinculados à cidadania e à democracia escolar.

O quarto e último eixo volta-se à **Formação Inicial e Continuada Docente**, fundamentando-se nas diretrizes educacionais vigentes e nas contribuições de Anísio Teixeira (1900–1971), Paulo Freire (1921–1997), Nóvoa (2000), Araújo (2014), entre outros autores, cujos estudos dialogam diretamente com as reflexões propostas neste eixo.

## Educação Fiscal: Aspectos Históricos Sobre a Origem e Transformações dos Tributos

Silva, em 2019, iniciou seus estudos sobre a temática Educação Fiscal, reunindo informações para o desenvolvimento de sua pesquisa de mestrado. Em um primeiro momento, buscou compreender, historicamente, a origem dos tributos, recorrendo a livros, artigos e produções acadêmicas de autores que se dedicaram a analisar esse fenômeno ao longo do tempo. A partir dessa investigação, identificou-se que o tributo não surgiu, inicialmente, como uma obrigação imposta pelo Estado, mas como uma prática voluntária, vinculada a relações simbólicas, religiosas e sociais.

Nesse sentido, observa-se que:

[...] existiu um tempo em que, para homenagear seus líderes e deuses, a população lhes oferecia, espontaneamente, presentes, os quais, mais tarde, foram denominados tributos. Porém, o que era presente e espontâneo, com o passar do tempo, tornou-se obrigatório (Teixeira; Silva, 2022, p. 63).

A partir dessa compreensão histórica, torna-se possível refletir sobre os sentidos atribuídos aos tributos ao longo do tempo e sobre as transformações que essa prática sofreu até se consolidar como instrumento central de organização do Estado. Na origem do tributo, portanto, ficou evidente que sua criação esteve associada à iniciativa voluntária da população, como forma de agradecimento ou oferenda aos líderes e às divindades cultuadas: “[...] iniciativa própria como agradecimento ou oferenda aos deuses e líderes tribais” (Teixeira; Silva, 2022, p. 64).

Os registros históricos indicam que, nesse período, as oferendas eram entregues espontaneamente pelos súditos como demonstração de gratidão, afeto e reconhecimento, contribuindo para a manutenção de um sistema hierárquico entre líderes e comunidade. Com o passar do tempo, contudo, essa prática foi sendo ressignificada, adquirindo caráter obrigatório e institucionalizado.

Campêlo (2015), pesquisadora da área do Direito Fiscal, também aponta que as primeiras manifestações tributárias ocorreram de forma voluntária, mas que, gradativamente, passaram a assumir contornos compulsórios, especialmente em contextos de dominação e guerra:

Estudos indicam que as primeiras manifestações tributárias foram voluntárias, em forma de presentes aos líderes por seus serviços à comunidade. Depois, elas passaram a ser compulsórias para os vencidos de guerra que eram obrigados a entregar parcela ou todos os seus bens. Mais na frente, os tributos começaram a ser impostos pelos chefes de Estado aos seus próprios súditos (Campêlo, 2015, p. 36).

Esses registros evidenciam que a institucionalização dos tributos esteve diretamente relacionada à consolidação do poder político e à necessidade de manutenção das estruturas estatais. Silva (2021) identificou, durante suas pesquisas, documentos históricos que reforçam essa perspectiva, como um texto da antiga Suméria, localizado entre os rios Tigre e Eufrates, gravado em uma placa datada de aproximadamente 2.350 a.C. Nesse registro constavam leis que autorizavam a coerção dos súditos por meio do confisco de bens em favor dos reis, revelando práticas de opressão exercidas sobre a população para sustentar os privilégios da nobreza.

A história demonstra, ainda, que os conflitos armados e as guerras foram amplamente financiados pelos impostos pagos pelo povo, que, além de sofrer com a violência e as perdas materiais, era obrigado a dividir suas posses com a realeza. Foi nesse contexto que se consolidaram grandes civilizações da Antiguidade, entre as quais a egípcia, a grega e a romana (Teixeira; Silva, 2022). Esse período histórico é compreendido desde a invenção da escrita, por volta de 5.000 a.C., até o fim do Império Romano, em 476 d.C. (Teixeira; Silva, 2022).

Como consequência desse processo, estabeleceu-se uma herança histórica marcada por relações conflituosas entre o fisco e o contribuinte, caracterizadas por práticas coercitivas e, muitas vezes, violentas na cobrança de tributos. Essa memória social, construída ao longo dos séculos, contribuiu para a formação de uma percepção negativa em relação à tributação, associada a maus-tratos, abusos e injustiças. Tal herança permanece simbolicamente representada em narrativas históricas e produções cinematográficas de época, nas quais a arrecadação de tributos é retratada de forma cruel e opressiva, provocando revolta e resistência por parte da população.

Essa contextualização histórica é fundamental para compreender os desafios contemporâneos relacionados à Educação Fiscal, uma vez que permite analisar as raízes da desconfiança social em relação aos tributos e ao Estado, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de práticas edu-



cativas que promovam o entendimento do papel socioeconômico da tributação e o fortalecimento da cidadania.

## *Educação Fiscal pelo Mundo*

Com o avanço do desenvolvimento social e o crescimento populacional, o Estado passou a buscar, por meio da educação, estratégias para reduzir o mal-estar historicamente construído nas relações entre governantes e população, sobretudo em razão dos conflitos relacionados à arrecadação e ao uso dos tributos. Nesse contexto, a Educação Fiscal passou a ser incorporada, em âmbito internacional, como uma ferramenta pedagógica voltada à conscientização social e ao fortalecimento da cidadania.

Em diversos países, a temática da Educação Fiscal expandiu-se com o objetivo de auxiliar a população a compreender a importância dos tributos e a necessidade de acompanhar a aplicação dos recursos públicos. Conforme destacam Teixeira e Silva (2022), a educação assume um papel central nesse processo, ao possibilitar que os cidadãos compreendam não apenas seus deveres, mas também seus direitos:

[...] é relevante considerar o papel transformador da educação. Por meio dela, a população pode se tornar consciente de seus deveres e, mais ainda, de seus direitos e, assim, buscar conhecer de que maneira são aplicados os recursos destinados aos impostos. Daí, a importância do trabalho com a Educação Fiscal (Teixeira; Silva, 2022, p. 65).

Nessa perspectiva, Silva (2021) identificou que os países nórdicos se destacam como pioneiros na implementação de programas voltados à Educação Fiscal. A autora ressalta que essas nações ocupam posições elevadas nos indicadores de qualidade da educação, saúde e qualidade de vida, conforme dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Tal desempenho evidencia uma relação direta entre políticas públicas eficazes, educação de qualidade e participação cidadã.

Os países nórdicos constituem uma região localizada ao norte do continente europeu, formada por Noruega, Suécia, Dinamarca, Finlândia e Islândia, além das regiões autônomas da Groenlândia, Ilhas Faroé e Ilhas Aland. Trata-se, portanto, de um conjunto de cinco nações e três territórios autônomos que compartilham características sociais, econômicas e educacionais semelhantes (UOL, s.d.).

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2021/2022, houve perdas significativas no desenvolvimento humano em quase todos os países, decorrentes, sobretudo, da pandemia de Covid-19, que provocou retrocessos sociais, econômicos e educacionais em escala global. Esse relatório integra uma série de análises publicadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento desde 1990, com o objetivo de apresentar uma avaliação independente e fundamentada das principais tendências e desafios do desenvolvimento humano (PNUD, 2021).

Mesmo diante desse cenário de incertezas e da queda inédita do índice global de desenvolvimento humano, os países nórdicos mantiveram-se em patamares elevados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que considera fatores como longevidade, acesso à educação e renda. Esse desempenho reforça a importância de políticas públicas integradas e de investimentos contínuos em educação, incluindo iniciativas voltadas à Educação Fiscal.

Ivan Cordeiro Lima (2019), em sua obra *Educação Fiscal para a Cidadania*, destaca que diversos países que implementaram programas nessa área priorizam ações educativas voltadas tanto à informação quanto à conscientização da população. Segundo o autor:

Os países que implementaram programas voltados à educação fiscal normalmente trabalham temas como: orientação a respeito dos tributos, conscientização dos setores informais e consumidores e educação para estudantes de escolas e universidades (Lima, 2019, p. 12).

Observa-se, contudo, que em muitos contextos essas ações assumem um caráter predominantemente informativo, centrado na explicação dos conceitos tributários e da legislação fiscal, sem necessariamente estimular uma participação mais ativa do cidadão no acompanhamento e na fiscalização do uso dos recursos públicos. O próprio Lima (2019) aponta que a orientação a respeito dos tributos, em diversos países, tem como foco ampliar o conhecimento da população sobre o sistema tributário e incentivar a adesão às normas fiscais.

No quadro a seguir, são apresentadas algumas das principais atividades relacionadas à Educação Fiscal desenvolvidas em diferentes países, evidenciando as múltiplas abordagens adotadas internacionalmente para tratar essa temática no âmbito educacional.

**Quadro 1 - Educação Fiscal em alguns países.**

| <b>País</b>               | <b>Educação Fiscal</b>                                                                                           |
|---------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Líbano                    | Estabeleceu um calendário único de pagamento de tributos em todo o país.                                         |
| Coreia do Sul             | Mantém cursos para indivíduos e pequenos empresários para ensiná-los como o sistema tributário coreano funciona. |
| Cingapura                 | Envia cartas ou mensagens aos contribuintes informando se eles precisam declarar imposto de renda.               |
| África do Sul             | Envia equipes à zona rural para orientar as pessoas a respeito do pagamento de tributos.                         |
| Zâmbia                    | Mantém um programa semanal de rádio pelo qual as pessoas podem realizar questionamentos a respeito de tributos.  |
| Estados Unidos da América | Tanto na esfera federal como em alguns estados, existem programas voltados à educação fiscal.                    |

**Fonte: autora com base em Lima, 2019.**

Ainda conforme Lima (2019, p. 12), outro tema amplamente divulgado no âmbito da Educação Fiscal refere-se à conscientização dos setores informais e dos consumidores. Essa abordagem está relacionada à formalização de empresas que exercem atividades econômicas sem o devido registro comercial, bem como ao estímulo para que consumidores exijam o documento fiscal no momento da compra.

Com o objetivo de encorajar o cumprimento voluntário da legislação tributária, muitos países têm criado incentivos destinados àqueles que exercem atividades econômicas não registradas oficialmente, buscando integrá-los ao sistema formal de arrecadação. Paralelamente, essas iniciativas incentivam os consumidores a solicitarem a nota fiscal, fortalecendo a cultura da legalidade e da transparência (Lima, 2019).

Observa-se que, ao solicitar a nota fiscal, o contribuinte exerce seu direito de fiscalização e, ao mesmo tempo, contribui para a redução da sonegação fiscal. O estudo de Lima (2019) destaca que as ações de conscientização desenvolvidas em escolas e universidades, em diversos países, promovem mudanças culturais positivas, uma vez que esses espaços alcançam um público amplo e em processo de formação social e cidadã. Nesse sentido, o autor ressalta a importância da educação fiscal voltada a estudantes:

É considerado importante em inúmeros países, pois consegue alcançar uma fatia da população que está num processo de compreensão da sociedade. Assim, alcançando esse público, as administrações fiscais objetivam uma positiva mudança cultural a longo prazo. Exemplos de países que possuem esse tipo de programa são: Jamaica, Quênia, Marrocos, Ilhas Maurício, Malásia, Peru e outros. Já o ensino desse tema nas universidades é essencial, pois são alcançados os contribuintes atuais. Exemplos de países com esse tipo de iniciativa são: México, El Salvador, Moçambique, Ruanda, Butão, entre outros (Lima, 2019, p. 12–13).

Além das ações educativas formais, outras abordagens relacionadas à Educação Fiscal envolvem o uso de recursos informativos e estratégias de comunicação social, como portais digitais, entretenimento e celebrações temáticas. De acordo com Lima (2019), muitos países utilizam portais na internet voltados a públicos específicos, como Estados Unidos, Chile, Colômbia e Estônia. Há também iniciativas que associam tributos e entretenimento, por meio de peças teatrais, jogos eletrônicos e produções televisivas, como ocorre em países como Costa Rica e Nigéria. Outro exemplo refere-se à celebração do Dia do Tributo, adotada por países como Bangladesh, Guatemala, Ruanda e Senegal, com o objetivo de fortalecer a confiança da população no papel social da tributação.

Embora essas iniciativas sejam relevantes, persistem desafios para consolidar a Educação Fiscal como um instrumento efetivo de aprendizagem e de aproximação entre o contribuinte e o Estado. O propósito de fazer com que o cidadão se reconheça como parte integrante do processo de arrecadação e, conseqüentemente, participe de forma mais ativa das decisões e ações governamentais ainda encontra obstáculos. Segundo Lima (2019, p. 13):

A educação fiscal enfrenta obstáculos de limitação de tempo, dinheiro e recursos humanos. Especialmente em momentos de crise, quando os governos enfrentam restrições orçamentárias mais acentuadas, enquanto algumas administrações fiscais tomam essa iniciativa como um objetivo estratégico, outras a consideram pouco relevante. Neste último caso, talvez a razão esteja na dificuldade de mensurar a relação de causalidade entre essa temática educacional e a mudança de comportamento dos contribuintes. De toda sorte, é importante destacar que os meca-

nismos legais de punição de quem sonega tributos só alcançam aqueles que assim se portaram por desconhecimento ou pela vontade mesmo de se eximir de suas responsabilidades para com a sociedade. Por outro lado, apenas a ampla conscientização do cidadão como sujeito de direitos e deveres tem real potencial transformador da sociedade.

Nessa mesma linha de reflexão, Buffon (2017) afirma que uma das questões centrais a serem examinadas em qualquer sistema tributário diz respeito à seguinte indagação: quem paga a conta? Para o autor, a justiça fiscal somente será alcançada quando aqueles que estão obrigados a contribuir possuírem, de fato, capacidade econômica para fazê-lo.

Sobre essa capacidade contributiva, destaca-se que, tradicionalmente, as principais bases econômicas que expressam a possibilidade de contribuir para a manutenção da coletividade residem na renda, na propriedade e no consumo. Isso significa que os cidadãos cumprem o dever de pagar tributos considerando a renda obtida, o patrimônio acumulado ou o consumo de determinados bens e serviços. Outras bases existem, mas cumprem, em geral, um papel mais específico de intervenção do Estado, como ocorre com os tributos aduaneiros (PNED, s.d.).

Dessa forma, os estudiosos da temática convergem ao afirmar que o cidadão necessita compreender seu papel na sociedade para deixar de ser apenas um pagador de impostos e tornar-se protagonista do processo democrático, participando ativamente das decisões governamentais e dos movimentos sociais que buscam melhorias coletivas.

## *Educação Fiscal no Brasil*

A Educação Fiscal no Brasil acompanha as históricas distorções existentes entre as classes sociais. Em razão das profundas desigualdades sociais e econômicas, a população menos favorecida é a que mais sofre os impactos desse cenário. Conforme observado anteriormente, a própria história demonstra que tais distorções estiveram presentes ao longo do desenvolvimento dos países, não sendo diferente no contexto brasileiro. Diante disso, cabe ao Estado promover políticas públicas que beneficiem a coletividade, conforme destaca Campêlo (2015, p. 11):

A realidade brasileira é de profundas diferenças políticas, sociais e econômicas, as quais causam disparidades gritantes. Cabe ao Estado proporcionar padrões mínimos de dignidade ao ser hu-

mano e promover a igualdade de oportunidades para que todos possam ter chances de alterar sua própria realidade segundo suas escolhas. Para isso, ele deve instituir políticas públicas de saúde, habitação, educação, cultura, ciência etc.

Nesse contexto, a temática da Educação Fiscal no Brasil assume papel relevante na compreensão dos tributos e de sua aplicação em benefício da sociedade, uma vez que:

Os tributos são a principal fonte de financiamento de tais políticas. Eles são arrecadados segundo o regramento do sistema tributário posto e seus recursos, geridos pelos administradores públicos que têm a incumbência de direcioná-los em prol da coletividade. Para que toda essa engrenagem cumpra fielmente seus propósitos, faz-se necessário um sistema tributário justo e o olhar vigilante e participativo do cidadão para direcionar a gestão pública pelos caminhos da transparência, democracia e eficiência (Campêlo, 2015, p. 11).

Dessa forma, compreende-se o Estado como administrador dos recursos públicos arrecadados junto aos contribuintes, conforme as normas do sistema tributário brasileiro. Nessa perspectiva, a Educação Fiscal desenvolvida no ambiente escolar contribui para a formação de cidadãos conscientes e atentos à correta aplicação do dinheiro público, estimulando a exigência de transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

Campêlo (2015, p. 17) ressalta que a Educação Fiscal:

[...] estimula a cidadania participativa, indo além dos muros teóricos da escola para alcançar a prática cidadã. Para atingir esse objetivo, ela faz com que o educando, de todos os níveis e modalidades de ensino, interiorize diversos fundamentos que podem lhe desvendar ferramentas de influência sobre o funcionamento e aperfeiçoamento do Estado.

Nesse sentido, diversos estudiosos defendem que a escola constitui um espaço propício para o debate político e para o despertar da consciência cidadã dos educandos, em todas as modalidades de ensino, possibilitando que estes passem a exercer seus direitos e deveres de forma mais ativa.

Como forma de minimizar o conflito histórico entre o Estado e a sociedade, bem como despertar o interesse dos cidadãos pelo sistema tributário e por seus mecanismos básicos, observa-se que ações educativas vêm sendo desenvolvidas no Brasil desde a década de 1950. De acordo com Batista

(2015, p. 18): “No Estado de São Paulo, as primeiras ações, de que se tem notícia, que visavam despertar o interesse da sociedade nas formas de arrecadação tributária tiveram início na década de 1950”, por meio de campanhas audiovisuais contra a sonegação de impostos, promovidas pela Secretaria da Fazenda.

Campêlo (2015) organiza essas iniciativas em uma linha do tempo, a fim de facilitar a compreensão do processo histórico da Educação Fiscal no país. Em 1969, surgiram as primeiras ações educativas na área da Administração Fiscal da União, por meio da chamada “Operação Bandeirante”, cuja proposta consistia em orientar a população a evitar o pagamento de multas, enfatizando a função socioeconômica dos tributos e sua aplicação em obras públicas e políticas sociais.

Em 1970, com a “Operação Brasil do Futuro”, a Educação Fiscal buscou alcançar os estabelecimentos de ensino. Nesse período, foi publicada a obra infantil Dona Formiga, Mestre Tatu e o Imposto de Renda, de autoria de Cecília Lopes da Rocha Bastos, amplamente distribuída nas escolas do então ensino fundamental. Contudo, a iniciativa foi descontinuada em 1972 (Campêlo, 2015).

A autora da referida obra exercia a função de auditora fiscal da Receita Federal, e a cartilha foi disponibilizada no site da Secretaria da Receita Federal, estimando-se que aproximadamente cinco milhões de estudantes tiveram acesso ao material. Em 1977, a Secretaria da Receita Federal lançou o programa “Contribuinte do Futuro”, por meio de ações educativas junto às escolas, com distribuição de livros e cartilhas a alunos e professores.

Entre os anos de 1992 e 1994, com o processo de redemocratização do país, alguns estados brasileiros, como o Espírito Santo, passaram a desenvolver ações mais estruturadas de Educação Tributária (Brasil, 1977). A partir dessas iniciativas, o Brasil avançou no tratamento da temática, ainda que esse movimento tenha sido conduzido majoritariamente por instituições estatais.

Nesse contexto, destaca-se a criação do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF), dada sua relevância na disseminação dos direitos fundamentais previstos na Constituição. Conforme registrado por Campêlo (2015), em reunião realizada em Fortaleza, no ano de 1996, o Conselho de Política Fazendária (CONFAZ) reconheceu a importância da criação de um programa voltado à conscientização tributária, com vistas ao fortalecimento da cidadania.

Em fevereiro de 1998, a Portaria nº 35, do Ministério da Fazenda, oficializou o Grupo de Trabalho responsável pela elaboração e implantação do programa. Posteriormente, em 1999, passaram a integrar o grupo representantes da Secretaria do Tesouro Nacional e do Ministério da Educação. Em julho do mesmo ano, considerando a ampliação do escopo do programa, o CONFAZ aprovou a alteração de sua denominação para Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF), passando a abranger, além dos tributos, questões relativas à alocação e à gestão dos recursos públicos.

Em 31 de dezembro de 2002, foi publicada a Portaria Interministerial nº 413, que instituiu o Grupo de Trabalho de Educação Fiscal (GEF), definindo as competências dos órgãos responsáveis pela implementação do PNEF, envolvendo o Ministério da Educação, o Ministério da Fazenda, secretarias estaduais e distritais, além de outros parceiros institucionais (Campêlo, 2015).

Segundo Buffon (2017, p. 37), o PNEF “é um programa de âmbito nacional, que é trabalhado nas três esferas de poder e coordenado pela Escola de Administração Fazendária – ESAF”. A trajetória histórica apresentada evidencia o esforço contínuo para consolidar a Educação Fiscal no país, ampliando seu alcance e contribuindo para que o cidadão compreenda seu papel no financiamento do Estado, exercendo seus deveres e direitos de forma consciente e participativa.

**Figura 1 - Estrutura PNEF.**



**Fonte: Buffon, 2017, p.37.**



**Figura 2 – Gestores Estaduais**



**Fonte: Buffon, 2017, p.37.**

**Figura 3 - Gestores municipais.**



**Fonte: Buffon, 2017, p.37.**

Diante do que foi exposto, compreende-se que a Educação Fiscal, aliada a estratégias pedagógicas adequadas, pode contribuir para tornar a relação tributária mais acessível e menos conflituosa entre o Estado e seus

contribuintes. Isso ocorre porque essa abordagem possibilita a compreensão dos conceitos relacionados aos tributos, de sua função social e da destinação dos recursos públicos, além de esclarecer aspectos referentes às políticas públicas, ao bem comum, ao saneamento básico, ao patrimônio público e à manutenção desses bens, entre outras finalidades essenciais à vida em sociedade.

Nesse sentido, não se deve compreender a participação cidadã apenas como o cumprimento da obrigação de pagar tributos, mas como um processo mais amplo, que envolve o conhecimento, a fiscalização e o acompanhamento da aplicação dos recursos arrecadados, conforme destacam Marques (2015, p. 53 *apud* Pereira; Cruz, 2016, p. 3):

Através deste tipo de educação é possível transmitir valores de cidadania fiscal de modo a que os cidadãos interiorizem estes três valores: a importância do papel do cidadão-contribuinte; as atitudes de respeito pelo que é público e a responsabilidade fiscal.

Dessa forma, ao recorrer às estratégias educacionais, o conhecimento sobre os tributos e sobre o dever que a população possui, enquanto cidadã, de fiscalizar os recursos públicos do sistema tributário, tornou-se mais acessível ao longo do tempo. Espera-se, assim, que a Educação Fiscal seja compreendida como um instrumento capaz de fortalecer a democracia e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Nesse contexto, a colaboração dos cidadãos mostra-se essencial para garantir o financiamento das políticas públicas e o bem-estar coletivo, uma vez que “a prática de pagamento de tributos é algo comum nas sociedades”. Ademais, observa-se que as atitudes da população em relação aos impostos foram sendo modificadas conforme os impactos da cobrança tributária passaram a interferir de maneira mais direta em suas condições de vida, aspecto acompanhado pela própria evolução social e pelo desenvolvimento populacional, que passaram a exigir maior transparência na gestão e na aplicação dos recursos públicos (Teixeira; Silva, 2022, p. 63).

## *Amazonas e a História da Educação Fiscal*

Conforme relatado na linha do tempo elaborada por Campêlo (2015), em determinado momento as esferas estaduais e municipais passaram a criar grupos de trabalho com o objetivo de organizar e implementar o Programa Nacional de Educação Fiscal em seus respectivos territórios.

No Estado do Amazonas, segundo levantamentos realizados por Silva (2021, p. 28), no âmbito de sua dissertação de mestrado, o Programa foi instituído por meio do Decreto nº 19.629, de 29 de janeiro de 1999, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE nº 29.097), em 1º de fevereiro de 1999 (Brasil, 1999, p. 1). O referido decreto estabeleceu a criação do Programa de Educação Tributária, a ser implantado na rede oficial e particular de ensino, abrangendo o Ensino Fundamental e o Ensino Médio em todo o território do Estado do Amazonas.

O decreto instituidor do Programa destaca, em seu artigo 2º, objetivos que reforçam a importância do conhecimento sobre o sistema tributário e o papel da Educação Fiscal como instrumento de formação cidadã, ao propor:

- Difundir, na população escolar e na sociedade em geral, o conhecimento acerca da importância dos tributos para o bem-estar comum, buscando eliminar o espírito conflituoso na relação entre Estado e cidadão;
- Estimular, nos estudantes, a consciência de que o exercício da cidadania inclui aspectos tributários;
- Destacar a responsabilidade social dos contribuintes, com vistas ao cumprimento voluntário das obrigações tributárias;
- Desenvolver o espírito crítico voltado à fiscalização da correta aplicação dos recursos públicos (Brasil, 1999, p. 1).

O processo de criação e consolidação do Programa Nacional de Educação Fiscal no Amazonas pode ser compreendido a partir dos relatos apresentados na obra *Outros olhares sobre a Educação Fiscal* (2020), de autoria do professor e analista fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (SEFAZ-AM), Augusto Bernardo. No livro, o autor descreve sua participação desde a fase inicial do Programa, ainda em 1998, envolvendo reuniões, encontros institucionais e a elaboração de documentos, até a efetiva implantação do então denominado Programa Nacional de Educação Tributária, atualmente conhecido como Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF).

Segundo Bernardo (2020), a implantação do Programa no Amazonas representou um marco significativo, tanto pela articulação institucional quanto pelo envolvimento de diferentes órgãos e parceiros. O autor destaca que, em 1998, participou da fundação do Programa de Educação Fiscal no Amazonas, representando a Região Norte no Comitê Executivo do Programa Nacional, articulando a participação da SEFAZ, SEDUC, SEMED, SEMEF e da Receita Federal do Brasil, o que resultou na formação do Grupo de Educação Fiscal do Estado, além da integração de outros parceiros. Em 1999, coordenou a campanha “Eu Quero a Nota!”, iniciativa de grande alcance no contexto estadual (Bernardo, 2020, p. 11–12).

Desde então, observa-se a participação contínua do Estado do Amazonas nas ações do PNEF. Em 2023, o estado obteve destaque nacional ao ter oito projetos selecionados, fato que gerou reconhecimento por parte dos envolvidos. Apesar das dificuldades enfrentadas para a execução das ações — especialmente em razão das dimensões territoriais do Amazonas e dos desafios logísticos para alcançar localidades mais distantes —, os resultados alcançados foram considerados motivo de comemoração, conforme registro institucional (Amazonas, 2023).

Verifica-se, portanto, o empenho dos diferentes atores que atuam na promoção da Educação Fiscal no Estado, assumindo a complexa tarefa de conduzir a população ao exercício da cidadania. Essas ações contribuem para que o contribuinte desenvolva consciência cidadã e exerça plenamente seus direitos e deveres, conforme orientam os documentos norteadores da educação. Sendo assim, apresentam-se, a seguir, os projetos selecionados no ano de 2023, nas categorias escolas, instituições e imprensa, todos com ações voltadas à temática da Educação Fiscal.

#### **Quadro 2 - Projetos selecionados (2023).**

| <b>Nome da Instituição</b>        | <b>Município</b> | <b>Nome do Projeto</b>                                                                                                                                                                                                |
|-----------------------------------|------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Escola Estadual Brandão de Amorim | Parintins        | Educação Fiscal: um estudo sobre o percentual de tributos cobrados pelos estabelecimentos comerciais e finalidades arrecadatórias                                                                                     |
| Escola Estadual Isaac Benzecry    | Manaus           | Educação Fiscal: conhecendo os custos da manutenção do patrimônio público degradado na escola estadual de tempo integral Isaac Benzecry, para efeitos de conscientização e conhecimento da função social dos tributos |

| <b>Nome da Instituição</b>                           | <b>Município</b> | <b>Nome do Projeto</b>                                                                                                                                                                        |
|------------------------------------------------------|------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Escola Estadual Ruy Araújo                           | Manaus           | A transdisciplinaridade na Educação Fiscal na escola estadual Ruy Araújo                                                                                                                      |
| Escola Municipal Sete de Setembro                    | Irlanduba        | Navegando em busca do desenvolvimento econômico e social da comunidade Sete De Setembro                                                                                                       |
| Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida             | Irlanduba        | Troque seu lixo por alimento: uma ação de Educação Fiscal e sustentabilidade na escola flutuante nossa senhora aparecida                                                                      |
| Coordenadoria Distrital de Educação 02 – Seduc       | Manaus           | Programa de brigadas contra o Aedes Aegypti: a relação entre a Educação Fiscal, a saúde pública e as escolas da Coordenadoria Distrital De Educação 02/SEDUC, na zona sul da cidade de Manaus |
| Secretaria Municipal de Educação de Irlanduba        | Irlanduba        | Cidadania em ação: implementação de Educação Fiscal nas escolas municipais de Irlanduba/AM                                                                                                    |
| o projeto do jornalista Victor Bruno Miranda Litaiff | Manaus           | Educação Fiscal: formação de cidadãos mais conscientes e um país mais justo                                                                                                                   |

**Fonte: Amazonas, 2023.**

Observa-se que, apesar dos esforços empreendidos pelos agentes envolvidos na disseminação dos conteúdos relacionados à Educação Fiscal e à formação cidadã, ainda persiste certa resistência por parte dos contribuintes. Tal resistência se evidencia na reduzida participação da população nas ações voltadas ao exercício consciente da cidadania fiscal, o que revela a necessidade de ampliar e fortalecer estratégias educativas que promovam maior engajamento social.

## Educação Fiscal e Cidadania

A finalidade deste eixo é evidenciar as disposições presentes nas leis e nos documentos que orientam a educação brasileira, à luz das diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal (1988), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996), pelo Plano Nacional de Educação – PNE (2014–2024), pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018), pelo Referencial Curricular Amazonense – RCA (Amazonas, 2018) e

pela Proposta Curricular e Pedagógica do Ensino Fundamental (2021). Tais documentos apresentam fundamentos que dialogam diretamente com a Educação Fiscal, articulando-a ao exercício da cidadania fiscal e aos princípios do Estado Democrático de Direito.

Para Moreira (2022, p. 1):

Toda sociedade que se quer republicana (res publica = coisa pública) e democrática deve se organizar em torno de uma Constituição em que os direitos de cidadania ocupam posição nuclear como normas fundamentais a serem observadas e defendidas pelo conjunto da sociedade.

Nessa mesma perspectiva, o preâmbulo da Constituição Federal do Brasil (1988) evidencia os fundamentos centrais que asseguram o exercício dos direitos sociais e individuais a todos os brasileiros, conforme se observa:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição (Brasil, 1988).

A partir desse texto introdutório, compreende-se que os representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte, instituíram um Estado Democrático de Direito com a finalidade de assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais da sociedade. Nesse ato, foram elencados como valores supremos a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, orientando a organização de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos (Brasil, 1988).

Esses princípios encontram respaldo nos fundamentos da República Federativa do Brasil, definidos no artigo 1º da Constituição Federal, a saber: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e V – o pluralismo político. O mesmo artigo estabelece que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (Brasil, 1988). Dessa forma, a participação do cidadão e da cidadã torna-se elemento essencial para o controle social e para o efetivo exercício da cidadania.

Nesse contexto, Zogahib, Miki e Bittencourt (2018), no artigo intitulado “Cidadão fiscal: avaliação do papel do TCE-AM no fomento do controle social”, apresentam contribuições relevantes para a compreensão da cidadania fiscal, especialmente no contexto amazonense. O estudo, realizado no Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM, buscou verificar de que maneira essa instituição incentiva a participação popular na construção de uma consciência cidadã voltada ao controle social, conforme os princípios da Constituição Federal de 1988.

Os autores destacam que o povo é o titular do poder estatal, exercendo-o de forma direta ou indireta, por meio de seus representantes. Assim, a cidadania e a dignidade da pessoa humana configuram-se como fundamentos centrais da República Federativa do Brasil, evidenciando que a presença do fator cidadania na Constituição representa a decisão popular de participar da gestão pública (Zogahib; Miki; Bittencourt, 2018, p. 27).

Diante dessa compreensão, não cabe mais ao contribuinte assumir apenas o papel de mero pagador de impostos, mas sim de cidadão ativo, que acompanha o desenvolvimento das políticas públicas, interage com os processos políticos, compreende as agendas governamentais e participa das transformações sociais. Para tanto, torna-se imprescindível a abertura das instituições públicas ao diálogo com a sociedade, por meio de palestras, encontros e ações educativas que reduzam o distanciamento historicamente construído entre o Estado e a sociedade.

Embora alguns cidadãos possuam maior facilidade em compreender os mecanismos das ciências políticas e sociais, outros encontram dificuldades nesse processo. Por essa razão, faz-se necessário facilitar o acesso às informações, reduzir entraves burocráticos e criar mecanismos que estimulem a participação cidadã, permitindo que o indivíduo se reconheça como sujeito de direitos e deveres e se sinta apto a participar das decisões estatais.

Nesse sentido, Zogahib, Miki e Bittencourt (2018, p. 27) afirmam que, na tentativa de fortalecer o papel do cidadão na fiscalização pública, é indispensável a adoção de práticas de controle social, uma vez que a atuação da sociedade auxilia os órgãos fiscalizadores, especialmente diante da extensão territorial do Brasil e da quantidade de municípios existentes.

O Controle Social configura-se, assim, como instrumento fundamental para a participação da sociedade no planejamento, acompanhamento e avaliação das ações governamentais, contribuindo para o combate à corrupção e

para o fortalecimento da transparência dos gastos públicos. Tal controle pode ocorrer de forma individual ou coletiva, por meio da organização de grupos que cobram respostas e ações da Administração Pública (Zogahib; Miki; Bittencourt, 2018, p. 27).

Com esse objetivo, algumas instituições públicas têm investido em ações educativas voltadas à orientação dos cidadãos. No caso do TCE/AM, a pesquisa de Zogahib, Miki e Bittencourt (2018) evidenciou a atuação da Escola de Contas Públicas como espaço de formação e orientação da sociedade civil, destacando o Programa de Formação de Agentes de Controle Social – PROFAC como iniciativa relevante para mitigar os efeitos do desconhecimento da máquina pública.

Além disso, observa-se que o Tribunal de Contas do Amazonas mantém parcerias institucionais, como a estabelecida com a Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar - SEDUC/AM, promovendo, por exemplo, concursos de redação voltados a estudantes do Ensino Médio da Educação Básica, ampliando as ações de disseminação da cidadania fiscal e do exercício do controle social.

Dessa forma, constata-se que o Tribunal de Contas, enquanto órgão orientador e fiscalizador das ações governamentais e defensor do patrimônio público, tem desenvolvido uma relação de aproximação com o cidadão fiscal, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e para a consolidação dos princípios democráticos no âmbito da gestão pública.

## *Conceituando Estado Democrático de Direito*

De modo simples e informal, conforme definição disponível na página da UOL, o Estado Democrático de Direito refere-se aos limites existentes entre o poder do Estado e os direitos dos indivíduos, conforme expresso a seguir:

O poder do Estado é limitado pelos direitos dos cidadãos. Sua finalidade é coibir abusos do aparato estatal para com os indivíduos. Os direitos fundamentais conferem autonomia e liberdade aos indivíduos nas suas atividades cotidianas e limitam o poder do Estado sobre elas (UOL, 2024).

Conhecer o conceito ou o significado constitui o primeiro passo para a compreensão do tema. Entretanto, quando se trata da coisa pública, o entendimento torna-se mais complexo. Nesse contexto, o Procurador do Estado de



São Paulo, Mestre em Direito pela University of Florida e Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo, Enio Moraes da Silva, esclarece que:

O termo “Estado Democrático de Direito”, conquanto venha sendo largamente utilizado em nossos dias, é pouco compreendido e de difícil conceituação em face das múltiplas facetas que ele encerra. No Estado contemporâneo, em virtude da maximização do papel do poder público, que se encontra presente em praticamente todas áreas das relações humanas, a expressão “Estado Democrático de Direito” ganha uma extensão quase que ilimitada, mas, conseqüente e paradoxalmente, perde muito em compreensão. O fato de esse termo ter sido incluído em nosso atual texto constitucional, no seu primeiro artigo, adjetivando a República Federativa do Brasil, torna obrigatória a sua compreensão, com todas as conseqüências que dela podem e devem advir.

[...]

Não obstante, esse status constitucional não torna essa tarefa mais fácil: ao contrário, aumenta a responsabilidade do intérprete constitucional, especialmente em razão das implicações, das mais diversas naturezas, que possam se originar do entendimento – e sua conseqüente aplicação – do que venha a ser “O Estado Democrático de Direito” (Silva, 2005, p. 213-214).

Para o autor, o mais aconselhável não é buscar uma definição fechada do conceito de Estado Democrático de Direito, mas sim retomar e reapresentar os valores e princípios que o envolvem ou com ele se relacionam, a fim de possibilitar uma compreensão mais fiel. Esses fundamentos da sociedade brasileira são: a soberania popular; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e o pluralismo político (Silva, 2005, p. 229).

Nesse sentido, o Art. 205, do Capítulo III, Seção I, da Constituição Federal assegura que a educação é:

Direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Sob a perspectiva da formação do cidadão-fiscal, observa-se que a educação, amparada pelos documentos oficiais, deve oferecer condições

para o desenvolvimento integral do indivíduo, tornando-o apto ao exercício da cidadania, fundamento essencial do Estado Democrático de Direito.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.496/96, em seu Art. 1º, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Dessa forma, a temática da Educação Fiscal encontra-se diretamente relacionada a essas orientações, uma vez que as políticas públicas permeiam a vida familiar, a convivência humana e a sociedade como um todo (Brasil, 1996).

O Art. 2º da LDB reforça que a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, evidenciando, assim, a necessidade de formar sujeitos conscientes de seu papel social.

Outro documento de grande relevância para o desenvolvimento educacional no Brasil é o Plano Nacional de Educação (PNE), historicamente idealizado a partir do movimento conhecido como Manifesto dos Pioneiros da Educação, ocorrido em 1932. Esse manifesto foi elaborado por homens e mulheres da elite intelectual brasileira, com foco na definição de planos e metas que deveriam ser adotados para tornar a educação comum em todo o território nacional.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova defendia uma escola pública, gratuita, mista, laica e obrigatória, capaz de garantir uma educação comum a todos, proporcionando iguais possibilidades de aprendizagem e oportunidades sociais, abolindo privilégios de gênero e de classe social. Inspirados nas ideias do filósofo e educador norte-americano John Dewey, os signatários do manifesto defendiam a relação intrínseca entre escola, trabalho e vida, articulando teoria e prática em favor da reconstrução nacional. Entre os vinte e cinco signatários destacam-se nomes como Anísio Teixeira, Cecília Meireles e Roquette Pinto, entre outros (Brasil, n.d.).

Tratado como documento fundamental para o povo brasileiro, os estudiosos da época compreendiam a necessidade de conciliar a educação em todo o território nacional por meio de um plano que articulasse escola, trabalho e vida, concepção que permanece atual nos documentos que norteiam a educação contemporânea.

Concomitantemente ao avanço social, político e econômico do país ao longo do século XX, a educação passou a ser considerada condição fundamental para o desenvolvimento nacional, havendo grande preocupação com a instrução em seus diversos níveis e modalidades. Nesse cenário, diversas reformas educacionais contribuíram para o amadurecimento da percepção coletiva da educação como um problema nacional, exigindo meios de cooperação para atender e acompanhar o desenvolvimento brasileiro.

Foi nesse contexto que surgiu o primeiro Plano Nacional de Educação, criado em 1962, já na vigência da primeira LDB nº 4.024/61, durante o governo de João Goulart. Conforme descrito:

O primeiro Plano Nacional de Educação surgiu em 1962, elaborado já na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 1961. Ele não foi proposto na forma de um projeto de lei, mas apenas como uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, aprovada pelo então Conselho Federal de Educação. Era basicamente um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num prazo de oito anos (Brasil, 2024).

A LDB nº 9.496/96, em seu Art. 9º, estabelece que compete à União elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Atualmente, tem-se o Plano Nacional de Educação – PNE 2014/2024, cujo prazo de vigência se encerrou em junho de 2024 e foi prorrogado até 31 de dezembro de 2025, conforme aprovação da Câmara dos Deputados, a fim de possibilitar o processo de renovação para o próximo decênio: “A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 5665/23, que prorroga o atual Plano Nacional de Educação (PNE) até 31 de dezembro de 2025” (Câmara dos Deputados, 2024).

Paralelamente ao PNE, os Estados brasileiros elaboram seus Planos Estaduais de Educação com vigência de dez anos. No Estado do Amazonas, a Lei nº 4.183, de 26 de junho de 2015, aprovou o Plano Estadual de Educação do Amazonas, conforme publicação no Diário Oficial, destacando que:

A educação e seus desdobramentos conceituais constituem o mais importante paradigma social [...] visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (Amazonas, 2015).

O Plano Estadual de Educação do Amazonas é composto por 22 metas previstas para o período de 2015 a 2025, sendo acompanhado por relatórios de monitoramento e avaliação, conforme determina a legislação vigente (Amazonas, 2015). Parte dessas metas já foi alcançada, conforme informações disponíveis no site da Seduc-AM, considerando que o plano ainda se encontra em vigor.

No que se refere à Base Nacional Comum Curricular – BNCC, documento normativo consolidado no cenário educacional brasileiro, afirma-se que: “[...] a sociedade contemporânea impõe um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo” (Brasil, 2018, p. 18).

A BNCC estabelece dez competências gerais que devem orientar as aprendizagens essenciais dos estudantes, visando à formação de cidadãos capazes de compreender a realidade, exercer a cidadania e atuar de forma crítica e responsável na sociedade (Brasil, 2018, p. 9-10).

Outro documento derivado da BNCC é o Referencial Curricular Amazonense, aprovado em 2019 pelo Conselho Estadual de Educação do Amazonas, que orienta a elaboração dos currículos escolares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, considerando as diferentes áreas do conhecimento (Amazonas, 2019).

Posteriormente, foi aprovado o Referencial Curricular Amazonense do Ensino Médio, documento normativo e obrigatório que marca mudanças significativas na educação estadual, alinhado à BNCC e às diretrizes do Novo Ensino Médio. Esse referencial amplia a carga horária, garante a formação geral básica e propõe itinerários formativos voltados à formação integral do estudante, exigindo ações de formação continuada de professores e reorganização dos documentos escolares (Amazonas, 2019).

Nesse contexto, a BNCC e os Referenciais Curriculares Amazonenses subsidiaram a construção da Proposta Curricular Pedagógica da Secretaria de Educação e Desporto do Amazonas, atualmente utilizada nos planejamentos escolares, por apresentar eixos pedagógicos, sugestões de atividades interdisciplinares e a inserção dos Temas Contemporâneos Transversais, em consonância com o que preconizam as Diretrizes da Educação Básica.

## Educação Fiscal: Democracia no Ambiente Escolar

Este eixo apresenta discussões históricas e contemporâneas no campo educacional que visam à construção da cidadania, à promoção de uma aprendizagem efetiva e significativa e à valorização da educação em valores morais e cívicos, direitos e deveres. Ao inserir temas atuais no ambiente escolar, busca-se fortalecer a atuação do educando na sociedade, preparando-o para uma participação consciente, crítica e responsável na vida social.

Nesse sentido, as contribuições de pensadores da educação filosófica, como John Dewey, Anísio Teixeira, Paulo Freire, Araújo, entre outros educadores contemporâneos, são fundamentais para compreender a educação como sinônimo de liberdade e ação, com foco na formação de estudantes atuantes e na garantia da qualidade do ensino. Essas contribuições reforçam, de modo significativo, a função social da escola no processo de formação cidadã.

John Dewey cresceu em uma pequena cidade agrícola no estado de Vermont, nos Estados Unidos, contexto que contribuiu para o desenvolvimento de sua valorização da vida em comunidade. A professora doutora em Filosofia Cristiane Trindade, da Universidade ESPM, estudiosa e adepta do pensamento de Dewey, afirma que:

Ele foi um filósofo estadunidense que presenciou as mudanças e transições entre os séculos XIX e metade do século XX, que pode acompanhar as alterações sociais significativas daquele momento e refletia sobre o lugar da Educação na sociedade democrática (Trindade, 2019, p. 115).

John Dewey (1859–1952) é reconhecido por sua relevância e pioneirismo no campo educacional. Em 1897, ao publicar o manifesto intitulado “Meu credo pedagógico”, inaugurou uma ampla reflexão pedagógica que passou a questionar os princípios e práticas da escola tradicional, contribuindo para a reformulação do papel da educação na sociedade (Trindade, 2019, p. 115).

Esse pensamento exerceu forte influência sobre a organização escolar, pois Dewey defendia que a criança, embora necessitasse de cuidado, deveria compreender que faz parte de um grupo social. Assim, sua aprendizagem deveria estar voltada para a convivência, para a cooperação e para o entendimento do papel que o indivíduo desempenha na sociedade.

Nesse contexto, Dewey criticava o modelo tradicional de ensino, ao considerar que não bastava priorizar apenas os conteúdos escolares. Para ele, os valores democráticos deveriam estar assegurados no cotidiano da escola, e as relações entre professores e alunos precisariam ser fundamentadas no diálogo. Dessa forma, o aluno passaria a se reconhecer como sujeito do processo educativo e construtor de seu próprio conhecimento. A escola, então, assumiria uma postura de democracia escolar, reduzindo a lacuna frequentemente existente entre professor e aluno.

Dewey reconhecia a importância do professor, porém defendia que este deveria conhecer os interesses do aluno, de modo que ele se sentisse à vontade para se expressar. Em uma democracia, a participação se concretiza por meio do diálogo e da liberdade de expressão. Para o autor, a democracia não se limita a regras formais; ela exige posicionamento e tomada de decisões. Assim, o estudante que vivencia experiências democráticas na escola tende a reproduzir esse comportamento na vida adulta.

Dessa maneira, Dewey defendia o protagonismo dos estudantes, com direito à autonomia, à liberdade e à expressão, compreendendo-os como seres sociais inseridos em uma sociedade dinâmica e participativa. Essas reflexões deram origem aos Movimentos Progressistas da Escola Nova.

Segundo Cunha (n.d.), “as ideias pedagógicas do filósofo e educador John Dewey tiveram uma importante influência sobre a educação brasileira”. O autor destaca que:

O primeiro deles é o Movimento dos Pioneiros da Escola Nova (1932). Nesse momento, é significativo o aspecto político das ideias deweyanas no Brasil, por meio da atuação do educador brasileiro Anísio Teixeira (1900–1971), tradutor das principais obras de Dewey para a língua portuguesa.

Anísio Teixeira (1900–1971) foi aluno de John Dewey na Universidade de Columbia, em Nova Iorque, o que explica sua estreita relação com o pensamento do filósofo norte-americano. Sua contribuição ao sistema educacional brasileiro foi expressiva, iniciando sua carreira pública ainda muito jovem. De acordo com Nunes (2000, p. 10):

Anísio Teixeira iniciou-se na vida pública em 1924, quando recebeu o convite do governador da Bahia, Francisco Marques de Góes Calmon, para ocupar o cargo de Inspetor Geral de Ensino. [...] Nos Estados Unidos trava contato com a obra do filósofo americano John Dewey que marcou decisivamente sua trajetória intelectual.

Diante do exposto, observa-se que Anísio Teixeira compartilhava das ideias de John Dewey, sobretudo no que se refere à defesa da democracia escolar, em oposição ao modelo tradicional conteudista. Nesse contexto, dedicou-se, juntamente com os pioneiros da educação, à defesa de uma escola pública de qualidade, laica, gratuita e com base comum de formação para todos, conforme afirma Brandão (1999, p. 96-97):

Anísio Teixeira e os demais pioneiros desenvolveram uma crítica sistemática ao sistema escolar pela sua inadequação à tarefa de oferecer a toda a população condições de aprendizagem escolar. Só uma escola comum, laica, gratuita, obrigatória e coeducativa seria verdadeiramente democrática.

Considerando o contexto histórico da época, tais ideias eram desafiadoras e enfrentavam resistência de setores conservadores da sociedade, uma vez que sua implementação exigia a inversão das prioridades educacionais vigentes, tradicionalmente voltadas à elite. Em sua obra *Educação não é privilégio*, Anísio Teixeira reafirma que a educação é um direito de todos.

A trajetória e o legado de Anísio Teixeira para a cultura e a educação brasileiras foram construídos por meio de múltiplas instituições de educação, cultura, ciência e tecnologia criadas em âmbito municipal, estadual e federal. Sua atuação permanece atual, especialmente nos debates sobre financiamento da educação, organização do sistema público de ensino, formação docente, gestão educacional, democratização do acesso e permanência na escola e valorização da universidade pública.

Ao longo de sua vida pública, Anísio Teixeira (1900–1971) teve como foco a formação da população, a ampliação de métodos inovadores e a valorização da escola pública, acreditando que: “Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública.”

Nesse sentido, confirma-se que a escola desempenha papel central na formação do cidadão para a vida em sociedade.

À luz das contribuições desses pensadores e educadores, compreende-se que a Educação Fiscal no ambiente escolar complementa o currículo, por estar diretamente associada à vida em sociedade e aos temas que envolvem cidadania, participação ativa e consciência social. Nessa perspectiva, Araújo (2014, p. 49) afirma que: “A escola, como instituição pública criada pela sociedade para educar as futuras gerações, deve se preocupar também com a construção da cidadania”.

Desse modo, conjectura-se que os avanços nas políticas educacionais e o novo cenário escolar, impulsionados pela Base Nacional Comum Curricular, contribuem para que a temática da Educação Fiscal conquiste um espaço permanente no meio acadêmico, econômico e social. O conhecimento sobre tributos, impostos, taxas e patrimônio público constitui elemento essencial da cidadania fiscal, incentivando os contribuintes a exercerem uma participação mais ativa e consciente na sociedade.

Segundo Pereira e Cruz (2016) *apud* Conceição, Oliveira e Costa (2020, p. 23), a cidadania fiscal inicia-se pela educação fiscal, evolui para a consciência fiscal — compreendida como a percepção do papel do sistema fiscal —, abrange a cultura fiscal e culmina na cidadania fiscal, entendida como a consciência cívica do cidadão em relação ao cumprimento de suas obrigações fiscais.

Na Revista Brasileira de Contabilidade (RBC), do Conselho Federal de Contabilidade, consta a reportagem intitulada “Educação Fiscal: um caminho para o desenvolvimento sustentável”, na qual se destaca que:

Há diferentes propostas sobre como os países podem superar seus problemas socioeconômicos e alcançar o desenvolvimento sustentável. A educação fiscal da população [...] é um dos meios de se buscar o crescimento dos países (RBC, 2023).

Nessa edição, o professor Paulo Henrique Pêgas ressalta que a população deve compreender por que paga impostos e para onde esses recursos são destinados (RBC, 2023, p. 4). O professor Emanuel Marcos Lima complementa ao afirmar que:

É por meio da arrecadação de tributos que os governos realizam as ações necessárias [...] e tornam possível o cumprimento dos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal (RBC, 2023, p. 4).

Pêgas enfatiza ainda que a Educação Fiscal deveria ser ensinada desde as séries iniciais, considerando a desigualdade social existente no país e a necessidade de compreensão da função dos tributos na promoção do bem comum (RBC, 2023, p. 4).

Diante dessas considerações, embora a Educação Fiscal seja essencial para o desenvolvimento da cidadania e da consciência social, observa-se que ainda há desafios a serem superados. Apesar dos avanços tecnológicos e da ampliação do acesso à informação, percebe-se uma baixa participação



da população no acompanhamento das políticas públicas, da arrecadação e da aplicação dos recursos públicos.

Nesse cenário, as parcerias entre instituições públicas e privadas e as secretarias de educação mostram-se fundamentais para reduzir o distanciamento cultural entre o Estado e a sociedade. Como exemplo, destaca-se o acordo firmado entre a Receita Federal e o Ministério da Educação, em 20 de março de 2024, durante o Seminário Nacional sobre Cidadania Fiscal, conforme apresentado na imagem a seguir.

**Figura 4 - Acordo firmado entre a Receita Federal e o Ministério da Educação.**



**Fonte: Brasil, 2024b.**

Verificou-se que, no âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB), vigorava a Portaria nº 896, de 05 de abril de 2012, a qual disciplinava “as atividades relacionadas à Educação Fiscal no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil”. Essa normativa foi revogada pela Portaria RFB nº 214, de 02 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 06 de setembro de 2022, Seção 1, página 31. A referida portaria estabelece, em seu Art. 3º, as diretrizes da Cidadania Fiscal, conforme segue:

- I - estimular o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias;
- II - promover a missão, os valores, a visão e os princípios de gestão da RFB;
- III - desenvolver a moral tributária;
- IV - incentivar a inclusão de elementos de cidadania fiscal nas orientações tributárias e aduaneiras;
- V - ampliar a proximidade e o conhecimento das funções da RFB perante a sociedade e os parceiros institucionais nacionais e internacionais; e

VI - colaborar com o fortalecimento da imagem institucional da RFB (Brasil, 2024b).

Considerando que Educação Fiscal e Cidadania Fiscal são compreendidas como conceitos complementares, essa cooperação voltada à inclusão da temática da Cidadania Fiscal na extensão universitária e no currículo escolar tende a produzir impactos equivalentes e positivos. Conforme destacado, “o acordo vai promover a conscientização sobre a cidadania fiscal, capacitar profissionais e estudantes do ensino superior e inserir a temática nos currículos escolares” (Brasil, 2024b), configurando-se como um avanço aguardado há décadas por estudiosos que defendem uma atuação mais efetiva da Educação Fiscal no ambiente escolar.

Nesse contexto, a Receita Federal do Brasil firmou um acordo de cooperação técnica com o Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de garantir o acesso de estudantes de todo o país a conteúdos relacionados aos direitos e deveres fiscais. A parceria foi assinada no dia 19, durante a mesa de abertura da 1ª Semana da Cidadania Fiscal, realizada em Brasília, com a participação do secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, e do secretário-executivo adjunto do MEC, Gregório Durlo Grisa (Brasil, 2024b).

Segundo a reportagem oficial, Barreirinhas afirmou que os principais objetivos do acordo entre a RFB e o MEC “englobam não apenas promover a conscientização sobre a cidadania fiscal e capacitar profissionais e estudantes do ensino superior, mas também inserir de forma transversal a temática da cidadania fiscal nos currículos escolares”. Tal iniciativa mostra-se fundamental, pois está alinhada às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece a obrigatoriedade de trabalhar conteúdos vinculados ao cotidiano dos estudantes, sendo a temática fiscal parte inerente da vida social e da utilização do bem comum.

Nesse sentido, Barreirinhas complementa ao afirmar que: “o intuito é formar cidadãos que desde cedo compreendam o sistema tributário e sejam capazes de contribuir para a formação de uma sociedade mais consciente e participativa no âmbito fiscal” (Brasil, 2024b).

Dessa forma, acredita-se que a temática da Educação Fiscal passará a ocupar posição de maior destaque no meio acadêmico, conforme evidenciado na seguinte afirmação oficial:

A educação tributária que estamos falando vai além de simplesmente decorar uma lista de impostos. Trata-se, na realidade, de compreender o impacto dessa tributação, como cada um contribui para os custos do Estado brasileiro e, a partir desse entendimento, reconhecer as injustiças presentes em nossa sociedade (Brasil, 2024b).

Embora tal perspectiva possa parecer utópica, é importante ressaltar que representa o resultado de anos de luta de diversos atores sociais e educacionais que defendem a inserção da Educação Fiscal nos currículos escolares.

O acordo estabelece, ainda, diretrizes para o compartilhamento de capacitações destinadas a servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), além de incentivar a efetivação do programa Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) da RFB em cursos de graduação, a inserção da temática da Cidadania Fiscal nos currículos do Ensino Fundamental e Médio e a realização de palestras e ações educativas voltadas aos alunos da Educação Infantil (Brasil, 2024b).

Dessa maneira, o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil celebraram o Acordo de Cooperação Técnica nº 21/2024, por meio dos processos nº 23000.044889/2023-37 e Processo RFB nº 10265.341480/2023-11, cujo objeto é assim definido:

Acordo de cooperação que entre si celebram o Ministério da Educação e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, visando ao desenvolvimento do Projeto Rede Federal Cidadã: intercâmbio técnico voltado à sustentabilidade ambiental e à cidadania fiscal (Brasil, 2024b).

O texto do acordo esclarece que seu objeto consiste na execução do Projeto Rede Federal Cidadã, conforme descrito:

O objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica é a execução do Projeto Rede Federal Cidadã: intercâmbio técnico voltado à Sustentabilidade Ambiental e Cidadania Fiscal, que objetiva o apoio às políticas públicas de educação no Brasil e, como fomento à Cidadania Fiscal, estimular iniciativas que favoreçam, conforme as competências e limitações legais dos partícipes signatários, o intercâmbio técnico, o ensino, a pesquisa, a extensão universitária e a capacitação de pessoas (Brasil, 2024b).

Trata-se de um projeto promissor, uma vez que articula sustentabilidade ambiental e cidadania fiscal, envolvendo o ensino, a pesquisa, a extensão

universitária e a capacitação de pessoas. O MEC destaca que, no âmbito desse acordo, estão previstas ações como:

a) compartilhamento de capacitações para servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT), instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e da RFB, no âmbito do Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (PlaforEDU);

b) estímulo à realização de ações educacionais, de gestão ambiental, ecoeficiência e responsabilidade social, com enfoque no reaproveitamento, readequação, transformação, reciclagem, reutilização, descaracterização, na destinação socioambiental sustentável de bens e produtos apreendidos pela RFB, em benefício da sociedade e do fortalecimento do serviço público, observada a legislação específica que regulamenta a destinação de mercadorias no âmbito da RFB;

c) incentivo à efetivação do programa Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) da RFB, recomendando a todas as instituições de ensino superior a curricularização do NAF em cursos de graduação que tenham afinidade com o programa, observados a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que determina a curricularização mínima da extensão no ensino superior, e o Referencial NAF da RFB vigente;

d) recomendação às instituições de ensino superior, e apoio à RFB nas iniciativas de inserção de cursos de extensão em temas alusivos à Cidadania Fiscal da RFB, em especial: destinação de tributos para fins sociais, educação fiscal para o exercício da cidadania e apoio fiscal às organizações da sociedade civil;

e) inserção da temática Cidadania Fiscal no currículo escolar do Ensino Fundamental e do Ensino Médio por meio de alinhamento dos programas de Cidadania Fiscal da RFB às habilidades contidas no texto da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BNCC), e à extensão universitária em consonância com a Resolução CNE/CES nº 7, de 2018; e

f) realização de palestras, projetos, e ações educativas junto aos alunos da Educação Infantil com temáticas relacionadas ao programa de Cidadania Fiscal da RFB (Brasil, 2024b).

Espera-se que esse projeto amplie, de forma mais intensa, a abordagem da Educação Fiscal na Educação Básica, especialmente se forem efeti-

vadas as ações previstas nas alíneas “e” e “f”, envolvendo alunos da Educação Infantil. Tal iniciativa poderá favorecer a alfabetização cidadã desde os primeiros anos escolares, ao disponibilizar informações sobre o meio em que vivem, tornando as crianças mais ativas, participativas, críticas e comprometidas com os assuntos da sociedade.

## *Educação Fiscal e as Parcerias com Empresas e Instituições no Amazonas*

Bernardo (2020, p. 29) afirma que a temática da Educação Fiscal “[...] foi implementada no Amazonas no final de 1997, por meio do Programa Educação Fiscal, e, em janeiro de 1999, sob o Decreto Estadual nº 19.629, o Programa foi implantado em todas as escolas públicas e particulares do território amazonense”. Trata-se de um documento disponível na Assembleia Legislativa do Amazonas (ALEAM), juntamente com outros projetos que justificam a importância da referida temática. Em todos os documentos analisados, os autores defendem que a Educação Fiscal deveria integrar os estudos desenvolvidos em sala de aula, em razão de sua relevância para a sociedade em geral. Entretanto, ressaltam que, para tal efetivação, seria necessário investimento contínuo na formação de professores.

Um dos aliados na promoção do conhecimento científico entre estudantes e professores no Amazonas é a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), que, desde 2004, desenvolve o Programa Ciência na Escola (PCE). O programa é voltado às escolas públicas e conta com editais lançados anualmente, destinados à seleção de projetos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada chamada pública.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) promove e apoia o desenvolvimento científico e tecnológico no estado por meio da criação, lançamento, execução, acompanhamento e avaliação de programas de fomento à pesquisa. Esses programas têm como objetivo apoiar a execução de projetos, a organização de eventos, a produção de publicações científicas, além de estimular a divulgação nacional e internacional de trabalhos desenvolvidos no Amazonas. Nesse contexto, insere-se o Programa Ciência na Escola (PCE) (Gomes; Abreu, 2022, p. 182).

A veracidade dessa parceria pode ser confirmada por meio de artigo publicado no Congresso Nacional de Educação (CONEDU), no qual foi reali-

zado um levantamento, com recorte temporal entre 2020 e 2022, dos projetos selecionados pela FAPEAM. O estudo deu destaque a uma escola municipal que teve seu projeto fomentado pela Fundação, abordando a inserção de venezuelanos na sociedade amazonense. Nesse artigo, os autores apresentam informações sobre a atuação da agência estadual, evidenciando a relevância dessa prática, uma vez que o objetivo dos programas consiste em apoiar a execução de projetos educacionais.

Considerando que a FAPEAM recebe apoio do Governo do Estado do Amazonas e atua em parceria com outras instituições, observa-se que:

O Governo do Estado do Amazonas, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas – SEDUC, a Secretaria Municipal de Educação – SEMED e a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Tefé – SEMEEC, torna público o lançamento deste Edital e convida professores de escolas públicas estaduais sediadas no Amazonas e municipais de Manaus ou Tefé a participarem do Programa Ciência na Escola – PCE (Amazonas, 2024).

No que se refere especificamente aos projetos relacionados à Educação Fiscal, e considerando que a temática não se limita ao conceito de tributos, mas prioriza a participação dos contribuintes no exercício da cidadania — incluindo a preservação do patrimônio público, a proteção do meio ambiente e a promoção da saúde, uma vez que tais áreas envolvem a aplicação de recursos públicos —, observa-se que alguns projetos selecionados pela FAPEAM contemplam conteúdos desenvolvidos pelas escolas públicas. Tal movimento indica avanços significativos no tratamento da temática da Educação Fiscal no contexto educacional.

Diante das divulgações disponíveis na mídia institucional, é possível observar o crescimento do número de projetos homologados pela FAPEAM que abordam a Educação Fiscal e a Cidadania. Dessa forma, elaborou-se um quadro com projetos recentes, referentes ao período de 2020 a 2024, com o objetivo de sintetizar e evidenciar a evolução das ações desenvolvidas pelas escolas em relação à temática em questão.

**Quadro 3- Projetos recentes (2020 a 2024).**

| <b>EDITAL N. 001/2020 - PCE - PROPOSTAS ENQUADRADAS</b>                                                                                                                                                              |                                                                               |                  |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|------------------|
| <b>TÍTULO DA PROPOSTA</b>                                                                                                                                                                                            | <b>ESCOLA</b>                                                                 | <b>CIDADE</b>    |
| A conservação do ambiente escolar na promoção da cidadania                                                                                                                                                           | E. M. José Sobreira do Nascimento                                             | Manaus - AM      |
| Contextualizando o Estudo da Solubilidade para uma Aprendizagem Significativa e o Exercício da Cidadania                                                                                                             | Centro Educacional Arthur Virgílio Filho                                      | Manaus - AM      |
| Leitura e cidadania                                                                                                                                                                                                  | Escola Estadual Maria Ivone de Araújo Leite                                   | Itacoatiara - AM |
| <b>Edital N° 004/2021 – Programa Ciência na Escola – PCE</b>                                                                                                                                                         |                                                                               |                  |
| <b>TÍTULO DA PROPOSTA</b>                                                                                                                                                                                            | <b>ESCOLA</b>                                                                 | <b>CIDADE</b>    |
| Cidadania e reciclagem                                                                                                                                                                                               | Escola Estadual de Tempo Integral Eng. Prof. Sérgio Alfredo Pessoa Figueiredo | Manaus - AM      |
| <b>Programa Ciência na Escola – PCE – Edital N° 004/2022. PROCESSO N°: 01.02.016301.003711/2021-02-FAPEAM</b>                                                                                                        |                                                                               |                  |
| <b>TÍTULO DA PROPOSTA</b>                                                                                                                                                                                            | <b>ESCOLA</b>                                                                 | <b>CIDADE</b>    |
| Educação Social e Filosofia: Práticas Sociais para o Exercício da Cidadania                                                                                                                                          | Escola Estadual Márcio Nery                                                   | Manaus/AM        |
| Campanha Nota Fiscal Amazônica - uma ação de educação e cidadania fiscal                                                                                                                                             | Escola Estadual de Tempo Integral João dos Santos Braga                       | Manaus/AM        |
| Sala de leituras: formação para cidadania e direitos Humanos                                                                                                                                                         | Escola Estadual Antônio Bittencourt                                           | Manaus/AM        |
| <b>Programa Ciência na Escola – PCE – Edital N° 002/2023. PROCESSO N°: 01.02.016301.000067/2023-82</b>                                                                                                               |                                                                               |                  |
| <b>TÍTULO DA PROPOSTA</b>                                                                                                                                                                                            | <b>ESCOLA</b>                                                                 | <b>CIDADE</b>    |
| Educação Fiscal: Conhecendo Os Custos Da Manutenção Do Patrimônio Público Degradado Na Escola Estadual De Tempo Integral Isaac Benzecry Para Efeitos De Conscientização E Conhecimento Da Função Social Dos Tributos | Escola Estadual Isaac Benzecry                                                | Manaus/AM        |

|                                                                                                                                                                                                                       |                                                         |                  |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|------------------|
| Educação Fiscal: A Ludicidade Como Ferramenta Metodológica Para Abordagem Sobre A Função Social Do Imposto Contribuindo Para Aprendizagens Dos Alunos Do 5º Ano Da Escola Estadual Prof. Aristóteles Comte De Alencar | Escola Estadual Aristóteles Comte de Alencar            | Manaus/AM        |
| Educação Matemática Financeira E Fiscal No Ensino Médio: Preenchimento Da Declaração De Imposto De Renda De Pessoa Física? Dirpf                                                                                      | Escola Estadual Antônio de L. Bittencourt               | Manaus/AM        |
| Educação Fiscal Na Escola Estadual Carvalho Leal: Uma Lição De Cidadania                                                                                                                                              | Escola Estadual Carvalho Leal                           | Manaus/AM        |
| A Transdisciplinaridade na Educação Fiscal na Escola Estadual Ruy Araújo.                                                                                                                                             | Escola Estadual Ruy Araújo.                             | Manaus/AM        |
| <b>Programa Ciência na Escola – PCE – Edital Nº 002/2024. PROCESSO: 01.02.016301.005244/2023-17</b>                                                                                                                   |                                                         |                  |
| <b>TÍTULO DA PROPOSTA</b>                                                                                                                                                                                             | <b>ESCOLA</b>                                           | <b>CIDADE</b>    |
| Educação Fiscal Na Escola: Uma Análise Exploratória Sobre O Conhecimento De Tributação E Seu Impacto Financeiro Familiar                                                                                              | Escola Estadual Solon de Lucena                         | Manaus/AM        |
| A Educação Fiscal Como Mecanismo No Processo De Formação Cidadã                                                                                                                                                       | Escola Estadual de Tempo Integral João dos Santos Braga | Manaus/AM        |
| Cidadania em Ação: Educação Fiscal como instrumento de Preservação do Patrimônio Público na Escola Almirante Ernesto através do Scratch                                                                               | Escola Estadual Almirante Ernesto Mello Baptista        | Manaus/AM        |
| Educação Fiscal na comunidade escolar da E. E. Ruy Araújo: praxis para cidadania                                                                                                                                      | Escola Estadual Ruy Araújo                              | Manaus/AM        |
| Cidadania em foco: Análise geográfica dos direitos fundamentais na realidade dos estudantes da Escola Estadual Maria Ivone de Araújo Leite                                                                            | Escola Estadual Maria Ivone de Araújo Leite             | Itacoatiara - AM |



|                                                                                                                                                                    |                                              |                |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|----------------|
| Sociedade e Cidadania: a valorização dos patrimônios materiais de Manaus pelos alunos do 6º ano da Escola Estadual Nathália Uchôa                                  | Escola Estadual Nathalia Uchôa               | Manaus-AM      |
| Saúde Pública E Cidadania Na Escola: Conhecer A Importância Da Manutenção Do Esquema Vacinal Para Promoção Da Saúde                                                | Escola Estadual Ernesto Penafort             | Manaus-AM      |
| Constituição Brasileira e o protagonismo juvenil: estudo crítico e histórico da Constituição de 1988 como elemento para formação cidadã dos alunos do Ensino Médio | Escola Estadual Dorval Porto                 | Manaus-AM      |
| Eleições escolares: contribuindo para a educação cidadã                                                                                                            | Escola Estadual Antônio Teles de Souza       |                |
| Ética e cidadania na formação política e filosófica do Povo Magüta da Aldeia Indígena do Umariacú /AM                                                              | Escola Estadual Indígena Almirante Tamandaré | Tabatinga - AM |

**Fonte: Amazonas, 2024.**

Todos os projetos mencionados são desenvolvidos por professores e alunos, tanto no ambiente escolar quanto em espaços externos. A análise do quadro evidencia a relevância da manutenção de parcerias com diferentes instituições, considerando a projeção social dessas iniciativas e o fortalecimento da cidadania, a partir da abordagem de múltiplos temas relacionados à educação cidadã.

Além da FAPEAM, destaca-se a parceria contínua entre a Secretaria da Fazenda (SEFAZ) e a Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar (SEDUC), que tem contribuído para ampliar a divulgação da temática Educação Fiscal na região. Essas ações têm como objetivo promover a discussão e o debate por meio de seminários, palestras, reuniões e eventos em auditórios, buscando disseminar a consciência política e cidadã dos contribuintes.

Nesse sentido, em 26 de março de 2024, a SEFAZ realizou uma oficina de Educação Fiscal em seu auditório, com a participação de gestores e professores da rede estadual de ensino, fato devidamente registrado na página oficial da instituição. Observa-se que essa articulação entre a Secretaria da Fazenda e a Secretaria de Educação é extremamente positiva para o fortalecimento da cidadania.

lecimento da consciência cidadã. Contudo, nota-se que, no que se refere à divulgação da Educação Fiscal, a Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas (SEFAZ-AM) assume papel de protagonismo, ao promover programas, palestras, encontros e seminários em âmbito estadual.

Ainda nesse contexto, no corrente ano, a SEFAZ convidou a Procuradora da Fazenda Nacional, Dra. Regina Hirose, para ministrar palestra no Seminário Estadual de Educação Fiscal, intitulado “Caminhos e perspectivas para a construção da cidadania ativa”. O evento, aberto ao público, alcançou maior abrangência por ter sido transmitido ao vivo por meio da plataforma YouTube.

Com o intuito de fomentar encontros e seminários sobre a temática, o representante do Programa Nacional de Educação Fiscal no Amazonas, Sr. Bernardo Cecílio, reconhecido defensor da Educação Fiscal no estado, busca constantemente parcerias institucionais para ampliar as abordagens que orientam o contribuinte. Essa atuação também se estende às colunas de jornais amazonenses, nas quais compartilha conhecimentos com a sociedade local.

Dessa forma, auditores fiscais produzem textos informativos voltados à orientação dos leitores, divulgados em jornais de grande circulação no estado do Amazonas. Como exemplo, destaca-se a publicação no Jornal do Commercio, Edição nº 44.057, que abordou a palestra ministrada pela Dra. Regina Hirose no Auditório do Centro de Formação Profissional Pe. José Anchieta – CEPAN/SEDUC-AM, com a presença de professores, alunos e representantes de diversas instituições brasileiras.

Na ocasião, o professor Bernardo ressaltou que: “É na escola que formamos o cidadão, portanto, as secretarias de educação são indispensáveis dentro do conselho. A Secretaria de Educação é nossa parceira desde 1998, quando começamos as discussões sobre o tema. Sempre receptiva”, concluindo sua fala ao destacar a relevância da educação formal na consolidação da cidadania fiscal.

Durante a palestra, a Dra. Regina Hirose abordou temas como corrupção e sonegação fiscal, enfatizando a importância da cidadania ativa, compreendida como um conjunto de ações que envolvem toda a sociedade. Por sua vez, o Sr. Augusto Cecílio também contribuiu com a disseminação do tema ao produzir e publicar textos em jornais de grande circulação no estado. Em uma dessas ocasiões, discorreu sobre “As funções do governo e a tributa-

ção”, explicando a estrutura organizacional do Estado e, ao final, convidando os leitores para participarem de webinários sobre a Reforma Tributária.

Considerando a relevância da Educação Fiscal para o desenvolvimento dos cidadãos e cidadãs amazonenses, torna-se imprescindível direcionar o olhar para o contexto estadual, especialmente no que se refere à importância do Polo Industrial de Manaus (PIM), compreendendo seu surgimento e seus objetivos iniciais.

A ZFM surgiu com objetivo de ser um porto livre destinado ao armazenamento, beneficiamento e retirada de produtos do exterior. Foi em 28 de fevereiro de 1967 que o presidente Castello Branco assinou o Decreto- Lei nº 288, alterando as disposições da legislação de 1957 e reformulando a ZFM, que passou a contar com uma área de 10 mil quilômetros quadrados, centralizada em Manaus. Esta data ficou marcada como o aniversário da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA, 2015).

As empresas instaladas na ZFM recebem incentivos fiscais, caracterizados por uma política tributária diferenciada, conforme destaca a SUFRAMA (2015):

A política tributária vigente na Zona Franca de Manaus é diferenciada do restante do País, oferecendo benefícios locacionais, objetivando minimizar os custos amazônicos. Além de vantagens oferecidas pelo governo federal, o modelo é reforçado por políticas tributárias estadual e municipal [...].

Atualmente, a SUFRAMA desenvolve programas que possibilitam às instituições o acesso aos espaços industriais e à própria Superintendência da Zona Franca de Manaus, com o objetivo de ampliar “as possibilidades de interlocução entre a sociedade [...] e as empresas incentivadas do PIM, como forma de divulgar os efeitos socioeconômicos e ambientais do modelo Zona Franca de Manaus”. Nesse contexto, em 2022, foi lançado o Programa Zona Franca de Portas Abertas, conforme descrito pela SUFRAMA (2015).

A partir de janeiro de 2024, esse programa passou a integrar oficialmente o rol de programas institucionais da SUFRAMA, contando com a participação das indústrias e institutos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), que se disponibilizam a apresentar aos visitantes sua história, produtos, processos produtivos, cultura corporativa e formas de gestão no âmbito do Polo Industrial de Manaus (PIM) (SUFRAMA, 2015).

Trata-se de uma iniciativa relevante da SUFRAMA e das empresas participantes, uma vez que desperta a curiosidade dos visitantes e contribui para reduzir a distância entre a sociedade e o setor industrial do PIM, aspecto evidenciado pelas imagens e registros disponíveis no sítio institucional da SUFRAMA.

Outra ação direcionada especificamente às instituições de ensino refere-se aos programas de divulgação da Zona Franca de Manaus no sistema educacional, denominados “Suframa nas Escolas” e “Suframa nas Universidades”, iniciados em 2020 e retomados em 2022. Conforme a SUFRAMA (2015), o projeto “Suframa nas Escolas” tem como objetivo promover palestras informativas em instituições de ensino, visando disseminar, junto aos estudantes concluintes do ensino médio, informações sobre a SUFRAMA, o modelo Zona Franca de Manaus e sua importância para a região e para o país, nos aspectos econômico, social, ambiental e tecnológico, além de apresentar aos jovens as “janelas de oportunidades” profissionais.

Diante do exposto, observa-se a importância de que os estudantes conheçam e acompanhem os processos históricos, econômicos e sociais que deram origem à Zona Franca de Manaus, articulando teoria e prática no processo de aprendizagem e vivenciando o exercício da cidadania de forma concreta.

Em síntese, os programas e projetos desenvolvidos no âmbito da Educação Fiscal e das parcerias institucionais no estado do Amazonas contribuem significativamente para a formação cidadã da classe estudantil. Essas iniciativas fortalecem a compreensão sobre o papel do Estado, a aplicação dos recursos públicos e o desenvolvimento econômico e social da região, despertando nos jovens novas perspectivas e expectativas em relação a um futuro mais justo, participativo e promissor.

## Formação Inicial e Continuada de Docentes

O presente eixo tem como objetivo destacar a importância da formação inicial e continuada do docente, promovendo uma reflexão acerca de novas metodologias educacionais, com foco na valorização profissional. Parte-se do pressuposto de que uma formação mais qualificada contribui de maneira significativa para o aprimoramento da prática pedagógica, temática amplamente debatida no cenário educacional contemporâneo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), em seu § 8º do Art. 62, estabelece que “os currículos dos cursos de formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular”, assegurando que esses profissionais estejam devidamente preparados para a atuação em sala de aula. Nesse sentido, emergem novas propostas voltadas à formação docente, alinhadas às demandas educacionais atuais.

Com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino oferecido aos estudantes, ao mesmo tempo em que se busca valorizar o professor, o Ministério da Educação encaminhou ao Conselho Nacional de Educação (CNE), em 14 de dezembro de 2019, a proposta da Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica. A partir desse encaminhamento, o CNE passou a promover debates com instituições formadoras, estados, municípios e escolas, visando ao aperfeiçoamento e à reformulação das normativas relacionadas à formação docente no Brasil, antes de sua homologação pelo MEC (Brasil, 2019).

Após a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018, a temática da formação docente ganhou ainda maior relevância. Em 2019, por meio da Resolução nº 2, foram definidos prazos para que os currículos dos cursos de licenciatura fossem adequados às competências e habilidades da BNCC, mediante a reformulação de suas Propostas Pedagógicas. Contudo, com a publicação da Resolução nº 1, de janeiro de 2024, que prorrogou novamente esses prazos, evidencia-se que, para muitas Instituições de Ensino Superior (IES), o tempo inicialmente estipulado mostrou-se insuficiente para a devida adequação curricular.

Dessa forma, o Ministério da Educação, por meio da Resolução CNE/CP nº 1, de 2 de janeiro de 2024, alterou o Art. 27 da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores (BNC-Formação).

Com a publicação da Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, foram definidas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial dos profissionais do magistério da Educação Básica, ampliando novamente os prazos de adequação para as IES e revogando resoluções anteriores, inclusive aquelas que tratavam da BNC-Formação. Assim, a formação docente passa a ser orientada pelas diretrizes atualmente vigentes, que:

Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura) (Brasil, 2024).

Nesse contexto, torna-se evidente que a qualificação na formação inicial e continuada dos professores deve estar articulada às novas tecnologias e metodologias educacionais, acompanhando as transformações do mundo globalizado. A BNCC (Brasil, 2018) ressalta que tanto a formação do educando quanto a do educador devem acompanhar essas tendências, favorecendo a construção de ambientes educacionais inovadores.

A Resolução CNE/CP nº 4/2024, ao definir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, estabelece novo prazo para adequação das IES, conforme disposto no Art. 17: “Os cursos de formação de professores que se encontram em funcionamento deverão se adaptar aos termos desta Resolução no prazo de 2 (dois) anos, a contar da data de sua publicação”. Nesse sentido, cabe às universidades oferecer currículos voltados ao desenvolvimento das competências e habilidades dos licenciandos, em consonância com as orientações da BNCC.

No que se refere à melhoria da qualidade do ensino e à valorização docente, diversos estudiosos têm se dedicado a investigar os impactos positivos da qualificação profissional, cujos reflexos se manifestam em sala de aula por meio da adoção de metodologias mais atrativas e significativas para os estudantes. Atualmente, observa-se uma ampla oferta de cursos, inclusive na modalidade a distância, com maior flexibilidade de horários, o que contribui para a valorização profissional, melhores condições de trabalho e aprimoramento do desempenho pedagógico.

Araújo (2014, p. 22) destaca que “a democratização e universalização do ensino trouxeram a diversidade para dentro das salas de aula”, uma vez que novos contingentes populacionais passaram a integrar o cotidiano escolar. Esse processo exigiu adaptações por parte das instituições educacionais, visando à: “Integração desses ‘novos’ alunos e alunas às salas de aula [...] e à luta pela igualdade de condições e pelo direito de inclusão de todas as pessoas no sistema educativo” (Araújo, 2014, p. 22).

Como resultado de debates, movimentos sociais e lutas históricas dos educadores por melhorias nas políticas educacionais, observa-se, atualmente, avanços significativos no campo educacional, com a definição de metas e

indicadores que visam à universalização do ensino e à ampliação do acesso, especialmente para as camadas sociais menos assistidas.

Entre os educadores que se destacaram nessas lutas está Anísio Teixeira, defensor da escola pública, gratuita e laica como instrumento de combate às desigualdades e promoção da democracia (Mundo Educação, 2024). Criador da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, foi pioneiro ao vincular a formação de professores à pesquisa, deixando um legado que ainda influencia a educação brasileira.

Anísio Teixeira compreendia a formação docente como um processo fundamentado no rigor científico e no desenvolvimento humano e psicológico, ressaltando sua importância para o fortalecimento das garantias democráticas. Conforme análise documental apresentada por UOL (2024), a formação do professor, na perspectiva do educador, estava diretamente associada à prática democrática e ao compromisso com a construção do conhecimento coletivo.

Outro educador de grande relevância para a discussão da formação docente foi Paulo Freire, cuja obra enfatiza a formação permanente do professor como elemento essencial da prática educativa. Segundo Saul e Saul (2016, p. 24):

A formação de educadores é um tema amplamente discutido por Paulo Freire, sob diferentes ângulos, sendo construída a partir de sua prática, de diálogos com educadores e de suas convicções acerca da centralidade da formação no ato de educar.

Para Freire, o professor está em constante construção, e essa compreensão se reflete na defesa de uma formação permanente, articulada à prática pedagógica. Durante o período conhecido como “gestão Paulo Freire” (1989–1992), foram implementadas propostas de formação baseadas no princípio da ação-reflexão-ação, diferenciando-se de modelos tradicionais de capacitação, muitas vezes considerados excessivamente teóricos e distantes das demandas cotidianas da sala de aula (Saul; Saul, 2016).

Nesse sentido, a formação continuada ou educação permanente alinha-se à concepção freireana de aprendizagem como processo contínuo. Trindade (2022, p. 18) afirma que a educação continuada compreende: “Um programa composto por diferentes ações como cursos, congressos, seminários, orientações técnicas, estudos individuais e coletivos, além de outras atuações”, ampliando as possibilidades formativas dos docentes, inclusive no âmbito do horário de trabalho pedagógico.

Diante desse cenário, os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) devem integrar a formação dos licenciandos, uma vez que abordam questões presentes no cotidiano social. A contextualização dos conteúdos escolares por meio desses temas busca tornar a aprendizagem mais significativa, despertando o interesse dos estudantes e contribuindo para sua formação cidadã. Conforme orienta a BNCC, os TCTs possibilitam ao estudante compreender temas como meio ambiente, economia, saúde, cidadania, multiculturalismo e ciência e tecnologia, fortalecendo a formação integral do educando (Brasil, n.d.).

Araújo (2014, p. 46–47) ressalta que a educação possui dois objetivos indissociáveis: a “instrução”, relacionada aos conteúdos disciplinares, e a “formação ética”, voltada à preparação do cidadão para participação crítica e autônoma na vida pública. Essa formação ética articula-se diretamente à formação cidadã, conforme previsto na décima competência geral da BNCC, podendo ser trabalhada de forma transversal nas diferentes áreas do conhecimento.

Os Temas Contemporâneos Transversais, conforme definido pelo Ministério da Educação:

Por não pertencerem a uma disciplina específica, mas por transpassarem e serem pertinentes a todas elas. Existem distintas concepções de como trabalhá-los na escola. Essa diversidade de abordagens é positiva na medida em que possa garantir a autonomia das redes de ensino e dos professores (Brasil, 2019 p.18).

Por fim, destaca-se que a formação de professores integra um conjunto mais amplo de políticas educacionais, nas quais o docente ocupa posição central, por ser o sujeito diretamente responsável pelo processo de ensino. Conforme afirmam Sandri, Gonçalves e Deitos (2024, p. 7), o ensino é um fenômeno social, produto da ação humana, vinculado às estruturas e às formas de organização da vida social, o que reforça a necessidade de uma formação docente sólida, crítica e permanente.

Diante do exposto, conclui-se que a formação inicial e continuada de professores constitui um elemento essencial para a qualidade social da educação, devendo estar articulada às políticas públicas, às diretrizes curriculares nacionais e às demandas contemporâneas da sociedade. Essa articulação possibilita que os docentes estejam preparados para lidar com os desafios educacionais atuais, promovendo práticas pedagógicas mais reflexivas, integradas e alinhadas à realidade dos estudantes.



Os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) estão atualmente organizados em seis grandes áreas: Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Economia, Saúde, Cidadania e Civismo, e Multiculturalismo, abrangendo quinze temáticas, como Educação Alimentar e Nutricional, Educação Financeira, Educação Fiscal, Educação Ambiental, Educação para o Consumo, Diversidade Cultural, Educação em Direitos Humanos, Direito da Criança e do Adolescente, Processo de Envelhecimento e Ciência e Tecnologia, entre outras. Essa estrutura evidencia a amplitude e a relevância dos TCTs para a formação integral do estudante, fortalecendo a prática pedagógica e ampliando a formação cidadã, contribuindo para uma educação democrática, crítica e socialmente referenciada, conforme ilustrado na imagem a seguir.

**Figura 5 – Temas contemporâneos.**



**Fonte: Brasil, 2019, p.7.**

Os Temas Transversais correspondem a conteúdos temáticos que devem ser desenvolvidos de forma contínua e integrada aos componentes curriculares, por meio de múltiplas abordagens, relacionando os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) ao cotidiano dos estudantes. Conforme afirma Ferreira (2019), organizadora do livro *A transversalidade da prática do professor pedagogo*, esses temas devem perpassar o trabalho pedagógico, favorecendo a contextualização dos conteúdos e a formação integral do aluno.

Nesse sentido, transversalizar os conteúdos das disciplinas tradicionais do currículo não implica a criação ou constituição de novas disciplinas. A transversalidade caracteriza-se justamente pelo fato de os temas abordados serem compreendidos como questões presentes no cotidiano do aluno, atravessando todas as disciplinas oficialmente previstas na grade curricular. Assim, a transversalidade refere-se ao tratamento integrado dos conhecimentos nas diferentes áreas, nas quais as questões sociais passam a compor a própria concepção teórica das áreas e de seus respectivos componentes curriculares (Ferreira, 2019, n.p.).

O documento norteador dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) estabelece que esses temas podem ser desenvolvidos em “três níveis de complexidade: intradisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar”. O trabalho intradisciplinar pressupõe a abordagem dos conteúdos relacionados aos temas contemporâneos de forma integrada aos conteúdos específicos de cada componente curricular. Não se trata, portanto, de trabalhar o tema de forma paralela, mas de incorporá-lo aos conteúdos e à metodologia da área, sob a perspectiva dos Temas Contemporâneos Transversais.

Por sua vez, a interdisciplinaridade implica o diálogo entre os diferentes campos do saber, de modo que cada componente curricular acolhe as contribuições dos demais, estabelecendo-se uma relação de interação entre eles. Nesse contexto, um Tema Contemporâneo Transversal pode ser trabalhado de maneira articulada por dois ou mais componentes curriculares. Já a abordagem transdisciplinar contribui para que o conhecimento construído ultrapasse os limites do conteúdo escolar, uma vez que favorece a flexibilização das barreiras existentes entre as diversas áreas do conhecimento, possibilitando sua articulação (Brasil, 2019, p. 18).

Observa-se, portanto, que no trabalho com a transversalidade devem ser considerados os níveis intradisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar. A partir da escolha de um tema, todos os componentes curriculares devem abordá-lo de forma integrada aos seus conteúdos, possibilitando, por exemplo, que a temática da Educação Fiscal seja trabalhada em todas as disciplinas de maneira transversal, aproximando a vivência escolar do cotidiano do aluno.

Nessa perspectiva de inovação e desenvolvimento contínuo do profissional docente, destacam-se também os estudos voltados à formação de professores, entre os quais se sobressai o pensamento de António Sampaio

da Nóvoa, doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Genève, Suíça (1986), e em História Moderna e Contemporânea pela Universidade de Paris IV-Sorbonne (2006). Nascido em Valença, Portugal, em 1954, Nóvoa dedicou sua trajetória acadêmica à reflexão sobre a educação e, especialmente, sobre a formação docente.

Nóvoa (2000), em entrevista concedida à revista *Interface*, abordou temas relacionados à universidade, à formação docente e à avaliação, enfatizando o fazer reflexivo do professor universitário. Segundo o autor, a formação docente deve estar ancorada em práticas de discussão acompanhadas de trabalhos em grupo, com vistas à instauração de rotinas de partilha no interior das universidades. Ele sinaliza, ainda, para o caráter da profissão docente no ensino superior, discutindo as novas demandas e os desafios dessa atividade diante das transformações ocorridas nas universidades, na relação com o conhecimento e no perfil do público, marcado pela crescente heterogeneidade e diversidade de interesses. O autor menciona, também, a educação médica, destacando que a ideia de formação clínica, tutoria e supervisão estará presente nas universidades nas próximas décadas (Nóvoa, 2000, p. 131).

Nesse trecho, o renomado estudioso convida à reflexão sobre a universidade, a formação docente e os processos de avaliação, ressaltando a importância do “fazer reflexivo” do professor universitário. Vinte e quatro anos após essa entrevista, observa-se que a Base Nacional Comum Curricular para a formação docente surge direcionando essa prática nas universidades e nas instituições formadoras, estabelecendo prazos para a construção de currículos que dialoguem com a contemporaneidade, conforme defendido por diversos pensadores da educação ao discutirem a formação docente.

Conforme estabelece a Resolução nº 004/2024, em seu Art. 3º, “considera-se a educação um processo formativo que se desenvolve na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, pesquisa e extensão, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas relações criativas entre natureza e cultura, nos termos do art. 205 da Constituição” (Brasil, 2024).

Nessa direção, Nóvoa afirma que a formação docente no ensino superior deve ultrapassar a simples transmissão de conhecimentos, envolvendo discussões colaborativas e um trabalho coletivo contínuo. Essa concepção aproxima-se das ideias de Paulo Freire, que também defende a necessida-

de de constante atualização e engajamento dos docentes diante das novas demandas educacionais. Dessa forma, Nóvoa ressalta a relevância da formação do professor frente às mudanças, aos desafios emergentes, às novas tendências e à crescente diversidade presente no contexto educacional.

Em entrevista concedida à Revista Educação, publicada por Paulo de Camargo na edição 295, em 28 de julho de 2023, António Nóvoa aborda o tema “professores para libertar o futuro”. Segundo Camargo (2023):

António Nóvoa [...] viajou por todos os estados brasileiros, fez conferências em dezenas de municípios de todos os portes, e se tornou uma referência nacional para temas como história da educação, formação de professores e, mais recentemente, a transformação da escola”. Como embaixador de Portugal junto à Unesco, António Nóvoa presidiu o comitê de pesquisa e redação da Comissão Futuros da Educação, que gerou o recente relatório Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação, publicado no final de 2021 (Revista Educação, 2023).

Em razão de sua familiaridade com o Brasil, António Nóvoa participa frequentemente de eventos no país, contribuindo com reflexões e diálogos sobre educação. Recentemente, participou do lançamento do livro *Professores – Libertar o futuro* (ed. Diálogos Embalados), ocasião em que esteve no Brasil, em maio, para lançamentos no Rio de Janeiro e em São Paulo, concedendo à Revista Educação a entrevista publicada na edição mencionada (Revista Educação, 2023).

A abordagem do tema “Professores para libertar o futuro” revela-se particularmente relevante no cenário educacional contemporâneo, ao evidenciar a responsabilidade atribuída ao professor diante dos múltiplos desafios que envolvem a formação das novas gerações e a construção do futuro.

A entrevista constitui um recorte significativo que destaca a importância do professor na perspectiva de António Nóvoa, por meio de um diálogo estabelecido entre o jornalista Pedro de Camargo e o professor Dr. António Nóvoa. Durante a conversa, o jornalista questiona a possibilidade de o docente ser substituído pela inteligência artificial ou pelo ensino a distância, o que poderia resultar no desaparecimento da figura do professor. A indagação apresentada foi: “Seu último livro, recém-lançado no Brasil, coloca o professor como personagem central na transformação da escola. Por que o senhor acredita que, hoje, é imperativo defender o papel dos docentes?” (Revista Educação, edição 295, 28/07/2023).

Em sua resposta, António Nóvoa expressa, de forma objetiva, a essência da relação humana existente entre alunos e professores, marcada pela cumplicidade, pelas emoções e pela interação mediada pelo conhecimento e pela cultura. O autor destaca que essa riqueza de interação encontra-se muito distante das possibilidades oferecidas pela inteligência artificial. Conforme afirma:

Num tempo de grandes mudanças, muitos alimentam visões fantásticas de um futuro sem escolas e professores. As escolas seriam substituídas por diferentes situações de aprendizagem, em casa e noutros lugares, em momentos presenciais e virtuais. Os professores seriam substituídos por dispositivos tecnológicos, reforçados pela inteligência artificial. Seria um futuro sem futuro, pois a educação implica um trabalho em comum num espaço público, implica uma relação humana marcada pelo imprevisto, pelas vivências e pelas emoções, implica um encontro entre professores e alunos mediado pelo conhecimento e pela cultura (Revista Educação, 2023).

Na segunda pergunta, o entrevistador faz referência ao contexto da pandemia de Covid-19, período em que foi necessário reduzir o contato físico, questionando se o uso intensivo das tecnologias digitais teria acelerado essas visões consideradas “fantásticas”. Em sua resposta, António Nóvoa discorre sobre os impactos do isolamento social, ressaltando que, embora necessário, esse distanciamento gerou diversos problemas, uma vez que o ser humano é essencialmente social.

Nesse contexto, Nóvoa enfatiza a importância das interações humanas na educação, destacando que o contato e a convivência são elementos fundamentais para o processo de aprendizagem. Ao abordar os desafios impostos pelo isolamento, o autor afirma:

Os efeitos devastadores da pandemia podem prolongar-se por muito tempo na nossa vida. Por medo, podemos ter tendência para nos retrairmos, para nos fecharmos em ambientes familiares, privados, isolados, separados dos outros. Mas a educação é o contrário da ‘separação’ — é a ‘junção’ de pessoas diferentes num mesmo espaço, é a capacidade de trabalharmos em conjunto. Não há educação fora da relação com os outros e, por isso, os professores são tão importantes. As tecnologias fazem parte da nossa vida, do dia a dia das nossas crianças, mas a educação dá-se sempre num contexto de relação humana. Não

nos podemos educar sem os outros. Para criar as condições deste encontro, os professores são insubstituíveis. Hoje e no futuro (Revista Educação, 2023).

Conforme destaca o professor Dr. António Nóvoa, a tecnologia integra o contexto educacional contemporâneo; contudo, a educação é uma construção humana que depende, essencialmente, da relação entre alunos e professores. Nesse sentido, torna-se fundamental que o docente assuma o protagonismo de sua formação, desenvolvendo-a com a consciência de que sua prática será determinante para o desenvolvimento dos estudantes da Educação Básica.

No cenário educacional atual, marcado por diferentes direcionamentos e movimentos em torno da formação docente e, conseqüentemente, da formação dos estudantes, o Ensino Médio, última etapa da Educação Básica, ganha especial relevância. Ao concluir essa fase, muitos estudantes ingressam no mercado de trabalho, o que reforça a responsabilidade dos docentes que atuam nesse nível de ensino, sobretudo diante das mudanças implementadas pelo Novo Ensino Médio, que introduziu o Projeto de Vida como elemento central na formação dos alunos.

Diante desse contexto, as Instituições de Ensino Superior (IES), responsáveis pela formação dos novos profissionais da educação, devem observar e cumprir as leis, decretos, resoluções e diretrizes vigentes. Cabe às universidades acompanhar e implementar as normativas estabelecidas pela legislação educacional, como ocorreu com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com a aprovação da Resolução nº 004, de 2024, que institui novas diretrizes para a formação docente. Inicia-se, assim, uma nova fase de adequação do sistema educacional, exigindo que as IES atualizem seus currículos em consonância com as propostas contemporâneas.

Em síntese, a fundamentação teórica evidencia que a Educação Fiscal, a Cidadania Fiscal, os Temas Contemporâneos Transversais e a formação inicial e continuada de docentes são elementos essenciais para a prática pedagógica crítica, reflexiva e alinhada às demandas da sociedade contemporânea.

# METODOLOGIA

Este capítulo descreve detalhadamente o processo metodológico adotado para a realização da pesquisa científica sobre a Educação Fiscal nas escolas públicas estaduais do bairro do Coroadó, em Manaus, Amazonas, Brasil, nos anos de 2023 e 2024. Durante o desenvolvimento do estudo, constatou-se que a Educação Fiscal deve ser abordada e trabalhada de forma transversal em todas as disciplinas, conforme estabelecem os documentos consultados que norteiam a educação.

De acordo com Minayo (2011, p. 17), a: “[...] pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo, embora seja uma prática teórica, vincula pensamento e ação”. Nesse sentido, espera-se que a divulgação desta pesquisa em meios acadêmicos e de comunicação contribua para ampliar a visibilidade da temática, alinhando-se aos direcionamentos da LDB, PNE, BNCC, RCA, bem como à Proposta Curricular e Pedagógica do Ensino Fundamental e Médio.

Gil (2024, p. 9) reforça que “A ciência tem como objetivo fundamental chegar à veracidade dos fatos. [...] Para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação.” Complementando essa perspectiva, Imaña-Encinas (2019, p. 2) afirma que “O fundamento da pesquisa está, conseqüentemente, na busca do conhecimento.” Toledo (2021) conceitua o conhecimento como “a capacidade de entender e compreender as coisas por meio da experiência ou do raciocínio. Pode ser aplicado, criando e experimentando o novo.”

Ainda segundo Imaña-Encinas (2019), “Conhecer é basicamente incorporar um conceito novo, ou original, sobre um fato ou fenômeno qualquer. O conhecimento não nasce do vazio e sim das experiências [...] através de experiências [...] e das leituras de livros e artigos diversos.”

O conhecimento pode ser classificado, resumidamente, segundo Gil e Toledo (2019), em quatro tipos:

- **Conhecimento Popular (ou Empírico):** adquirido no cotidiano, sem aplicação de método científico, por tentativa e erro. Exemplo: descobrir “macetes” para abrir uma janela travada.
- **Conhecimento Científico:** busca lidar com fatos ou ocorrências, testando hipóteses e verificando sua veracidade. Exemplo: desenvolvimento da vacina contra o coronavírus.

- **Conhecimento Filosófico:** fundamenta-se na reflexão racional, buscando compreender o universal a partir do material. Exemplo: “Só sei que nada sei”, frase de Sócrates.
- **Conhecimento Teológico ou Religioso:** baseado na fé e na interpretação de fenômenos por indivíduos inspirados. Exemplo: acreditar em curas milagrosas. (Toledo, 2019, p. 16).

Dessa forma, a pesquisa constitui-se como ferramenta para buscar conhecimento, explicar fenômenos e gerar novos saberes.

## Tipo de Pesquisa

Para investigar o tema de forma abrangente, foram adotados métodos que se complementam, garantindo o desenvolvimento amplo da pesquisa. Nesse sentido, Gil (2024, p. 9) afirma que o método “refere-se ao conjunto de regras básicas para desenvolver uma investigação com vistas a produzir novos conhecimentos ou corrigir e integrar conhecimentos existentes [...] livre da subjetividade do pesquisador [...]”.

De acordo com Toledo (2021, p.16), a pesquisa científica pode ser classificada segundo quatro critérios: abordagem, natureza, objetivos e procedimentos. Neste estudo, utilizou-se uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos de forma integrada, buscando explorar e descrever o fenômeno de maneira ampla e profunda. Essa abordagem reconhece a existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito.

Quanto à natureza, a pesquisa é exploratória e descritiva, pois visa mapear práticas existentes e compreender o contexto em que a Educação Fiscal é abordada, gerando novos conhecimentos para o avanço da ciência, sem previsão de aplicação prática imediata (Toledo, 2021).

A escolha por uma pesquisa exploratória e descritiva justifica-se pelo objetivo de investigar como a Educação Fiscal está presente nas escolas públicas estaduais do bairro do Coroadó, considerando a formação e a atuação docente nos anos de 2023 e 2024. Como afirma Toledo (2021), “A pesquisa exploratória objetiva proporcionar uma maior proximidade com o problema, de forma a elucidá-lo ou, então, elaborar hipóteses.”

As hipóteses da pesquisa foram testadas para afirmar ou refutar os questionamentos baseados nos objetivos específicos:

- I. Verificar de que formas os docentes dos Anos Finais do Ensino Fundamental compreendem a temática da Educação Fiscal;



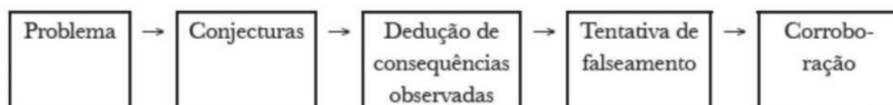
- II. Identificar como os docentes do Ensino Médio conhecem a temática da Educação Fiscal;
- III. Examinar como os Temas Contemporâneos Transversais estão inseridos na formação desses docentes;
- IV. Investigar como os docentes abordam a temática da Educação Fiscal em suas aulas;
- V. Verificar os projetos e ações registrados nas gerências do Departamento de Políticas e Programas Educacionais (DEPPE) e da Coordenadoria Distrital da Seduc/Amazonas relacionados à Educação Fiscal.

## Tipo de Método

O estudo adotou o método hipotético-dedutivo, alinhado à corrente filosófica do Racionalismo Crítico, proposta por Karl Popper, que defende que o progresso científico ocorre por meio de hipóteses testáveis e refutáveis, sendo a falsificabilidade o critério central da ciência.

Considerando a sistematização apresentada por Gil (2024, p. 13), o autor propõe um esquema explicativo do método hipotético-dedutivo, conforme ilustrado na Figura 6.

**Figura 6 – O método hipotético-dedutivo.**



**Fonte: Gil (2024, p.13)**

De acordo com esse esquema, o problema de pesquisa surge quando os conhecimentos disponíveis sobre determinado assunto se mostram insuficientes para explicar um fenômeno. A partir dessa lacuna, formulam-se hipóteses, das quais se deduzem consequências observáveis que devem ser submetidas a testes empíricos.

Quando essas hipóteses não são refutadas, mas confirmadas pelos testes realizados, ocorre sua corroboração. No entanto, tal corroboração não representa uma confirmação definitiva, uma vez que novos fatos ou evidências podem emergir e invalidar as hipóteses anteriormente aceitas, reafirmando o caráter provisório do conhecimento científico.

## Enfoque

Considerando que a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e quantitativa, o estudo apresenta enfoque exploratório, conforme definido por Gil (2024, p. 26):

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses a serem testadas em estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento.

Esse enfoque foi escolhido a partir da constatação de que a temática da Educação Fiscal ainda é pouco discutida no âmbito educacional. Tal conclusão decorreu da revisão de periódicos, bancos de teses e bases de dados, nos quais se observou a escassez de trabalhos acadêmicos que abordem a apropriação e o desenvolvimento da Educação Fiscal no contexto escolar.

Nesse sentido, Gil (2024, p. 26) reforça que:

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis sobre ele.

## População e Amostra

Em Métodos e técnicas de pesquisa social, Gil (2024, p. 101) define universo ou população como um conjunto de elementos que apresentam determinadas características comuns, como, por exemplo, alunos matriculados em uma escola ou trabalhadores vinculados a um sindicato.

Para o autor, a amostra corresponde a: “[...] um subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população” (Gil, 2024, p. 102).

Com base nesses conceitos, a população desta pesquisa foi composta por docentes efetivos e/ou contratados por Processo Seletivo Simplificado (PSS), lotados nas escolas públicas estaduais situadas no bairro do Coroado, em Manaus (AM). Inicialmente, estimou-se um universo de aproximadamente 150 docentes, considerando como critério principal aqueles que atuavam nas disciplinas de História, Geografia, Matemática e Língua Portuguesa.

Posteriormente, a participação foi ampliada para todos os docentes dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. No entanto, apenas 29 professores aderiram voluntariamente à pesquisa, constituindo, assim, a amostra efetiva do estudo.

## *Sujeitos da Pesquisa*

A unidade de análise compreendeu seis escolas públicas estaduais que ofertam os Anos Finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, localizadas no bairro do Coroado, em Manaus, Amazonas, no período de 2023 a 2024.

Os sujeitos da pesquisa foram 29 docentes atuantes nessas etapas de ensino, vinculados à Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar (Seduc/AM), sendo efetivos ou contratados via Processo Seletivo Simplificado (PSS).

Inicialmente, a pesquisa seria realizada junto ao Departamento de Políticas e Programas Educacionais (DEPPE). Contudo, após orientação de que as informações competiam à Coordenadoria Distrital da Seduc/Amazonas, o questionário foi estendido a essa unidade, vinculada à Gerência de Projetos. A coleta de dados ocorreu por meio de um formulário eletrônico (Google Forms), contendo perguntas abertas relacionadas aos projetos e ações sobre Educação Fiscal no bairro do Coroado.

A investigação concentrou-se na formação inicial e continuada dos docentes, em suas práticas pedagógicas nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, bem como nos setores administrativos envolvidos na gestão educacional, incluindo o DEPPE e a Coordenadoria Distrital da Seduc/Amazonas.

Com a participação dos 29 professores respondentes, além dos representantes dos setores administrativos, a pesquisa possibilitou uma visão integrada sobre as práticas pedagógicas e as políticas educacionais relacionadas à Educação Fiscal. Esse enfoque multifacetado permitiu compreender de forma mais abrangente os desafios enfrentados pelos docentes e forneceu subsídios relevantes para o aprimoramento das práticas educacionais e das políticas de apoio às escolas.

Os resultados obtidos contribuíram para uma análise aprofundada das experiências pedagógicas e das estratégias de ensino relacionadas à Educação Fiscal, ampliando a compreensão das necessidades e das boas práticas no âmbito da educação básica.

## Técnicas e Instrumentos de Coleta de Dados

Para a realização deste estudo, adotou-se uma metodologia de caráter documental, descritivo e etnográfico, desenvolvida por meio da aplicação de questionários elaborados na plataforma Google Forms, contendo perguntas fechadas e abertas, os quais possibilitaram testar as hipóteses construídas durante o planejamento da pesquisa.

Com o objetivo de facilitar a coleta dos dados e conferir maior clareza ao processo investigativo, os instrumentos foram organizados da seguinte forma: o Questionário 01, destinado aos professores que participaram voluntariamente da pesquisa; o Questionário 02-A, direcionado ao Departamento de Políticas e Programas Educacionais (DEPPE), com a finalidade de compreender suas práticas e contribuições para os projetos escolares; e o Questionário 02-B, aplicado à Coordenadoria Distrital da Seduc/Amazonas, responsável por fornecer informações relevantes ao DEPPE e por assegurar a articulação entre as escolas e o referido departamento.

Inicialmente, realizou-se um mapeamento das escolas públicas estaduais localizadas no bairro do Coroado. Após essa identificação, as escolas foram visitadas para convidar os docentes a participarem do estudo. Na ocasião, esclareceu-se que a pesquisa seria realizada por meio de formulário eletrônico (Google Forms), garantindo o anonimato dos participantes, uma vez que não havia a intenção de identificá-los individualmente, considerando o caráter exclusivamente científico da investigação. O link do formulário foi disponibilizado à gestão escolar, que ficou responsável por divulgá-lo nos grupos de professores via WhatsApp ou por outros meios de comunicação institucionais.

Em momento posterior, a pesquisadora encaminhou, por meio de protocolo virtual, à Gerência do Departamento de Políticas e Programas Educacionais (DEPPE) e à Coordenadoria Distrital da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar (Seduc/AM), o link do formulário do Google Forms correspondente aos Questionários 02-A e 02-B, destinados à coleta de informações institucionais.

Os instrumentos de coleta de dados, portanto, consistiram em questionários aplicados nas escolas públicas estaduais do bairro do Coroado, em Manaus, Amazonas, no período de 2023 a 2024. Os participantes foram informados de que os resultados poderiam ser publicados, assegurando-se o

sigilo absoluto das respostas e a não vinculação destas às identidades individuais, garantindo a participação anônima e voluntária. A pesquisa contou com o apoio da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar (Seduc/AM), formalizado por meio de Termo de Anuência, no qual a pesquisadora assumiu compromisso ético de contribuir para a melhoria da qualidade da educação, sem prejuízo à imagem das instituições envolvidas.

Desse modo, o estudo observou rigorosamente a legislação vigente, em conformidade com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e com a Resolução CNS nº 510/2016, respeitando os princípios éticos da pesquisa científica, tais como anonimato, participação voluntária, clareza dos objetivos e preservação da integridade dos participantes.

### *Procedimentos de Aplicação dos Instrumentos*

No que se refere aos procedimentos metodológicos, foram aplicados três questionários por meio do Google Forms: o Questionário 01, composto por 18 perguntas, alternando entre questões fechadas e abertas, direcionado aos 29 docentes participantes; e os Questionários 02-A e 02-B, cada um contendo quatro perguntas abertas, aplicados junto às gerências do DEPPE e da Coordenadoria Distrital da Seduc/Amazonas. A pesquisa assumiu caráter qualitativo e quantitativo, com abordagem descritiva e exploratória.

O estudo também se apoiou na revisão da literatura, caracterizando-se como pesquisa bibliográfica. Conforme afirmam Marconi e Lakatos (2017, p. 216):

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo [...]. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...], propiciando o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

As referências utilizadas fundamentam-se em autores clássicos e contemporâneos da educação, como John Dewey, Paulo Freire e Anísio Teixeira, reconhecidos por suas contribuições à defesa da escola pública e à formação inicial e continuada dos professores. Além desses, foram consultados artigos, dissertações e teses, inclusive de pesquisadores amazonenses, que contribuíram significativamente para o aprofundamento teórico da pesquisa.

Com vistas a ampliar a fidedignidade do estudo, recorreu-se também à pesquisa documental, utilizando-se fontes primárias, como a Constituição

Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996 e suas atualizações, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os Planos Nacionais de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017 e 2018). Conforme Marconi e Lakatos (2017, p. 208), a pesquisa documental caracteriza-se por utilizar documentos como fonte principal de dados, produzidos no momento do fato ou posteriormente.

Optou-se ainda pela pesquisa descritiva, com o intuito de descrever e analisar os resultados obtidos a partir dos questionamentos formulados, bem como de caracterizar o perfil dos docentes participantes e suas práticas relacionadas à Educação Fiscal nas escolas públicas estaduais do bairro do Coroadó, no período de 2023 a 2024. Segundo Marconi e Lakatos (2017, p. 124), a pesquisa descritiva observa e avalia as relações entre variáveis tal como se manifestam espontaneamente, sem a manipulação prévia dessas variáveis.

Adicionalmente, empregou-se a pesquisa etnográfica, considerando que os questionários possibilitaram a coleta de dados relacionados a valores, percepções e práticas docentes. Para Marconi e Lakatos (2017, p. 28), o método etnográfico constitui um conjunto de técnicas voltadas à compreensão do estilo de vida, da cultura e das práticas sociais de determinados grupos, sendo a observação um elemento central desse método.

A adoção dessa abordagem contribuiu significativamente para a análise qualitativa do fenômeno investigado, permitindo compreender a Educação Fiscal sob a perspectiva dos docentes. Os dados coletados possibilitaram a organização de informações em gráficos e tabelas, favorecendo a visualização e interpretação dos resultados. Assim, os achados desta pesquisa serão apresentados e discutidos no capítulo seguinte.

# APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar e analisar os dados coletados nesta pesquisa de abordagem mista, desenvolvida a partir das técnicas etnográfica e descritiva, por meio da aplicação de formulários elaborados na plataforma Google Forms.

A pesquisa foi realizada em escolas públicas estaduais localizadas no bairro do Coroadó, bem como junto ao Departamento de Políticas e Programas Educacionais (DEPPE) e à Coordenadoria Distrital da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar (Seduc/AM), no município de Manaus, Amazonas, envolvendo a aplicação de três questionários distintos.

O Questionário 01 foi destinado aos professores das escolas públicas estaduais do bairro do Coroadó, com o objetivo de coletar informações diretamente dos docentes acerca de sua formação, bem como de suas práticas pedagógicas e conhecimentos relacionados à temática da Educação Fiscal.

O Questionário 02-A foi aplicado às Gerências de Programas e Projetos da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar (Seduc/AM), buscando levantar dados sobre os programas e projetos desenvolvidos no âmbito da Educação Fiscal e sua implementação nas unidades escolares.

Já o Questionário 02-B foi direcionado à Coordenadoria Distrital da Seduc/AM, com a finalidade de complementar as informações obtidas por meio do Questionário 02-A, além de identificar dados referentes aos projetos escolares e às ações de coordenação e supervisão das práticas pedagógicas relacionadas à Educação Fiscal nas escolas distritais.

A pesquisa foi realizada em seis escolas públicas estaduais da Educação Básica, assim distribuídas: três escolas que ofertam o Ensino Fundamental (anos finais, do 6º ao 9º ano); duas escolas que oferecem tanto o Ensino Fundamental (anos finais) quanto o Ensino Médio; e uma escola que atende exclusivamente ao Ensino Médio.

Essa configuração possibilitou uma análise mais abrangente das práticas pedagógicas e dos desafios relacionados à Educação Fiscal em diferentes contextos escolares e nas etapas de ensino contempladas pelo estudo.

Na seção subsequente, são apresentados e analisados os resultados obtidos a partir das respostas dos 29 docentes participantes. Em seguida, são discutidas as contribuições das Gerências do Departamento de Políticas e Programas Educacionais (DEPPE) e da Coordenadoria Distrital da Seduc/ Amazonas.

Destaca-se que a análise dos dados também contemplou o teste das hipóteses formuladas, fundamentadas nos questionamentos elaborados ao longo da pesquisa, com ênfase na temática da Educação Fiscal.

Ressalta-se que as questões de 1 a 5 não estavam associadas a hipóteses prévias, não havendo, portanto, formulação de suposições para esse conjunto inicial de perguntas. As hipóteses passaram a ser elaboradas a partir da questão 6.

Nesse sentido, as perguntas de 1 a 5 tiveram como finalidade traçar um panorama do perfil dos docentes participantes, abordando aspectos como o tipo de vínculo profissional — a fim de identificar se os professores eram efetivos ou contratados por meio de Processo Seletivo Simplificado —, as disciplinas ministradas e as áreas de atuação docente.

Além disso, buscou-se identificar as etapas da Educação Básica em que os docentes atuam, especificamente nos Anos Finais do Ensino Fundamental (do 6º ao 9º ano) e/ou no Ensino Médio. Essas informações contribuíram para contextualizar o perfil dos participantes e compreender de que forma suas condições de trabalho e campos de atuação podem influenciar suas práticas pedagógicas e seus conhecimentos, especialmente no que se refere à Educação Fiscal.

## Organização dos Resultados e Discussão dos Dados

Com o objetivo geral de investigar como a Educação Fiscal é abordada nas escolas públicas estaduais do bairro do Coroadó, considerando a formação e a atuação docente em Manaus, Amazonas, Brasil, nos anos de 2023 e 2024, a pesquisa foi organizada de modo que cada seção estivesse diretamente articulada aos objetivos específicos estabelecidos. Essa estrutura assegurou uma apresentação coerente e sistemática dos resultados, favorecendo a compreensão dos dados e contribuindo para a consistência analítica do estudo.



Os objetivos específicos definidos foram: (I) verificar como os professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental compreendem a temática da Educação Fiscal; (II) analisar como os docentes do Ensino Médio lidam com essa temática; (III) identificar de que forma os Temas Contemporâneos Transversais se refletem na formação desses professores; (IV) investigar como os docentes integram a Educação Fiscal em suas práticas pedagógicas; e (V) levantar os projetos e ações relacionados à Educação Fiscal registrados no Departamento de Políticas e Programas Educacionais (DEPPE) da Secretaria de Educação e Desporto do Estado do Amazonas.

A metodologia adotada seguiu uma abordagem mista, qualitativa e quantitativa, de natureza descritiva e exploratória, utilizando procedimentos documentais e etnográficos. Para a coleta de dados, foram aplicados três questionários por meio da plataforma Google Forms: um composto por 18 perguntas, entre fechadas e abertas, direcionado a 29 docentes, e dois questionários específicos, com quatro perguntas abertas cada, destinados às gerências do DEPPE e à Coordenadoria Distrital. O método hipotético-dedutivo orientou o desenvolvimento do estudo, possibilitando a confirmação ou refutação das hipóteses formuladas ao longo da pesquisa, que envolveu o mapeamento de seis escolas públicas estaduais localizadas no bairro do Coroadó.

Essa estratégia metodológica permitiu uma análise interpretativa detalhada acerca da presença da Educação Fiscal tanto nas práticas pedagógicas quanto no âmbito da gestão educacional. Além disso, possibilitou a identificação de lacunas e desafios existentes, ao mesmo tempo em que apontou possibilidades de aprimoramento na implementação de projetos de Educação Fiscal, abrindo perspectivas para futuras investigações no contexto educacional da região amazônica.

As seções subsequentes apresentam os resultados obtidos a partir da aplicação dos Questionários 01, 02-A e 02-B, organizados conforme a ordem de aplicação e análise.

## Questionário 01

Inicialmente, foi solicitada aos participantes a autorização para a utilização das respostas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, assegurando o anonimato e o sigilo das informações fornecidas.

### Gráfico 1 - Autorização dos participantes.

Caro docente, as perguntas de 1 a 5 estão relacionadas ao seu vínculo empregatício.

29 respostas



**Fonte: a autora, 2024.**

Como pode ser observado no Gráfico 1, todos os participantes concordaram em contribuir com a pesquisa, autorizando o uso de suas respostas para fins acadêmicos. Esse resultado evidencia o engajamento dos docentes e o interesse em colaborar com investigações científicas relacionadas à realidade educacional em que estão inseridos.

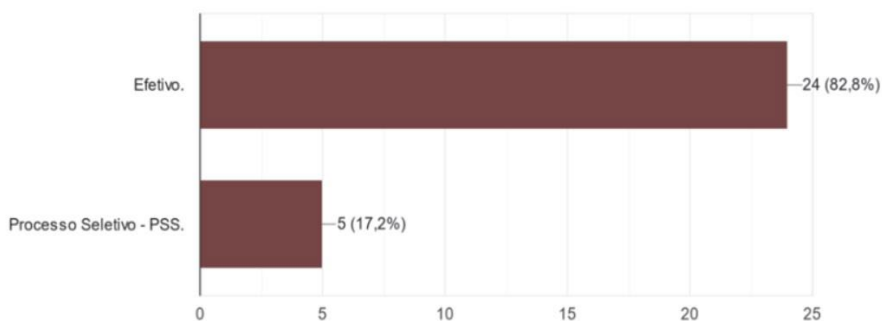
Na sequência, buscou-se caracterizar o perfil dos docentes participantes por meio das perguntas de 01 a 05 do questionário. Nesse contexto, a pergunta 1 teve como objetivo identificar o vínculo empregatício dos respondentes junto à Secretaria de Estado de Educação.

Conforme evidenciado no Gráfico 2, entre os docentes que participaram da pesquisa, 24 são efetivos do quadro da Secretaria de Educação, enquanto apenas 5 atuam sob regime de contratação temporária, por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS).

## Gráfico 2 - Vínculo empregatício dos participantes

1 – Que tipo de vínculo você possui com a Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar - SEDUC/AM?

29 respostas



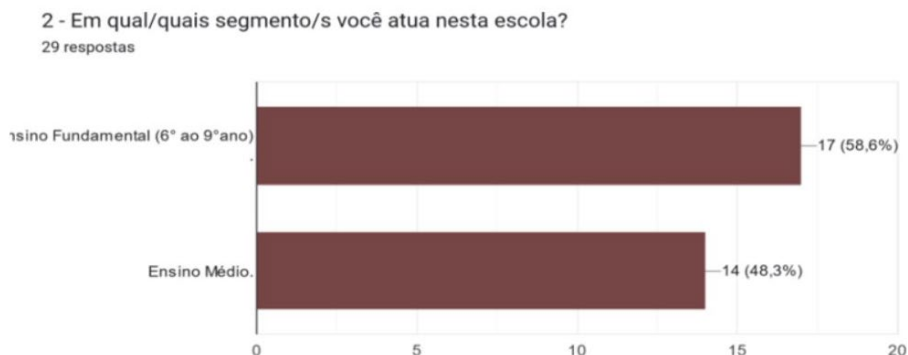
Fonte: A autora, 2024.

Os dados evidenciam a predominância de docentes efetivos entre os participantes da pesquisa, correspondendo a 82,8% do total, enquanto 17,2% são professores contratados temporariamente por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS). Essa distribuição revela uma participação significativamente maior de servidores efetivos em relação aos temporários.

Segundo Libâneo (2012), o vínculo empregatício constitui um fator relevante na construção da identidade profissional docente, influenciando diretamente o comprometimento, a continuidade e a consolidação das práticas pedagógicas. Nesse sentido, a expressiva presença de professores efetivos pode indicar maior estabilidade no corpo docente, aspecto que tende a favorecer a implementação e a permanência de projetos pedagógicos, como aqueles voltados à Educação Fiscal. Por outro lado, a presença, ainda que minoritária, de docentes contratados temporariamente aponta para a existência de contratações emergenciais, as quais podem dificultar a coesão do trabalho pedagógico e a continuidade das ações educacionais ao longo do tempo.

Dando continuidade à análise, a pergunta 2 teve como objetivo identificar o segmento educacional em que os docentes atuam, cujos resultados são apresentados no gráfico a seguir.

### Gráfico 3 - Segmento educacional.



Fonte: A autora, 2024.

O Gráfico 3 mostra como os participantes estão distribuídos de acordo com o nível educacional em que trabalham, revelando que 58.6% dos professores ministram aulas no Ensino Fundamental (do 6º ao 9º ano), e 48.3% atuam no Ensino Médio. Essas informações apontam para uma presença significativa de educadores em ambas as etapas de ensino - um fator relevante para a implementação da Educação Fiscal nas instituições escolares. Conforme mencionado no embasamento teórico de Lima (2019), é fundamental que as escolas promovam a Educação Fiscal para preparar indivíduos críticos e conscientes de suas responsabilidades e direitos desde a educação primária, estimulando uma transformação cultural e uma participação ativa na sociedade.

O engajamento em ambas as áreas possibilita a abordagem constante e integrada de assuntos interdisciplinares como Educação Financeira ao longo da jornada educativa dos alunos. Isso está alinhado com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que destaca a relevância de vincular a teoria à realidade dos estudantes (BRASIL, 2018). Além disso, esse método promove o desenvolvimento de habilidades relacionadas à cidadania e ao compromisso social, essenciais para educar pessoas capazes de se envolver ativamente na sociedade e supervisionar o uso dos recursos públicos (Campêlo, 2015).

Essa informação forneceu uma visão sobre a distribuição dos docentes entre os diferentes níveis de ensino nas escolas participantes, com a maior parte atuando nos anos finais do Ensino Fundamental, e conforme demonstrado no gráfico 3, temos a seguinte distribuição, 17 docentes atuam nos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), 14 docentes atuam no Ensino Médio e 2 docentes atuam em mais de um segmento.

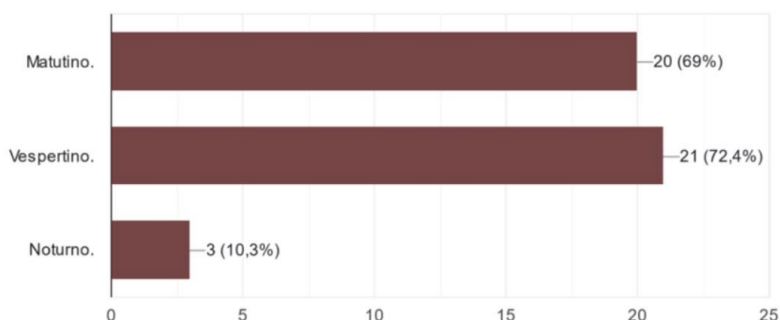
Ao elaborar a pergunta 3, objetivou-se conhecer o quantitativo de docentes respondentes por turno de trabalho. De acordo com o gráfico 4, os resultados mostram que 15 docentes trabalham em mais de um turno, o que implica que há uma sobreposição nas contagens.

Nesse sentido, os docentes estão distribuídos da seguinte forma: 20 docentes atuam no turno matutino; 21 docentes atuam no turno vespertino e 3 docentes atuam no turno noturno. O total de docentes distribuídos pelos turnos é 44, refletindo a sobreposição mencionada, pois alguns docentes trabalham em múltiplos turnos.

#### **Gráfico 4 – Turnos de trabalho dos docentes.**

3 - Em qual/ quais turno (s) você trabalha nesta escola?

29 respostas



**Fonte: a autora, 2024.**

Com a pergunta 4, objetivou-se identificar quais os componentes curriculares dos participantes. Os dados apresentados no Gráfico 4 revelam que a maioria dos docentes trabalha tanto no período matutino (69%) quanto no vespertino (72,4%), enquanto apenas uma parcela reduzida (10,3%) atua no noturno. Essa distribuição sugere uma sobrecarga de horários, o que não é raro no contexto educacional brasileiro, em que professores frequentemente assumem múltiplos turnos para complementar sua renda.

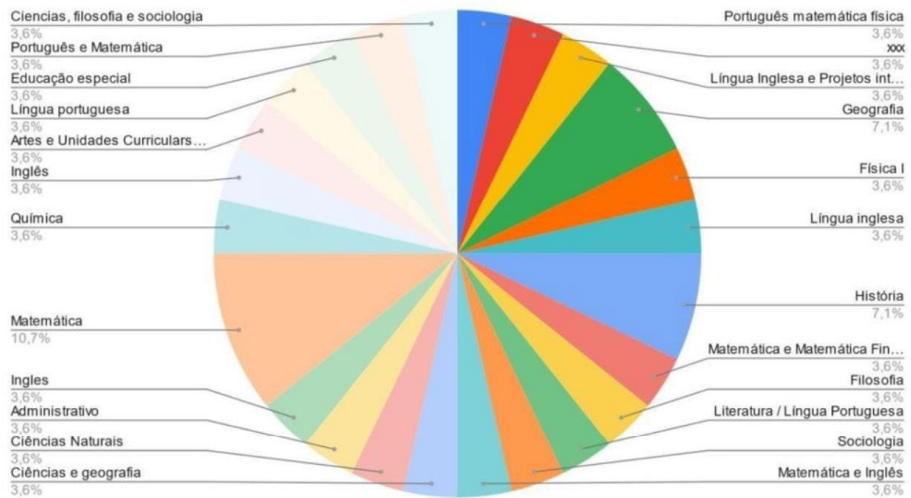
Essa realidade é coerente com o que Araújo (2014) aponta sobre as dificuldades da profissão docente no Brasil, incluindo o acúmulo de funções e jornadas extensas que podem comprometer a qualidade do ensino. Ademais, a atuação em diferentes turnos pode dificultar a implementação de projetos transversais, como a Educação Fiscal, que demandam planejamento e tempo para integração ao currículo. Nesse sentido, a sobrecarga pode limitar as oportunidades de práticas pedagógicas inovadoras, como destaca Dewey

apud Trindade (2019), ao afirmar que a educação significativa requer tempo e espaço para que o professor e o aluno se envolvam criticamente no processo de aprendizagem.

De acordo com o gráfico 5, o resultado ilustra a atuação dos docentes em diferentes componentes curriculares diversidade de Componentes Curriculares, mostrando a variedade de áreas ou disciplinas em que os docentes estão envolvidos, indicando a versatilidade dos professores.

Gráfico 5 - Disciplinas ministradas

4 - Escreva qual / quais disciplina(s) que você ministra aulas nesta escola.



Fonte: a autora, 2024.

Formalizou-se a pergunta 5 para conhecer sobre a formação e qualificação dos participantes, sendo possível identificar, de acordo com gráfico 6, que no Ensino superior completo (24,1%), ou seja, um quarto dos participantes completou apenas graduação, o que indica uma base sólida de formação acadêmica, mas sem a especialização avançada.

Sobre a especialização (48,3%) a maioria dos participantes possuem especialização, o que sugere que eles têm um nível avançado de conhecimento em áreas específicas, mas não necessariamente um mestrado ou doutorado.

Em se tratando de mestrado (24,1%) a mesma proporção que tem ensino superior completo também possui mestrado, mostrando que uma parte significativa dos participantes tem um nível de qualificação avançado.

Porém, o doutorado (3,5%) só tem um pequeno percentual, indicando que apenas uma minoria atingiu o nível mais alto de formação acadêmica.

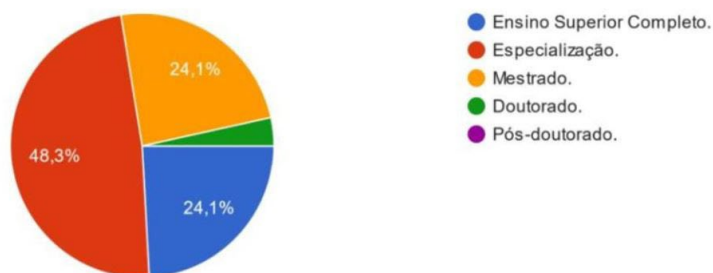
Nenhum participante possui pós-doutorado, o que é comum em muitos grupos e sugere que a maioria está focada em qualificações mais práticas ou acadêmicas que não exigem essa etapa adicional.

Segundo Nóvoa (2000), é importante para os professores se manterem atualizados com as mudanças sociais e os novos desafios educacionais por meio da formação contínua. Isso envolve refletir sobre suas práticas pedagógicas ao longo da carreira para melhorar constantemente. A alta proporção de docentes com especialização (48,3%) confirma essa ideia de que a busca por aprimoramento profissional é constante. Mesmo em cenários em que o mestrado ou doutorado não são predominantes entre os educadores, a educação continuada continua sendo uma ferramenta de valorização do profissionalismo e das práticas educacionais.

### Gráfico 6 – Formação Universitária.

5 - Marque sua maior formação universitária?

29 respostas



Fonte: a autora, 2024.

O Gráfico 6 apresentado mostra as áreas de estudo dos participantes e revela uma variedade de competências adquiridas ao longo do tempo acadêmico deles. Uma reflexão de Nóvoa (2000) enfoca a importância da formação contínua dos professores e sua dedicação em renovar os métodos pedagógicos utilizados. A alta proporção de profissionais com especialização (48,3%) indica um interesse constante em aprimorar habilidades específicas sem necessariamente buscar um mestrado ou doutorado. Essa realidade reflete a prática educacional no Brasil onde a especialização é comum como forma de desenvolvimento e atualização profissional. Por outro lado, a proporção correspondente de professores apenas com graduação e com mestrado (24%)

indica uma divisão entre aqueles que optam por permanecer na formação inicial e os que buscam avançar para níveis superiores de qualificação acadêmica. A baixa presença de doutores (cerca de 4%) e a ausência de pós-doutores destacam os desafios em elevar o nível de qualificação acadêmica para patamares mais avançados – um padrão observado em diversas áreas educacionais e essencial para promover uma prática pedagógica mais investigativa e crítica.

Encerrou-se a parte que trata do perfil dos participantes, sendo possível afirmar que esse grupo é bem qualificado, com um bom equilíbrio entre formação prática (especialização) e acadêmica (graduação e mestrado), porém com menos foco em doutorado e pós-doutorado.

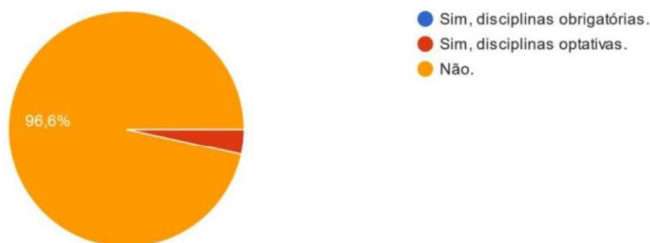
Na sequência, a partir da sexta pergunta, foi possível testar algumas hipóteses criadas, ligadas aos questionamentos levantados.

Objetivou-se saber, com a pergunta 6, se na formação inicial dos docentes a temática Educação Fiscal esteve presente na Matriz Curricular do Curso. Observando o gráfico 7, é possível fazer discussões, considerando os questionamentos ora levantados.

### Gráfico 7 - Disciplina de Educação Fiscal.

6 - Na matriz curricular do seu curso de graduação havia disciplina específica de Educação Fiscal?

29 respostas



Fonte: a autora 2024.

Ao analisar o gráfico 7, pode-se responder o primeiro e o segundo questionamento que estavam relacionados à formação acadêmica dos professores, com a seguinte colocação: I - Quais conhecimentos possuem os docentes que atuam nos Anos Finais do Ensino Fundamental, em escolas estaduais no bairro do Coroado, em Manaus, Amazonas (Brasil), sobre o tema Educação Fiscal? II - Quais noções sobre Educação Fiscal possuem os docentes que lecionam no Ensino Médio nas escolas estaduais desse mesmo bairro?



Com base nesses questionamentos, foram desenvolvidas as seguintes hipóteses: I – Os docentes possuem formação acadêmica deficitária na abordagem da temática Educação Fiscal em sala de aula? II - A formação acadêmica influencia diretamente na dificuldade do docente em desenvolver o tema?

A análise das respostas revela que a maioria dos docentes (96,6%) não teve a temática da Educação Fiscal incluída na Matriz Curricular de seu curso de formação inicial. Apenas 0,04% indicaram que a Educação Fiscal estava disponível de maneira optativa.

Essa situação sugere algumas possíveis considerações, pois ausência de Formação Específica, a ausência significativa de Educação Fiscal na formação inicial dos docentes pode indicar uma lacuna na preparação para ensinar sobre essa temática. Isso pode impactar a eficácia do ensino da Educação Fiscal nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Nesse contexto, pode haver uma necessidade de integrar a Educação Fiscal na formação inicial dos professores para garantir que eles estejam bem-preparados para abordar esse tema com seus alunos, dada a falta de inclusão na formação inicial, programas de desenvolvimento profissional e treinamentos específicos sobre Educação Fiscal podem ser essenciais para atualizar e capacitar os docentes.

Conforme Imbernón (2022, p.36), em livro com o título “A necessidade de uma mudança na formação permanente do professorado no século XXI”, ele destaca que no século passado a formação permanente teve avanços importantíssimos, porém faz algumas críticas sobre a formação dos professores e afirma que para “formação permanente do professorado será fundamental que o método faça parte do conteúdo, ou seja, será tão importante o que se pretende ensinar quanto a forma de ensinar”.

As hipóteses testadas foram confirmadas, pois a maioria dos participantes afirmou desconhecer a temática de Educação Fiscal. Portanto, considerar essas dimensões pode contribuir para melhorar a formação docente e, consequentemente, a qualidade do ensino de Educação Fiscal nas escolas, conforme estabelece a Resolução 004/2024, pois a formação de professores é fundamental para garantir a qualidade dos profissionais formados nas universidades.

Entretanto, em uma entrevista à interface, o repórter fez a seguinte pergunta ao professor Nóvoa: “No bojo dessa discussão sobre reformula-

ção de modelos e pedagogias, a que o senhor também se referiu em sua conferência, ressurge, em várias áreas de formação, a ideia do aprender a aprender [...] que outras reflexões poderíamos fazer, no sentido de não desconsiderar a prática, a história e toda discussão já acumulada em torno da formação? A resposta do professor António Nóvoa, cabe aqui para reflexão:

O “aprender a aprender” foi uma ideia, um slogan, que marcou uma determinada época histórica. Quis-se dizer que têm de ser as pessoas a buscar o conhecimento, num processo contínuo de atualização, que leve cada um a adquirir os instrumentos para uma permanente renovação do saber. Este movimento teve alguma importância, chamando a atenção para a necessidade de orientar um estudo autónomo, de ter uma leitura crítica da informação, de organizar e sistematizar o saber, de buscar por si próprio o conhecimento (Nóvoa, 2000, p.134 e 135).

Cada profissional tem a responsabilidade de buscar constantemente novos conhecimentos, a fim de se manter atualizado diante das demandas emergentes, especialmente em uma era em que a tecnologia evolui de maneira acelerada e contínua. No entanto, é importante destacar que, muitas vezes, esse processo de atualização contínua não recebe o apoio institucional necessário.

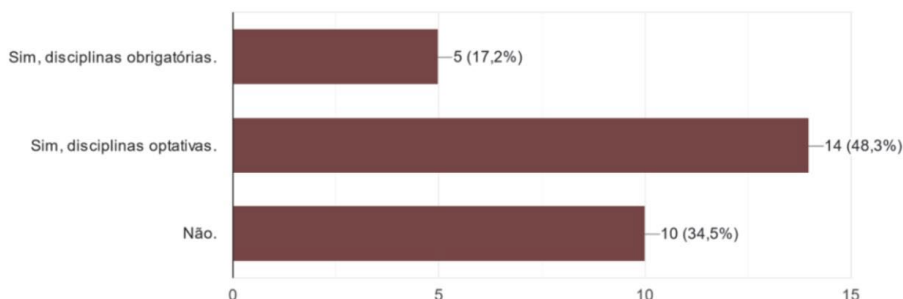
Em várias organizações, a capacitação dos profissionais ainda é vista como uma responsabilidade individual, ignorando que o desenvolvimento tecnológico exige uma abordagem coletiva e estruturada. A falta de incentivos e recursos para a formação contínua pode criar uma lacuna entre as exigências do mercado e a capacidade dos profissionais de acompanhá-las de forma eficaz.

Considerando as perguntas 07 e 08, estas serviram para identificar de que formas os Temas Contemporâneos Transversais se apresentaram na formação desses docentes participantes.

Ao observarmos o gráfico 8, cinco participantes afirmaram que foram ofertadas disciplinas obrigatórias, enquanto quatorze docentes indicaram que foram oferecidas disciplinas optativas. Além disso, dez participantes relataram que não foram disponibilizadas disciplinas com Temas Contemporâneos Transversais.

## Gráfico 8 - Temas Contemporâneos Transversais na formação docente.

7 - Na sua graduação foram ofertadas disciplinas com Temas Contemporâneos Transversais?  
29 respostas



Fonte: a autora, 2024.

Avaliando que as perguntas 07 e 08 visavam identificar como os Temas Contemporâneos Transversais (TCT) foram incorporados na formação dos docentes participantes, as respostas deles contribuíram para responderem ao questionamento III criado da seguinte maneira: “De que maneiras os Temas Contemporâneos?”

Transversais estão presentes na formação desses docentes?”

Nesse aspecto, tem-se as seguintes análises: 5 participantes afirmaram que foram ofertadas disciplinas obrigatórias envolvendo os TCT; 14 docentes indicaram que foram ofertadas disciplinas optativas sobre esses temas, e por fim, 10 afirmaram que não foram ofertadas disciplinas que abor-dassem os TCT durante sua formação.

Essa apuração revela uma variação na forma como os TCT foram incluídos nos currículos de formação docente, com predominância de disciplinas optativas.

Nesse contexto, Araújo destaca (2014, p. 108) que as:

Transformações sociais, políticas e econômicas que vivenciamos nas décadas recentes estenderam a educação formal para quase 100% da população, trazendo consigo demandas e necessidades de uma sociedade democrática, inclusiva, permeada por diferenças.

Neste sentido, todos os Temas Contemporâneos Transversais - TCTs contribuem significativamente, pois são temas que envolvem situações do dia a dia da população. Entretanto, a pesquisa busca compreender sobre a

frequência da temática Educação Fiscal em relação às outras temáticas nos ambientes escolares.

Conforme Bernardo (2020 p. 32):

Embora alguns programas tenham aparentemente um apelo popular mais forte, o que certamente tem a maior ligação com a sua vida é a Educação Fiscal. Os países dependem da arrecadação para colocarem em prática as políticas públicas.

Nesse viés, explica-se que todas as outras temáticas têm ligação a Educação Fiscal, como exemplo, cita-se o combate à dengue, temática da saúde. Geralmente, estimula-se as pessoas a fazerem a limpeza em seus quintais evitando acúmulo de água parada e de lixos, pois caso aumente a busca por hospitais, o governo deverá arcar com mais recursos para combater o mosquito da dengue. Veja, recurso público envolve conhecer sobre Educação Fiscal.

Outro exemplo posto por Bernardo (2020, p. 32-33), é a violência no trânsito: “Alguém embriagado, [...] ou conversando ao celular, ao provocar um acidente, mata inocentes, destrói lares e provoca prejuízos incalculáveis[...]”. Nesse sentido precisará de cuidados médicos, de hospitais, de remédios, tudo custeado por meio dos pagamentos de impostos. Veja que mais uma vez tem-se a temática Educação Fiscal envolvida nessa matéria.

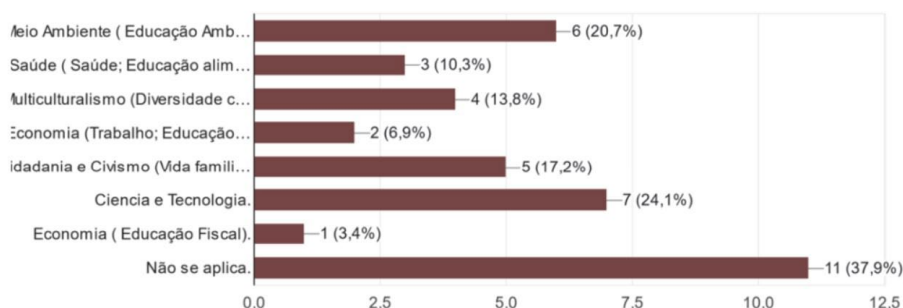
E pode-se citar várias situações como: A poluição do meio ambiente, (retiradas de lixos dos igarapés); Combate ao vandalismo e depredação do patrimônio público; entre outros. Diante dessas colocações, Bernardo (2020, p.34), afirma que “um povo bem informado e conhecedor dos seus direitos e de suas responsabilidades certamente não vai querer dilapidar o seu próprio patrimônio”. Em todos esses exemplos citados envolve a temática Educação Fiscal.

Seguido para a pergunta 8, que foi elaborada para complementar a análise da pergunta anterior, tendo em vista que essa análise forneceu uma visão mais detalhada sobre os temas abordados na formação inicial dos docentes, revelando quais áreas foram mais frequentemente incluídas nos currículos e comparando com a Educação Fiscal. Esses resultados mostram que a Educação Fiscal é um tema bastante raro na formação inicial dos docentes, o que reforça a ideia de que há uma lacuna significativa nessa área.

### Gráfico 9 – Temas ofertados.

8 - Em caso positivo para a questão anterior, qual ou quais temas foram ofertados?

29 respostas



Fonte: a autora 2024.

O gráfico de número 9 destaca a variedade de assuntos oferecidos nas escolas. Ciência e Tecnologia lideram com 24.1%, seguido por Meio Ambiente com 20.7%. Temas como Cidadania e Civismo (17.2%), além de Multiculturalismo (13.8%), também são contemplados. Essas opções refletem o alinhamento com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), promovendo a inclusão de temas atuais de forma transversal para desenvolver cidadãos críticos conscientes para uma participação ativa na sociedade (Brasil, 2018).

No entanto, é preocupante o baixo índice relativo à Educação Fiscal (3,4 %), o que indica que apesar de sua importância para a formação da cidadania fiscal, ainda não é amplamente adotada nas práticas educacionais. De acordo com Lima (2019), é uma tarefa indispensável para os gestores e educadores introduzir a Educação Fiscal nas escolas para promover a conscientização dos alunos sobre o papel dos impostos e a relevância do controle social, ajudando assim a construir uma sociedade mais justa e participativa. Para tanto, analisa-se o gráfico 4, que apresenta os resultados do gráfico 9 e suas perspectivas.

**Quadro 4 - Resultados do Gráfico 9 e suas implicações.**

| <b>Temáticas</b>                                                                                                                                                                                     | <b>%</b> |                                                                                                                                                                                                                                                         |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Meio Ambiente (Educação Ambiental ou Educação para o Consumo)                                                                                                                                        | 20,7%    | Nesse caso seis docentes afirmaram terem incluído em seus cursos a temática Meio Ambiente. Um número significativo de cursos inclui temas relacionados ao meio ambiente, o que reflete a importância da consciência ambiental na formação dos docentes. |
| Saúde (Saúde e Educação Alimentar e Nutricional)                                                                                                                                                     | 10,3%    | Apenas três docentes responderam terem a temática saúde em seus cursos, menos comum, mas ainda relevante, é a inclusão de temas relacionados à saúde e à educação alimentar.                                                                            |
| Multiculturalismo (Diversidade Cultural, Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras)                                                             | 13,8%:   | Quatro participantes tiveram a temática multiculturalismo em seus cursos, sendo uma quantidade considerável de cursos abordam o multiculturalismo, preparando os docentes para lidar com a diversidade cultural nas salas de aula.                      |
| Economia (Educação Financeira)                                                                                                                                                                       | 6,9%     | Menos cursos incluem economia e educação financeira, áreas importantes, mas menos enfatizadas na formação inicial.                                                                                                                                      |
| Cidadania e Civismo (Vida Familiar e Social, Educação para o Trânsito, Educação em direitos humanos, Direitos da Criança e do Adolescente, Processo de envelhecimento respeito valorização do idoso) | 17,2%    | A cidadania e o civismo são temas relativamente frequentes, destacando a importância de formar docentes conscientes das responsabilidades cívicas.                                                                                                      |
| Economia (Educação Fiscal)                                                                                                                                                                           | 3,4%     | A Educação Fiscal é abordada em uma pequena porcentagem dos cursos, o que está alinhado com o resultado da Pergunta 6 que indicou uma falta geral de foco na temática.                                                                                  |
| Ciência e Tecnologia                                                                                                                                                                                 | 24,1%    | A inclusão de ciência e tecnologia é notável, refletindo a crescente importância dessas áreas no currículo                                                                                                                                              |

| <b>Temáticas</b> | <b>%</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|------------------|----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Não se aplica    | 37,9%    | Uma proporção significativa dos respondentes indicou que a pergunta não se aplicava a eles, o que pode significar que a formação inicial dos docentes pode não ter incluído uma discussão sobre os temas mencionados ou que não era relevante para o seu curso específico. |

**Fonte: a autora, 2024.**

Assim, neste quadro apresentado são detalhadas as diferentes temáticas incorporadas pelos educadores em seus cursos de ensino, com destaque para Ciência e Tecnologia (24,01 %) e Meio Ambiente (20,70 %), o que evidencia o crescente reconhecimento dessas áreas no programa educacional e a importância de se capacitar os professores para atender às atuais demandas da educação. Segundo dados da BNCC (Brasil, 2018), essas questões são fundamentais para estabelecer conexões entre o processo de aprendizado e o dia a dia dos alunos e promover uma formação mais integrada.

Por outro lado, é possível observarmos que a Educação Fiscal (com 3,5 %) está presente de forma discreta, o que evidencia um desafio para sua inclusão nas práticas educativas, apesar de sua relevância. Conforme ressaltado por Lima (2019), a falta de ênfase na Educação Fiscal pode prejudicar o desenvolvimento de uma consciência fiscal ativa e bem informada; algo relevante para que os cidadãos compreendam e monitorem o uso dos recursos públicos. O destaque dado à Cidadania e Civismo representa um esforço considerável para capacitar educadores conscientes de suas obrigações sociais; essa iniciativa está alinhada com a visão de Dewey sobre a educação como um instrumento essencial para fortalecer a democracia - conforme mencionado por Trindade (2019).

Outrossim, é notável o grande número de professores que selecionaram “Não se aplica”, indicando possivelmente uma falta de exposição a esses temas durante sua formação inicial, o que ressalta uma lacuna que pode ser superada por meio de desenvolvimento profissional contínuo, aliado à integração interdisciplinar no currículo escolar.

Desse modo, as instituições de ensino podem precisar considerar a inclusão de tópicos na Grande área dos Temas Contemporâneos Transversais - (Economia que abrangem a Educação Fiscal e a Educação Financeira) nas matrizes curriculares para melhor preparar os futuros professores para enfrentar as demandas educacionais atuais.

Na pergunta 9, procurou-se compreender se os docentes participaram de congressos, palestras ou minicursos que abordassem o tema da Educação Fiscal, no decorrer da formação inicial.

De acordo com as respostas, o gráfico 10 mostra que a maioria dos participantes (82,8%) afirmaram que os eventos frequentados não incluíam a temática da Educação Fiscal. Em contrapartida, 17,2% dos docentes confirmaram que, em alguns eventos, presenciaram abordagens relacionadas a esse tema.

### Gráfico 10 – Temática na graduação.

9 - No decorrer da formação inicial (Graduação), considerando as participações em congressos, seminários, workshops, palestras, minicursos etc....agem que tratasse da temática "Educação Fiscal"?  
29 respostas



Fonte: a autora, 2024.

O Gráfico 10 revelou que a Educação Fiscal recebeu pouca atenção durante a formação inicial dos professores, pois 82% dos participantes afirmaram não terem participado de eventos ou seminários relacionados ao assunto. Esse dado evidencia falta na capacitação dos docentes nessa área específica.

Conforme destacado por Lima (2019), a falta de ênfase na Educação Fiscal durante a graduação pode restringir o desenvolvimento de uma cidadania fiscal participativa é fundamental para que futuros professores compreendam e comuniquem a relevância dos impostos e da gestão pública transparentemente. A ausência desse tema na formação inicial indica que a Educação Fiscal ainda não foi totalmente integrada às diretrizes curriculares dos cursos de licenciatura de forma consistente, sendo necessário promover uma maior inclusão por meio de treinamentos contínuos e iniciativas interdisciplinares, conforme sugerido por Campêlo (2015).

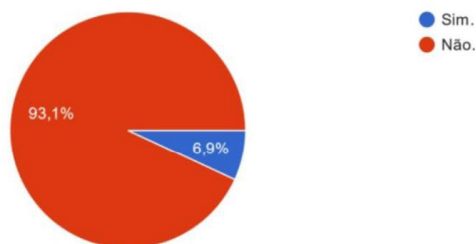


Portanto, esses dados comprovam que a Educação Fiscal ainda tem pouca presença em eventos educacionais, sendo explorada por uma parcela menor em eventos. Para se ter uma noção do quantitativo de docentes que participaram de formação continuada sobre Educação Fiscal, elaborou-se a pergunta 10 a seguir, exposta no gráfico 11.

### **Gráfico 11 – Cursos de formação continuada.**

10 - Você participou de curso de formação continuada (após a Graduação) sobre Educação Fiscal?

29 respostas



**Fonte: a autora, 2024.**

De acordo com o gráfico 11, a grande maioria dos participantes, 93,1%, informaram que não participaram de nenhuma formação continuada sobre o tema. Apenas 6,9% dos docentes confirmaram que participaram de algum tipo de formação continuada nessa área. Isso sugere que a Educação Fiscal tem sido pouco abordada em programas de formação continuada para professores.

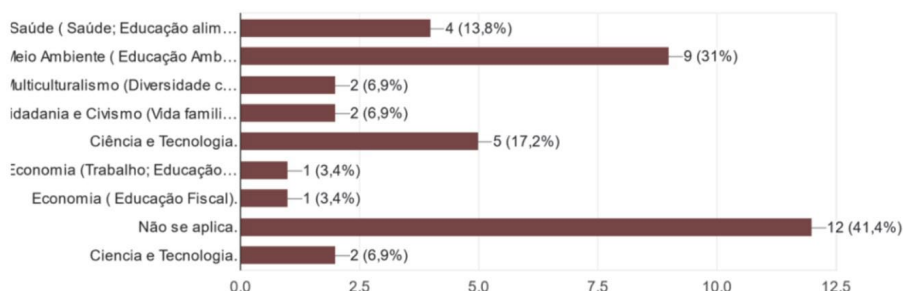
Conforme salientado por Nóvoa (2000), faz-se necessário investir na educação continuada para promover uma prática docente reflexiva e atualizada em campos emergentes e interdisciplinares como o Ensino sobre Tributação. A falta desse tipo de formação tem um impacto direto na execução de projetos e atividades educacionais que visam desenvolver o senso de cidadania fiscal nos alunos e ressaltar a relevância da arrecadação e do controle do uso dos recursos públicos. A falta disso destaca a importância de políticas governamentais que incorporem o ensino de Educação Fiscal nos cursos de formação de professores, atendendo às expectativas da sociedade por uma participação e controle social mais amplos.

A pergunta 11 surgiu com o objetivo de identificar se os docentes realizaram formação continuada em outros temas e quais foram essas temáticas.

## Gráfico 12 - Formação continuada em outros temas transversais.

11 - Você participou de curso de formação continuada oferecido pela Secretaria de Educação - SEDUC/AM com Temas Transversais? Em caso positivo, qual/ quais?

29 respostas



Fonte: A autora, 2024.

O Gráfico 11 reforça a baixa participação dos docentes em formações continuadas com Temas Transversais oferecidos pela SEDUC/AM, revelando que 41,4% dos participantes afirmaram que a questão “não se aplica” a eles, indicando que não tiveram acesso ou oportunidade de participar dessas formações. Entre os temas abordados, o destaque é para Meio Ambiente (31%) e Ciência e Tecnologia (17,2%), áreas que refletem demandas contemporâneas do currículo escolar.

Temáticas como Saúde (13,8%), Cidadania e Civismo e Multiculturalismo (ambos com 6,9%) aparecem em menor proporção, indicando que ainda há desafios para garantir uma abordagem ampla e integrada dessas questões.

No entanto, chama atenção o número reduzido de formações que envolvem Economia (3,4%) e, mais especificamente, Educação Fiscal (3,4%). Essa ausência demonstra que, embora a Educação Fiscal seja essencial para a formação de cidadãos conscientes sobre o uso e a fiscalização de recursos públicos, conforme Lima (2019), ainda se enfrenta obstáculos para ser efetivamente integrada nas capacitações docentes. Isso evidencia a necessidade de repensar as políticas de formação continuada, para que temas transversais críticos, como a Educação Fiscal, sejam incluídos e incentivem uma prática pedagógica mais alinhada aos desafios sociais atuais.

De acordo com os docentes, demonstrado no gráfico 12, mostra-se que eles participaram de formações continuadas em diversas áreas, afirmando um interesse por variados temas de aprimoramento profissional. No en-

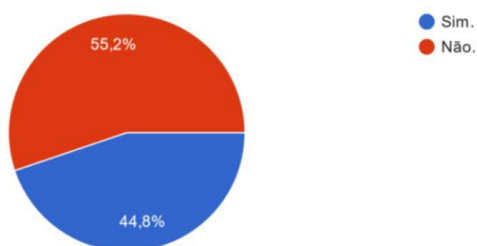
tanto, quando se trata da Educação Fiscal, apenas 1 docente confirmou participação em cursos voltados especificamente para essa temática. Isso reforça a baixa presença da Educação Fiscal nas formações continuadas oferecidas.

No bloco de perguntas 12 a 18, o objetivo foi investigar como os docentes desenvolvem a temática da Educação Fiscal em suas aulas.

A pergunta 12, foi elaborada para identificar se os professores incorporam, de alguma forma, os temas relacionados à Educação Fiscal em seu ensino.

### Gráfico 13 - Temas relacionados à Educação Fiscal no ensino.

12 - Em suas abordagens pedagógicas em sala de aula, você incorpora temas relacionados à educação fiscal? Isso inclui discussões sobre a ...alização e compreensão das ações governamentais?  
29 respostas



Fonte: a autora, 2024.

Os dados mostram que 55,2% dos docentes não abordam a temática em sala de aula, enquanto 44,8% relataram que a tratam de alguma maneira em suas aulas. Essas informações indicam que, apesar de uma parcela significativa não trabalhar diretamente com o tema, quase metade dos docentes encontra maneiras de integrá-lo no contexto educacional.

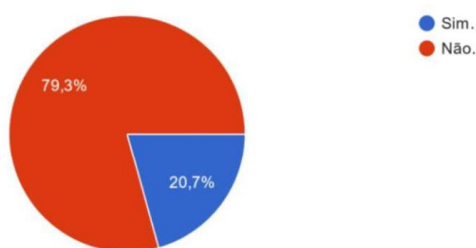
Essas circunstâncias mostram o ponto enfatizado por Lima (2019) sobre a relevância de se incluir a Educação Fiscal como parte do desenvolvimento cidadão. Mesmo sem uma organização formalizada, a atitude de certos professores em introduzir esse tópico nas aulas é um avanço importante para educar os estudantes sobre a função dos impostos e a importância de monitorar as finanças públicas. No entanto, a inconsistência na forma de lidar com a situação pode ser explicada pela escassez de treinamento especializado na matéria apresentada nos gráficos anteriores, sugerindo uma carência de suporte institucional adequado e materiais pedagógicos adicionais para integrar de maneira efetiva esse tema interdisciplinar ao currículo escolar.

Dessa forma, a secretaria de educação incluiu os Temas Contemporâneos Transversais na Unidade Curricular Comum (UCC), estabelecendo três dimensões a serem desenvolvidas por meio do Caderno Pedagógico do 1º e 2º ano do Ensino Médio, além de um documento orientador para os professores do Ensino Médio.

A pergunta 13 teve como objetivo verificar se nas escolas dos docentes participantes existem projetos voltados para a temática da Educação Fiscal.

#### **Gráfico 14 - Escolas dos docentes - projetos voltados para a Educação Fiscal.**

13 - Na escola em que você trabalha são desenvolvidos projetos com a temática Educação Fiscal?  
29 respostas



**Fonte: a autora, 2024.**

De acordo com o gráfico acima, 79,3% dos docentes afirmaram que não existem projetos relacionados à Educação Fiscal em suas escolas, enquanto 20% indicaram que há projetos desenvolvidos com essa temática.

De acordo com as respostas, a maioria das escolas ainda não promove iniciativas específicas de Educação Fiscal, embora uma parcela menor esteja envolvida em tais projetos. Segundo Buffon (2017), a Educação Fiscal é essencial para formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, pois incentiva a participação ativa na fiscalização da gestão pública e na construção de uma sociedade mais justa. A falta de projetos estruturados evidencia que, para transformar essa realidade, é necessário um esforço maior das políticas públicas educacionais e uma aproximação entre escolas e órgãos que possam promover capacitações e materiais pedagógicos, de modo a inserir esse tema de forma mais consistente nas práticas escolares.

A pergunta 14 foi elaborada com a finalidade de aprofundar a análise sobre como os docentes desenvolvem os projetos educacionais relacionados à Educação Fiscal. Foram obtidas 8 respostas, que destacam diferentes abordagens, conforme relacionado abaixo:

### **Quadro 5 - Como os docentes desenvolvem os projetos relacionados à Educação Fiscal.**

|                                                                                                                            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Através de projeto de Educação Financeira.                                                                              |
| 2. Projeto de vida.                                                                                                        |
| 3. Seminários e conscientização com os alunos.                                                                             |
| 4. Não é realizado (em algumas instituições).                                                                              |
| 5. Dentro da disciplina de matemática.                                                                                     |
| 6. Trabalho de geografia, abordando temas como urbanização e impostos.                                                     |
| 7. Palestras.                                                                                                              |
| 8. Trabalho com temas voltados à Educação Financeira em sala de aula, dentro dos quais se aborda também a Educação Fiscal. |

**Fonte: A autora (2024).**

Esses dados demonstram que nas escolas onde o tema é tratado, há uma diversidade de formas de integrar a Educação Fiscal, muitas vezes associada à Educação Financeira e a outras disciplinas. Essa interdisciplinaridade é essencial, pois, como ressalta Buffon (2017), a Educação Fiscal não deve ser tratada isoladamente, mas sim integrada a diferentes áreas do conhecimento, incentivando uma abordagem transversal que enriqueça o aprendizado dos estudantes.

Os projetos variam entre seminários, palestras, projetos de vida e conscientização com os alunos, além de atividades mais específicas, como trabalhos nas disciplinas de Matemática e Geografia, abordando urbanização e impostos. Essa diversidade de ações demonstra o esforço de alguns docentes em promover o tema, mesmo diante de limitações estruturais. No entanto, como destaca Buffon (2017), é necessário que essas iniciativas sejam fortalecidas por políticas institucionais, capacitações e recursos pedagógicos para que se tornem práticas consistentes e de maior alcance, ampliando a conscientização fiscal dos estudantes e preparando-os para o exercício ativo da cidadania.

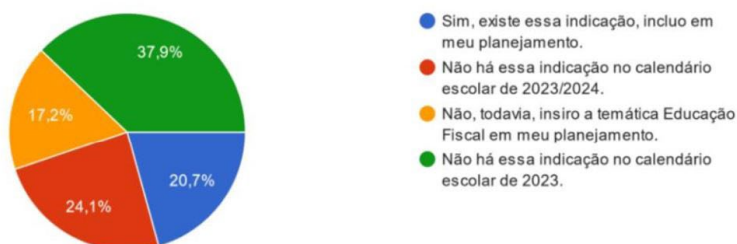
A pergunta 15 foi elaborada com o objetivo de responder ao questionamento:

“De que formas os docentes que trabalham em escolas no bairro do Coroado em Manaus, Amazonas (Brasil) desenvolvem a temática Educação Fiscal em suas aulas?” A partir disso, formulou-se a seguinte hipótese: “A temática não é incluída no calendário escolar?”

### Gráfico 15 – Se os docentes das escolas de Coroadó desenvolvem a temática.

15 - De acordo com o calendário escolar de 2023/2024, aprovado pela SEDUC/Am, existem indicações para que os planejamentos bimestrais constem a temática Educação Fiscal?

29 respostas



Fonte: a autora, 2024.

Em conformidade com o gráfico 15, os docentes participantes emitiram as seguintes respostas: 20,7% dos docentes afirmaram que existe essa indicação no calendário; 24,1% disseram que não há essa indicação no calendário de 2023/2024; 17,2% afirmaram que, embora não haja a indicação, eles incluíram a temática da Educação Fiscal em seus planejamentos de forma autônoma; 39,9% indicaram que não há essa indicação no calendário de 2023.

Esses dados revelam que, os professores não visualizam que consta, mas de outra maneira, embora a temática não esteja claramente exposta no calendário escolar, os Temas Contemporâneos Transversais estão contidos na lei federal 11.998 de 2009, que constam nos calendários 2023 e 2024 da Seduc/Am.

De acordo com o Art. "1º Todas as escolas de ensino fundamental e médio da rede pública no País realizarão, em período a ser determinado pelas Secretarias Estaduais de Educação, a atividade denominada Semana de Educação para a Vida".

Sendo os temas que deverão ser abordados pela escola no Art. 2º da referida lei:

A atividade escolar aludida no art. 1º desta Lei terá duração de 1 (uma) semana e objetivará ministrar conhecimentos relativos a matérias não constantes do currículo obrigatório, tais como: ecologia e meio ambiente, educação para o trânsito, sexualidade, prevenção contra doenças transmissíveis, direito do consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente etc. (Brasil, 2009).

Porém, mesmo que haja algum esforço para integrar a Educação Fiscal, a maioria das escolas ainda não estabelece essa temática formalmente nas suas atividades, hipótese refutada.

A pergunta 16 teve como objetivo entender como a Proposta Pedagógica do Ensino Fundamental orienta os docentes em relação à Educação Fiscal. De acordo com as respostas apresentadas:

**Quadro 6 – Se a proposta pedagógica do ensino fundamental orienta os docentes em relação à educação fiscal.**

|       |                                                                                                               |
|-------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 17,2% | afirmaram que utilizam as indicações propostas pelo documento pedagógico.                                     |
| 48,3% | negaram a existência de atividades ou orientações sobre a temática da Educação Fiscal no documento.           |
| 24%.  | afirmaram que não têm acesso à proposta curricular.                                                           |
| 10,3% | informaram que lecionam no Ensino Médio, não sendo aplicável a eles a proposta voltada ao Ensino Fundamental. |

**Fonte: a autora, 2024.**

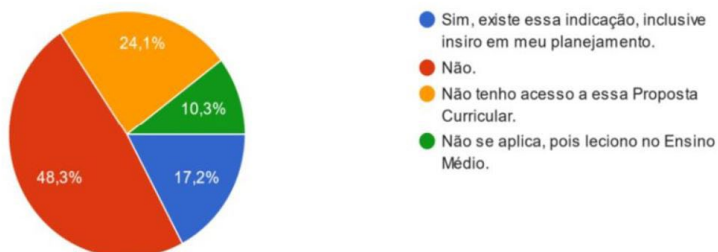
Essas informações sugerem que quase metade dos docentes não encontra diretrizes sobre Educação Fiscal na Proposta Pedagógica do Ensino Fundamental, enquanto uma parte significativa sequer tem acesso ao documento. Todavia, a Proposta Pedagógica do Ensino Fundamental e do Ensino Médio estão disponíveis no site Saber+ de domínio público.

É importante notar que a presença de diretrizes pedagógicas é fundamental para fortalecer temas transversais como a Educação Fiscal e para fornecer aos professores um guia claro em suas práticas educacionais, em conformidade com as políticas educacionais atuais (Campêlo 2015; Buffon, 2017). Além disso, o fato de que essas propostas educacionais estão disponíveis publicamente no site Saber+ sugere que o desafio não está apenas na criação das diretrizes em si, mas também na sua efetiva divulgação. Apoiar os professores para que utilizem esses recursos é fundamental. Por conseguinte, a formação contínua e o estímulo ao acesso desses materiais são muito importantes para assegurar que o ensino sobre Educação Fiscal seja plenamente integrado às atividades pedagógicas.

## Gráfico 16 - Educação Fiscal na Proposta Pedagógica do Ensino Fundamental.

16- Na Proposta Curricular e Pedagógica do Ensino Fundamental existem atividades destinadas à temática Educação Fiscal para sala de aula?

29 respostas



Fonte: a autora, 2024.

Os dados apresentados anteriormente são reforçados pelo Gráfico 16: quase metade dos professores (48%) mencionaram que não encontraram atividades relacionadas à Educação Fiscal na Proposta Curricular e Pedagógica do Ensino Fundamental e cerca de um quarto deles (24%) afirmou não ter acesso ao documento. Isso sugere que há brechas na divulgação das diretrizes pedagógicas ou na preparação dos professores para utilizar esses materiais, situação que pode comprometer a implementação do tema nas práticas educativas.

Por outro lado, 17,2% dos professores afirmaram que encontram diretrizes sobre Educação Fiscal no documento escolar que usam em seus planejamentos de aula. Esse grupo reduzido de professores sugere que quando se têm acesso claro à orientação estão dispostos a incorporar o tema em suas práticas educativas. No entanto, o fato de que 10,3 % dos participantes atuam no Ensino Médio, em que essa diretriz não se aplica, demonstra a necessidade de uma melhor integração curricular entre os diferentes níveis de ensino.

Segundo Buffon (2017), a inclusão de assuntos interdisciplinares como a Educação Fiscal promove o envolvimento cívico dos cidadãos e deve ser estimulada desde os primeiros anos de escolaridade. Para isso, é fundamental não apenas incluir essas temáticas nos documentos educacionais, mas também garantir que os professores estejam bem informados e tenham fácil acesso a tais orientações; eles também devem receber suporte constante por meio de treinamentos e materiais didáticos adequados.



Assim, conforme o gráfico 16, a maioria dos respondentes desconhece a existência de recursos pedagógicos voltados para a temática da Educação Fiscal. Enquanto outros negaram a existência de tais recursos em suas instituições. Essas respostas indicam que há uma lacuna significativa na disponibilização e na conscientização sobre materiais que poderiam apoiar a inclusão da Educação Fiscal nas práticas educacionais.

Entretanto, o site Saber+, disponibilizado pela Seduc/AM, oferece materiais, incluindo aulas virtuais e recursos gratuitos para download, que visam apoiar os professores na área de Educação Fiscal. O desconhecimento desses recursos por parte dos docentes pode evidenciar a necessidade de uma maior divulgação e capacitação, a fim de garantir que todos os professores tenham acesso e utilizem esses materiais de forma eficaz. Isso pode contribuir para superar as dificuldades relatadas e aprimorar a abordagem da Educação Fiscal nas escolas.

Elaborou-se assim a pergunta 17 para saber quais materiais relacionados à Educação Fiscal estão disponíveis para professores e alunos, visando auxiliar nas práticas pedagógicas e no aprendizado escolar. Abaixo seguem as 25 respostas obtidas.

**Quadro 7 - Materiais relacionados à Educação Fiscal estão disponíveis para professores e alunos.**

|                                                                  |
|------------------------------------------------------------------|
| 1. Desconheço                                                    |
| 2. Nenhuma                                                       |
| 3. Nenhum                                                        |
| 4. Matemática Financeira                                         |
| 5. Livros                                                        |
| 6. Livros didáticos                                              |
| 7. Educação financeira                                           |
| 8. Não existe.                                                   |
| 9. Desconheço                                                    |
| 10. Cópias de atividades, palestras                              |
| 11. Que eu saiba, nenhum!                                        |
| 12. Não tem material                                             |
| 13. Não há                                                       |
| 14. Materiais didáticos como banco imobiliário, moedas, juros... |
| 15. Nenhuma                                                      |
| 16. Nenhum                                                       |

|                                                                                                                   |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 17. Não foi oferecido, que me lembre pelo menos                                                                   |
| 18. Jogo do Projeto de Vida                                                                                       |
| 19. Não sei                                                                                                       |
| 20. Não se aplica.                                                                                                |
| 21. Livros paradidáticos                                                                                          |
| 22. Não há. O professor tem que providenciar por conta própria os materiais necessários para trabalhar o assunto. |
| 23. Não conheço                                                                                                   |
| 24. Não                                                                                                           |
| 25. Não tenho                                                                                                     |

**Fonte: A autora, 2024.**

O Quadro 7 revela que a maioria dos docentes não dispõe ou desconhece materiais específicos relacionados à Educação Fiscal para apoio em suas práticas pedagógicas. A repetição de respostas como “Nenhum”, “Não há” e “Desconheço” sugere uma carência de recursos organizados e acessíveis, o que acaba transferindo a responsabilidade para os professores, que muitas vezes precisam produzir por conta própria os materiais necessários.

Freire (1996) destaca que, para uma prática educativa significativa, é fundamental que os docentes tenham acesso a ferramentas e recursos adequados, pois o ensino não se faz apenas com boas intenções, mas com condições concretas de trabalho. A escassez de materiais relacionados à Educação Fiscal compromete não apenas a formação dos alunos sobre a importância dos tributos e do controle social, mas também limita as possibilidades de uma abordagem pedagógica crítica e contextualizada. Assim, é essencial que os órgãos educacionais invistam na elaboração e disponibilização de materiais específicos, garantindo condições para que o tema seja trabalhado de forma eficaz e alinhada às necessidades da sociedade contemporânea.

A pergunta 18 buscou identificar, sob a perspectiva dos docentes, quais são as dificuldades enfrentadas ao abordar a Educação Fiscal em suas práticas pedagógicas. Caso você possua dificuldade em abordar a temática Educação Fiscal, relate quais seriam essas dificuldades.

### Quadro 8 - Dificuldades em abordar a temática Educação Fiscal.

|                                                                                                |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Não tenho dificuldade                                                                       |
| 2. Nenhuma                                                                                     |
| 3. Nenhuma                                                                                     |
| 4. Não                                                                                         |
| 5. Falta de formação                                                                           |
| 6. Oficinas para melhor preparação                                                             |
| 7. Não sei o que é educação Fiscal                                                             |
| 8. Não há na escola                                                                            |
| 9. Falta de conhecimento                                                                       |
| 10. Todas, por que eu também tenho dificuldades em entender realmente sobre educação fiscal.   |
| 11. Não tenho dificuldade. Insiro nas minhas aulas, mesmo não sendo uma proposta da Seduc.     |
| 12. Formação adequada / materiais / tempo de execução.                                         |
| 13. Não sei muito sobre e como abordar o tema.                                                 |
| 14. Por desconhecer                                                                            |
| 15. Falta de formação inicial e continuada                                                     |
| 16. Material e ser inserido no conteúdo                                                        |
| 17. Dificuldade suscetível entendimento                                                        |
| 18. Não sei responder                                                                          |
| 19. Materiais pedagógicos/livro/apostilas.                                                     |
| 20. Como é um assunto pouco trabalhado, sempre necessito de pesquisas e estudo para esse tema. |
| 21. Falta de recurso                                                                           |
| 22. Não possuo                                                                                 |
| 23. Não tenho                                                                                  |

**Fonte: A autora, 2024.**

De acordo com as 23 respostas fornecidas, as principais dificuldades incluem a falta de formação (várias respostas mencionaram a ausência de formação adequada). A falta de conhecimento ou não saber o que é educação fiscal (alguns docentes relataram desconhecimento sobre o tema e como abordá-lo). Não há materiais ou recursos pedagógicos disponíveis na escola. A necessidade de oficinas para melhor preparação e orientação. E dificuldades gerais no entendimento do tema e na inserção dele nas aulas (alguns mencionaram dificuldades em compreender e aplicar o conteúdo).

Além disso, algumas respostas indicaram que os docentes não têm dificuldades específicas e já abordam a temática de alguma forma, mesmo sem uma proposta formal. As dificuldades identificadas refletem a necessidade de mais formação, recursos e suporte para a efetiva inclusão da educação fiscal no currículo escolar.

Para completar a pesquisa etnográfica, utilizou-se o Questionário 02-A para identificar e analisar as iniciativas implementadas proporcionando uma visão detalhada sobre a integração e a eficácia das ações voltadas para a educação fiscal nas escolas, por meio de projetos e ações registrados na Gerência de Programas e Projetos Complementares da Seduc/Amazonas.

### Questionário 02-A

Segue apresentação do realizado com os membros da Gerência de Projetos e Programas Complementares da SEDUC/AM.

Primeiramente, solicitou-se autorização para utilizar as respostas deste questionário e conforme o gráfico abaixo, 100% concederam autorização.

**Gráfico 17 - Autorização para utilizar as respostas do questionário.**

1 resposta



● Li e autorizo o uso das respostas e dos dados aqui fornecidos para fins acadêmicos de pesquisa científica.

**Fonte: A autora, 2024.**

A pergunta 1, tinha como objetivo conhecer a finalidade do Departamento de Programa e Projetos Escolares em relação aos projetos escolares.

1 - Qual a finalidade deste setor em relação aos Projetos escolares?

Resposta: Orientar, planejar, implementar e monitorar programas e projetos que têm como fundamento os temas contemporâneos transversais da BNCC,

De acordo com a resposta, o setor tem um papel abrangente, focado em garantir que os projetos escolares estejam alinhados com a BNCC,

abrangendo orientação, planejamento, implementação e monitoramento, como segue:

A pergunta 2, buscava identificar se os projetos e ações das escolas eram registrados no Departamento e quais eram as temáticas mais recorrentes.

Os projetos e ações das escolas estaduais públicas são registrados neste setor? E quais as temáticas que são mais recorrentes nesse registro?

Resposta: Nem todos os projetos e ações da SEDUC são desta gerência. As temáticas trabalhadas são Cidadania e Civismo, Saúde e Trabalho e Economia.

Segundo a resposta, nem todos os projetos e ações da SEDUC estão sob a responsabilidade desta gerência, sendo as temáticas mais abordadas Cidadania e Civismo, Saúde, e Trabalho e Economia.

A pergunta 3, foi elaborada para determinar se o setor acompanhava e auxiliava as escolas em relação aos projetos e ações.

Como o setor acompanha e auxilia as escolas em relação aos projetos e ações de ensino?

Resposta: Todas as orientações têm as Coordenadorias Distritais e Regionais como meio para que cheguem a todas as escolas da rede. O monitoramento é realizado de forma amostral ou quando a escola é piloto de algum projeto em implantação.

A resposta obtida nos remete que as Coordenadorias Distritais e Regionais são as responsáveis pela implementação pois pela divisão tem alcance das escolas da rede, enquanto o monitoramento é feito de forma amostral ou quando a escola participa como piloto de algum projeto em implantação para o DEEPE.

A pergunta 4, foi elaborada com o objetivo de identificar quais escolas públicas estaduais localizadas no bairro do Coroado, em Manaus/AM, haviam registrado projetos relacionados à temática da Educação Fiscal no Departamento de Projetos e Programas Escolares.

Quais escolas públicas estaduais localizadas no bairro do Coroado em Manaus, Amazonas (Brasil), têm projetos relacionados à temática da Educação Fiscal registrados neste setor?

Resposta: Nenhuma escola estadual do bairro do Coroado participa do Projeto Educação Fiscal.

A resposta indicou que, conforme já mencionado, que as Coordenadorias Distritais mantêm o controle sobre os projetos nas escolas estaduais. Dessa forma, a pesquisa foi ampliada, aplicando-se as mesmas perguntas à Coordenadoria, denominando esse instrumento como Questionário 02-B, com o objetivo de obter mais informações sobre a participação das escolas estaduais do bairro do Coroado no Projeto Educação Fiscal.

No que diz respeito ao DEPPE e à Coordenadoria Distrital, compreender a finalidade do Departamento de Programas e Projetos em relação aos projetos escolares tornou-se essencial para o desenvolvimento da pesquisa. Nesse contexto, manteve-se a investigação para responder ao seguinte questionamento: “De que maneiras essa temática é abordada pela Gerência de Programas e Projetos Complementares da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar (SEDUC/Amazonas)?”

A partir desse questionamento, surgiram as seguintes hipóteses: “Apesar de constar nos documentos norteadores da educação a inserção da temática nos planejamentos escolares, não há incentivo e orientação por parte da gerência distrital?” e “Talvez exista um conflito conceitual entre Educação Financeira e Educação Fiscal na Gerência de Programas e Projetos Complementares.”

A hipótese de que não há incentivo e orientação por parte da gerência distrital foi refutada, considerando o material disponível no site Saber+, que oferece diretrizes para os Temas Transversais Contemporâneos, videoaulas, documentos diversos, programas, entre outros recursos. No entanto, a divulgação desses materiais e o acompanhamento no auxílio aos docentes deveriam ser mais intensificados para garantir uma maior efetividade no uso desses recursos.

A hipótese que sugeriu um possível conflito conceitual entre Educação Financeira e Educação Fiscal foi refutada, conforme análise dos materiais disponíveis no site Saber+. No entanto, Bernardo (2020, p. 32) contribui esclarecendo que, ao observar a confusão entre Educação Fiscal e Educação Financeira, ele destaca pontos que facilitam a distinção entre ambas: “A primeira é eminentemente pública e a segunda é particular.” Ou seja, a Educação Fiscal está relacionada ao dinheiro público, enquanto a Educação Financeira trata do dinheiro privado, voltada para o orçamento doméstico.

Portanto, os resultados mostram que o setor desempenha um papel abrangente, com foco em garantir que os projetos escolares estejam alinhados

dos com a BNCC, abrangendo orientação, planejamento, implementação e monitoramento. Contudo, nem todos os projetos e ações da SEDUC estão sob a responsabilidade desta gerência, sendo as temáticas mais recorrentes Cidadania e Civismo, Saúde, e Trabalho e Economia.

Além disso, todas as orientações são transmitidas através das Coordenadorias Distritais e Regionais para alcançar todas as escolas da rede. O monitoramento é realizado de forma amostral ou quando a escola participa como piloto de algum projeto em implantação.

A pesquisa revelou que, segundo os registros do Departamento de Projetos e Programas Escolares, nenhuma escola estadual do bairro do Coroado participa do Projeto Educação Fiscal. No entanto, durante os primeiros contatos da pesquisadora com os gestores escolares, foram apresentados projetos nessa temática, totalizando três das seis escolas que desenvolvem iniciativas relacionadas à Educação Fiscal.

Os resultados obtidos nas respostas destacam a relevância de se estruturar adequadamente e acompanhar as práticas educacionais em áreas como Educação Fiscal. De acordo com Araújo (2014), a educação deve ultrapassar a simples instrução para também promover valores éticos e cívicos, visando assim que os estudantes se tornem membros críticos e conscientizados da sociedade.

Contudo, como já mencionado, nota-se uma falta de iniciativas específicas que dificultam essa formação mais integrada. Além do mais, foi constatado que apesar das orientações disponíveis no Saber+, é necessário um maior esforço na divulgação e no suporte para garantir que os professores façam uso desses recursos adequadamente.

## Questionário 02-B

Para complementar as informações da pesquisa, foi lançado o Questionário 02- B à Coordenadoria Distrital para verificar se a gerência possui programas, projetos escolares ou ações com foco na temática Educação Fiscal registrados na referida Coordenadoria. Todavia, a Coordenadoria não respondeu ao questionário e não obteve-se respostas para as perguntas abaixo.

A pergunta 1, tinha como objetivo conhecer a finalidade na Coordenadoria Distrital em relação aos projetos escolares.

1 - Qual a finalidade deste setor em relação aos Projetos escolares?

Sem resposta

A pergunta 2, enseja saber se os projetos e ações das escolas eram registrados na Coordenadoria Distrital e quais temáticas eram mais recorrentes.

2 - Os projetos e ações das escolas estaduais públicas são registrados neste setor?

E quais as temáticas que são mais recorrentes nesse registro?

Sem resposta

A pergunta 3 foi elaborada para saber se o setor acompanhava e auxiliava as escolas em relação aos projetos e ações.

3 - Como o setor acompanha e auxilia as escolas em relação aos projetos e ações de ensino?

Sem resposta

A pergunta 4 foi construída com intenção de conhecer quais escolas públicas estaduais localizadas no bairro do Coroadó em Manaus/Am haviam registrado projetos relacionados à temática da Educação Fiscal na Coordenadoria Distrital.

4 - Quais escolas públicas estaduais localizadas no bairro do Coroadó em Manaus, Amazonas (Brasil), têm projetos relacionados à temática da Educação Fiscal registrados neste setor?

Sem resposta

A falta de respostas da Coordenadoria Distrital no Questionário 02-B aponta para uma falta significativa na comunicação e na transparência das informações sobre projetos escolares relacionados à Educação Fiscal. A ausência de feedback em questões essenciais como o registro e o acompanhamento de projetos não só dificulta a identificação das iniciativas já existentes como também compromete a adoção de uma abordagem pedagógica unificada voltada para a educação cidadã conforme destacado por Araújo (2014), enfatizando a necessidade de articulação entre os diferentes níveis gestores.

Entende-se que é fundamental garantir que os programas educacionais sejam coesos e eficientes em questões interdisciplinares específicas da educação moderna. A falta de feedback destaca também a urgência de se fortalecer a colaboração entre escolas locais e as entidades educacionais regionais para garantir o adequado planejamento, implementação e monitoramento das políticas educacionais de forma completa.



Por fim, conforme salientado por Freire (1996) - a educação é um empreendimento coletivo que demanda esforços colaborativos entre gestores e educadores, sendo relevante que as partes envolvidas estejam engajadas e comprometidas em fornecer o suporte adequado para a execução de iniciativas que incentivem a cidadania ativa como a Educação Fiscal.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisas documental, etnográfica e descritiva, visando proporcionar uma visão abrangente da Educação Fiscal nos campos educacional, social e econômico. A partir do objetivo geral da pesquisa, fez-se uma análise fundamentada em documentos orientadores da temática, com o objetivo de promover uma cultura cidadã e fiscal na sociedade.

Com a pesquisa etnográfica (Questionário 01), foi fornecido um panorama detalhado do perfil dos docentes participantes sobre a formação, atuação e desafios enfrentados por eles, e com os (Questionário 02-A e Questionário 02-B), a atuação das gerências do Departamento de Políticas e Programas Educacionais - DEPPE e Coordenadoria Distrital da Seduc/Amazonas, no que se refere a programas, ações e projetos relacionados à temática da Educação Fiscal.

A partir dessa análise, finalizamos esta pesquisa com as principais conclusões relacionadas aos docentes e em seguida ao Departamento de Políticas e Programas Educacionais - DEPPE e da Coordenadoria Distrital da Seduc/Amazonas.

A maioria dos docentes é efetiva, com uma menor proporção de contratados temporários. Isso sugere uma base estável de profissionais, o que influencia positivamente a continuidade e a profundidade do ensino.

No que tange às disciplinas e etapas do ensino, os docentes estão predominantemente envolvidos nos Anos Finais do Ensino Fundamental, com uma menor representação no Ensino Médio e em múltiplos turnos. A diversidade nas disciplinas ministradas indica uma versatilidade significativa entre os profissionais.

Sobre a Formação e Qualificação, a maioria dos docentes possui formação avançada, com destaque para especialização e mestrado, embora poucos tenham doutorado ou pós-doutorado. A ausência de pós-doutorado e a alta proporção de especializações e mestrados refletem uma qualificação sólida, mas não necessariamente voltada para pesquisa avançada.

Em relação a Educação Fiscal na formação inicial, a temática da Educação Fiscal é amplamente ausente na formação inicial dos docentes, com apenas uma pequena fração dos cursos oferecendo essa área como opcio-

nal. Isso sugere uma lacuna significativa na preparação dos professores para abordar Educação Fiscal nas suas práticas pedagógicas.

Considerando que a BNCC tornou obrigatórios os Temas Contemporâneos Transversais (TCT) em todas as disciplinas, identificou-se que os TCT foram majoritariamente oferecidos de forma optativa, com uma menor proporção de disciplinas obrigatórias. A Educação Fiscal, em particular, tem uma presença muito limitada nos currículos, evidenciando a necessidade de sua inclusão para alinhar a formação docente com as demandas educacionais atuais.

Entretanto, na etapa final da Educação Básica, que abrange do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, está disponível no site Saber+ material pedagógico, relacionado à Unidade Comum Curricular (UCC), incluindo cadernos e documentos orientadores com as temáticas de Educação Financeira, Educação Fiscal e Empreendedorismo, implementados desde 2022, além de videoaulas com atividades disponíveis no mesmo site.

Sobre a Formação Continuada e participação em eventos, congressos, seminários, entre outros, detectou-se que a Educação Fiscal é raramente abordada em eventos de formação continuada, congressos e palestras etc. A maioria dos docentes não participou de formação continuada específica sobre o tema, evidenciando a necessidade de mais oportunidades para aprofundar o conhecimento nesta área, pois o Conselho Nacional de Educação - CNE aprovou a Resolução 004/2024 que trata sobre a formação docente de acordo com a LDB e BNCC.

No que se refere às práticas e projetos relacionados à Educação Fiscal, muitos docentes afirmam não trabalhar com Educação Fiscal em suas aulas, e a maioria das escolas não possui projetos voltados para o tema. Nas escolas onde a Educação Fiscal é abordada, há uma diversidade de métodos e integração com outras disciplinas, indicando que, quando presente, a abordagem é variada conforme prioriza a BNCC pois orienta que se deve trabalhar de forma transversal.

No que diz respeito aos recursos e materiais disponíveis aos docentes sobre a temática, detectou-se que existe uma falta significativa de recursos e materiais disponíveis para a Educação Fiscal, e muitos docentes desconhecem os recursos oferecidos pelo site Saber+ da Seduc, plataforma que se pode acessar pelo link <https://www.sabermas.am.gov.br/>, revelando assim que a falta de conhecimento sobre esses recursos sublinha a necessidade de melhorar a divulgação e o treinamento para sua utilização eficaz.

Em referência aos desafios enfrentados pelos docentes, observou-se que as principais dificuldades incluem a falta de formação adequada, recursos pedagógicos e uma compreensão geral limitada sobre a Educação Fiscal. Essas dificuldades destacam a necessidade de uma abordagem mais estruturada para capacitar os docentes e fornecer suporte adequado.

Assim, das cinco hipóteses levantadas, duas foram testadas e confirmadas e três refutadas, a primeira hipótese buscou afirmar se os docentes possuem formação acadêmica deficitária na abordagem da temática Educação Fiscal em sala de aula. Essa hipótese foi confirmada por meio do questionário 01.

A hipótese dois, que sugeria que a formação acadêmica influencia diretamente na dificuldade do docente em desenvolver o tema, foi confirmada, haja vista que uma parcela respondeu que apresenta dificuldade por não possuir formação em Educação Fiscal.

A terceira hipótese que tratava sobre a temática não está inclusa no calendário escolar, foi refutada, porém cabe à escola elaborar suas atividades em consonância ao calendário anual.

A quarta hipótese que insinuava que apesar de constar nos documentos norteadores da educação a inserção da temática nos planejamentos escolares, não havia incentivo e orientação por parte da gerência distrital. Essa hipótese foi refutada, pois nas visitas às seis escolas três delas abordam a temática e de acordo com as redes sociais estão disponíveis seminários, encontros e cursos sobre a temática em parceria com a Secretaria da Fazenda- Sefaz/Am.

A quinta hipótese que talvez existisse um conflito conceitual sobre Educação Financeira e Educação Fiscal na Gerência Departamento de Políticas e Programas Educacionais – DEPPE da Secretaria de Educação e Desporto do Estado do Amazonas, também foi refutada.

E, por fim, embora esta pesquisa tenha proporcionado uma visão inicial sobre a Educação Fiscal no contexto escolar, é claro que ainda há muito a ser explorado e aprofundado. No entanto, este estudo lança uma base que pode inspirar futuras investigações e para isso seguem algumas recomendações que podem servir para dar continuidade ao trabalho.

## Recomendações

Diante dos resultados obtidos, seguem algumas recomendações que poderão servir para dar continuidade ao trabalho, diante do que se pôde perceber com esta tese de doutoramento.

Em primeiro plano, deve-se incluir a Educação Fiscal na Formação Inicial para se integrar a temática nas matrizes curriculares dos cursos de formação docente para garantir que os professores estejam preparados desde o início, bem como desenvolver programas de formação continuada focados em Educação Fiscal e garantir que esses programas sejam amplamente divulgados e acessíveis.

Ademais, aumentar a disponibilidade de recursos para melhorar a divulgação e o acesso aos recursos pedagógicos existentes, como os oferecidos pelo site Saber+, e fornecer treinamento adequado para o uso desses materiais e também incentivar e apoiar o desenvolvimento de projetos e atividades escolares relacionadas à Educação Fiscal para aumentar a sua presença nas escolas.

Por fim, procurar implementar estratégias para superar as dificuldades identificadas, como oferecer mais oficinas e suporte para a integração da Educação Fiscal nas práticas pedagógicas e ações que possam ajudar a melhorar a inclusão da Educação Fiscal no currículo escolar, preparando melhor os alunos para a cidadania fiscal e contribuindo para uma educação mais abrangente e eficaz.

# REFERÊNCIAS

AMAZONAS. **Lei n.º 4.183, de 26 de junho de 2015.** Aprova o Plano Estadual de Educação do Estado do Amazonas e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Amazonas, Manaus, 26 jun. 2015, n. 33.069, p. 1. Disponível em: <https://www.amazonas.am.gov.br>. Acesso em: 12 out. 2024.

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Educação - SEDUC. **Departamento de Política e Programas Educacionais (Deppe).** Governo do estado do Amazonas, 2011. Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/institucional/estrutura/deppe/>. Acesso em: 12 set. 2024.

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Educação - SEDUC. **Educação Fiscal: uma ferramenta de construção da cidadania.** Governo do estado do Amazonas, 2019. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/2019/06/educacao-fiscal-uma-ferramenta-de-construcao-da-cidadania/>. Acesso em: 12 set. 2024.

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Educação - SEDUC. **Manaus sedia 44º reunião do Programa Nacional de Educação Fiscal.** Governo do estado do Amazonas, 2010. Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/manaus-sedia-44o-reuniao-do-programa-nacional-de-educacao-fiscal/>. Acesso em: 12 set. 2024.

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Educação - SEDUC. **Professores são capacitados para disseminar a educação fiscal nas escolas públicas estaduais do Amazonas.** Governo do estado do Amazonas, 2013. Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/professores-sao-capacitados-para-disseminar-a-educacao-fiscal-nas-escolas-publicas-estaduais-do-amazonas/>. Acesso em: 12 set. 2024.

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Educação e Desporto – SEDUC/AM. **Caderno Pedagógico: Educação financeira, fiscal e empreendedora. 1º e 2º série do Ensino Médio.** Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1Vqvrc5Nm\\_7emRORSx6hAOYxRV\\_6KOVQCQ/view](https://drive.google.com/file/d/1Vqvrc5Nm_7emRORSx6hAOYxRV_6KOVQCQ/view). Acesso em: 20 set. 2024.

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Educação e Desporto – SEDUC/AM. **Documento Orientador: Educação financeira, fiscal e**

**empreendedora. 1º e 2º série do Ensino Médio.** Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/13agAuhKkKWQGBV\\_-qaOXhtTkRT9ytSSo/view](https://drive.google.com/file/d/13agAuhKkKWQGBV_-qaOXhtTkRT9ytSSo/view). Acesso em: 20 set. 2024.

AMAZONAS. **Amazonas tem oito projetos classificados para etapa final do Prêmio Nacional de Educação Fiscal.** 02 out. 2023. Disponível em: <https://nfamazonense.sefaz.am.gov.br/amazonas-tem-oito-projetos-classificados-para-etapa-final-do-premio-nacional-de-educacao-fiscal/>. Acesso em: 12 set. 2024.

AMAZONAS. **Sefaz e Seduc realizam oficina de Educação Fiscal para gestores e professores.** 02 abr. 2024. Disponível em: <https://nfamazonense.sefaz.am.gov.br/sefaz-e-seduc-realizam-oficina-de-educacao-fiscal-para-gestores-e-professores>. Acesso em: 12 jul. 2024.

AMAZONAS. Diretor do Conselho. **Resolução n.º 005/2024 – Edital n.º002/2024.** Programa Ciência na Escola – PCE. 14h, 25 jan. 2024. Disponível em: <https://www.fapeam.am.gov.br/editais/edital-n-o-0022024/>. Acesso em: 24 ago. 2024.

AMAZONAS. Referencial Curricular Amazonense. **Ensino fundamental anos finais. MEC/CONSED/UNDIME.** Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1quGKL8IY5FBGrI6xXRZIVnCN29ifkJI/view>. Acesso em: 30 jul. 2020.

ARAÚJO, U. F. **Temas transversais, pedagogia de projetos e as mudanças na educação.** São Paulo: Summus, 2014.

BATISTA, Carmem Lúcia *et al.* **História da educação fiscal do Estado de São Paulo.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2015.

BATISTA, Carmem Lúcia. **Mediação e apropriação da informação pública: a educação fiscal.** 2015. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br>. Acesso em: 12 set. 2024.

BERNARDO, Augusto. **Outros olhares: sobre a educação fiscal.** Manaus: Selo Editorial Temporal, 2020.

BRASIL. **Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. 1999.** p. 1. Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/educacao-fiscal>. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação de 1962. 2024.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2\\_730-pne-lei-10172-09-01-01&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2_730-pne-lei-10172-09-01-01&Itemid=30192). Acesso em: 04 ago. 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação entrega proposta da Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica ao CNE. 2019.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/bnc-professor>. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRASIL. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932.** Disponível em: <http://inep80anos.inep.gov.br/inep80anos/passado/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova-1932/143>. Acesso em: 17 ago. 2024.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Programa Contribuinte do Futuro.** Iniciado em 1977 com ações junto aos estabelecimentos de ensino, por meio da distribuição de livros e cartilhas a alunos e professores. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org>. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. **Educação fiscal no contexto social / Programa Nacional de Educação Fiscal.** 4. ed. Brasília: ESAF, 2009.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. **Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.** Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 set. 2024.



BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. **Guia prático dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs).** [S. d.]. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/i/guia\\_pratico\\_temas\\_contemporaneos.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/i/guia_pratico_temas_contemporaneos.pdf). Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. **Receita Federal e MEC firmam acordo para inclusão da Cidadania Fiscal na extensão universitária e no currículo escolar.** Receita Federal do Brasil, 20 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/receita-federal-e-mec-firmam-acordo-para-educacao-fiscal-nas-escolas>. Acesso em: 12 out. 2024.

BUFFON, Marciano (Conteudista). **Educação Fiscal - Estado e Tributação. Programa da União Europeia - EUROSOCIAL, 2017.** Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/7873>. Acesso em: 12 set. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Câmara aprova prorrogação do Plano Nacional de Educação até 31 de dezembro de 2025.** 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/1080216-plano-nacional-de-educacao-e-prorrogado-ate-2025/>. Acesso em: 12 out. 2024.

CAMARGO, Paulo de. **Antônio Novoa: professores para libertar o futuro. Revista Educação, edição 295.** Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2023/07/28/antonio-novoa-professores-futuro/>. Acesso em: 03 out. 2024.

CAMARGO, Paulo de. **Antônio Novoa: professores para libertar o futuro. Revista Educação, edição 295.** Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2023/07/28/antonio-novoa-professores-futuro/>. Acesso em: 03 out. 2024.

CAMPÊLO, Fábila Marcília Ferreira. **A educação fiscal brasileira por meio da história do surgimento dos impostos no Brasil e do direito achado na rua. 2015.** Dissertação (Mestrado) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

CONCEIÇÃO, Sergio Henrique da; OLIVEIRA, João Carlos Santos; COSTA, Vagner Nunes. **Educação fiscal: um estudo exploratório da organização político-administrativa e das estratégias pedagógicas de disseminação do conhecimento para o exercício de cidadania e controle social no Brasil, Portugal, Espanha, Argentina e Chile**. Revista Mbote, v. 1, n. 2, p. 020-050, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/mbote/article/view/020>. Acesso em: 30 jun. 2024.

DIÁLOGOS sobre os Itinerários Formativos em Ação II. **UCC Educação Financeira, Fiscal e Empreendedora**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=prGTWdIHUKg>. Acesso em: 20 set. 2024.

FERREIRA, Adisson Costa; PETZHOLD, André. **Controle social: orientação da sociedade para efetiva fiscalização e controle de recursos públicos**. 2019. p. 2. Disponível em: <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br//handle/riuea/3184>. Acesso em: 12 set. 2024.

FTD Educação. **Saiba a importância da BNCC e do PNA no PNLD 2023**. Disponível em: <https://pnld.ftd.com.br/noticias/saiba-a-importancia-da-bncc-e-do-pna-no-pnld-2023>. Acesso em: 21 jul. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 25.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. [4º reimp.]. ed. São Paulo: Atlas, 2024.

GOMES, Ádria dos Santos; ABREU, Ricardo Nascimento. **Programa Ciência na Escola – PCE/FAPEAM: incentivo à pesquisa e melhoria na qualidade do ensino de docentes e discentes da Escola Municipal Ana Mota Braga**. VIII CONEDU, 2022.

GRZYBOVSKI, Denize; HAHN, Tatiana Gaertner. **Educação fiscal: premissa para melhor percepção da questão tributária**. Revista de Administração Pública, v. 40, p. 841-864, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/4kx6n6NtYVMvMjknPfMxCyg/>. Acesso em: 14 jul. 2024.

IMAÑA-ENCINAS, José; SANTANA, Otacílio Antunes. **O trabalho científico na metodologia científica**. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Engenharia Florestal, 2019.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação permanente do professorado: novas tendências**. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2022. Disponível em ePub.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 6. ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2012.

LIMA, Ivan Cordeiro. **Educação Fiscal para a Cidadania**. São Paulo: Egesp, 2019. 74 p. Disponível em: <https://www.educacaofiscal.sp.gov.br>. Acesso em: 12 set. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). *et al.* **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MOREIRA, José Sarto Nogueira *et al.* **Educação Fiscal voltada para sala de aula: do saber técnico ao saber ensinado**. 2023. Disponível em: <https://premiosefin.sefin.fortaleza.ce.gov.br>. Acesso em: 12 set. 2024.

NÓVOA, António. **Universidade e formação docente**. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 4, p. 129-138, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/GvJyMSqMSQQpjvnWcRrHkTQ/?lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2024.

PEREIRA, Daisy; CRUZ, Sérgio Ravara. **Educação fiscal: revisão de literatura**. Estudos do ISCA. Instituto Superior de Contabilidade e Administração. Universidade de Aveiro. Aveiro, IV, n. 14, p. 1-18, 2016.

POPPER, Karl Raimund. **Conjecturas e refutações: o progresso do conhecimento científico**. São Paulo: Edusp, 1982. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório do Desenvolvimento Humano 2021/2022. Disponível em: <https://undp.org/hdr2021-22ptpdf.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2024.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FISCAL (PNEF). **Educação fiscal: tributação, orçamento e coesão social - Estado e tributação**. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/7873>. Acesso em: 12 set. 2024.

REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE. **Edição Especial n.º 263, setembro/outubro de 2023 – periódico bimestral**. ISSN 0104/8341. Editor Conselho Federal de Contabilidade, Brasília (DF). Acesso em: 01 jul. 2024.

SANDRI, Simone; GONÇALVES, Amanda Melchiotti; DEITOS, Roberto Antonio. **BNC-formação inicial e continuada de professores: noção e dimensões da profissionalização docente**. Revista e-Curriculum, v. 22, p. e65693, 2024. Acesso em: 14 set. 2024.

SAUL, Ana Maria; SAUL, Alexandre. **Contribuições de Paulo Freire para a formação de educadores: fundamentos e práticas de um paradigma contra- hegemônico**. Educar em Revista, n. 61, p. 19-36, 2016.

SILVA, Enio Moraes da. **O Estado Democrático de Direito**. Revista de Informação Legislativa, Brasília, a. 42, n. 167, p. 213-214, jul./set. 2005.

SILVA, Ednéa Euzébio da. **Educação fiscal: estudo sobre políticas públicas educacionais, formação e prática docente em Manaus, Amazonas, Brasil. 2021**. Dissertação (Mestrado) — Universidade de la Integración de las Américas, Paraguai, 2021.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS (SUFRAMA). **Histórico da Zona Franca de Manaus. 2015**. Disponível em: <https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/o-que-e-o-projeto-zfm>. Acesso em: 12 out. 2024.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1968.

TEIXEIRA, Wagner Barros; SILVA, Ednéa Euzébio da. **Educação Fiscal e a Base Comum Curricular**. In: MENEZES, Aldian Gomes *et al.* Educação, sociedade e meio ambiente: desafios, saberes e práticas. 1. ed. São Paulo: Editora Bagai, 2022.

TOLEDO, Bruno de Souza. **Metodologia científica: introdução a projetos de pesquisa**. [recurso eletrônico]. Belo Horizonte: Instituto Federal de Minas Gerais, 2021.

TRINDADE, C. C. **John Dewey: o lugar da Educação na sociedade democrática**. In: BOTO, C., ed. Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados. Uberlândia: EDUFU, 2019.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS. **TSE Cidadão**. 14 jun. 2022. Disponível em: [https://www2.tce.am.gov.br/?page\\_id=55877](https://www2.tce.am.gov.br/?page_id=55877). Acesso em: 12 set. 2024.

UNESCO. **António Novoa**. Disponível em: <https://unesco.missaoportugal.mne.gov.pt/pt/historia/embaixadores/ant%C3%B3nio-n%C3%B3voa>. Acesso em: 03 out. 2023.

UOL. **Estado Democrático de Direito: entenda esse termo. 2024**. Disponível em: <https://www.uol.com.br/mundo-educacao/estado-democratico-de-direito>. Acesso em: 12 set. 2024.

UOL. **Escandinávia**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/escandinavia.htm>. Acesso em: 30 jun. 2024.

ZOGAHIB, André Luiz Nunes; MIKI, Mayara Sampaio; BITTENCOURT, Maryângela Aguiar. **Cidadão fiscal: avaliação do papel do TCE-AM no fomento do controle social**. Amazon Business Research, n. 1, p. 106-128, 2018. Acesso em: 12 set. 2024.

# ANEXOS

## ANEXO A – Sefaz e Seduc realizam oficina de Educação Fiscal para gestores e professores.

The screenshot shows the website of the 'Programa Estadual de Cidadania Fiscal' (State Program of Fiscal Citizenship). The header includes the logos of the Government of Amazonas, 'NOTA FISCAL amazonense', and the program's name. A navigation bar contains links: Início, Educação Fiscal, Nota Fiscal Amazonense, Sobre o Programa, Minha Conta, Comunicação, and Contato. The main content area features a news article titled 'Sefaz e Seduc realizam oficina de Educação Fiscal para gestores e professores' dated 02 abril 2024. The article includes a large group photo of participants and text detailing the workshop's purpose, the participation of 35 educators, and the upcoming 'Seminário Estadual de Educação Fiscal' on May 28th. It also mentions the 'Prêmio Nacional de Educação Fiscal' and the role of the auditor fiscal Augusto Bernardo Cecilio. On the right side of the page, there is a login section with fields for CPF and Senha, and three informational boxes: 'Como Funciona', 'Como Participar', and 'Importância da Educação Fiscal'.

**Sefaz e Seduc realizam oficina de Educação Fiscal para gestores e professores**

02 abril 2024

Cerca de 35 educadores participaram no dia 26 de março da Oficina de Educação Fiscal na sede da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas, sob o comando da Seduc.

Na oportunidade, as sete Coordenadorias Distritais de Educação e os coordenadores de projetos de Educação Fiscal nas escolas selecionadas receberam explicações sobre o planejamento das ações para 2024, com palestra da professora Vera Lúcia Barreto, coordenadora de Programas e Projetos Federais da Seduc.

"Conversamos sobre a participação da Seduc nesse envolvimento para 2024 e na preparação do Seminário Estadual de Educação Fiscal, marcado para o dia 28 de maio. Além de organizar com os professores as ações a partir do incentivo de projetos de educação fiscal, para que eles possam concorrer ao Prêmio Nacional de Educação Fiscal", destacou a coordenadora.

Na Oficina os educadores receberam explicações sobre a organização e funcionamento do Programa Nacional de Educação Fiscal, coordenado pelo GT66 do Confaz, seus objetivos e importância, com informações acerca das responsabilidades da Sefaz e Seduc nesse processo, apresentadas pelo auditor fiscal Augusto Bernardo Cecilio, coordenador do Programa de Educação Fiscal no Amazonas.

A Campanha Nota Fiscal Amazonense e a Campanha Nota Premiada Manaus também foram abordadas em palestras feitas por Nivaldo Divo (Controlador da Sefaz) e Edson Fernandes (auditor da Semed e coordenador do Programa Municipal de Educação Fiscal), que também abordou a importância da Campanha Destinação "Eu sou Cidadão Solidário" acerca de como destinar parte do seu Imposto de Renda aos Fundos Municipais dos Idosos e dos Direitos da Criança e do Adolescente.

fonte: <https://nfamazonense.sefaz.am.gov.br/sefaz-e-seduc-realizam-oficina-de-educacao-fiscal-para-gestores-e-professores> acessado em 12/07/2024.


sefazamazonas
10 h
Ver tradução

Faça sua inscrição aqui




# Seminário Estadual DE EDUCAÇÃO FISCAL

“CAMINHOS E PERSPECTIVAS PARA A  
CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA ATIVA”

PALESTRANTE



**Dra. Regina  
Hirose**

PROCURADORA DA  
FAZENDA NACIONAL


27 de Maio de 2024  
13h30


Auditório do Centro de Formação Profissional  
Pe. José Anchieta-CEPAN/SEDUC


Rua Waldomiro Lustoza, 250  
Japlim II

Realização:


Secretaria da  
Fazenda


Secretaria de  
Educação e  
Desporto


AMAZONAS  
GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
TRANSILUMINAR QUE TRANSFORMA

Parceria:


Maringá


CECAM


Cidade de São Paulo


COPREC

[illegible]

119



## ANEXO D



Augusto Cedillo\*

### As funções do governo e a tributação

A estrutura organizacional do Estado é dividida em três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e em três níveis (União, Estados e Municípios), e as funções típicas de governo podem ser classificadas em alocativa, distributiva e estabilizadora, como veremos a seguir.

Na função alocativa, cabe ao governo prover bens e serviços públicos necessários à coletividade, pois como esses bens e serviços são indivisíveis e não podem ser negados aos que por eles não pagam, não são oferecidos adequadamente pelo mercado. Assim, ao puro,

justiça, segurança devem ser fornecidos pelo Estado.

Na função distributiva, o governo deve estar atento às questões de distribuição de renda, da coletividade, já que a ausência dessa política leva o mercado a concentrar a renda.

Na função estabilizadora, a política fiscal deve ser formulada de maneira a alcançar elevado nível de emprego e manter a estabilidade de preços.

O cumprimento das atividades-fim dos governos exige recursos que o Estado retira da economia, por meio de três mecanismos: tributação, dívida

pública e emissão de moeda.

Dentre esses instrumentos o mais utilizado hoje no País é a tributação, pois o grau de endividamento do governo já está muito elevado e a utilização de empréstimo somente deve servir para financiar projetos de investimento de longo prazo que propiciem desenvolvimento. É a emissão de moeda, com maior razão, deve ser evitada por provocar inflação.

A tributação reveste-se de suma importância para a administração pública, sendo a forma usual para o financiamento dos gastos governamentais, daí

a necessidade de levar à população conhecimentos acerca da função socioeconômica do Tributo.

Reforçando, a finalidade central do Tributo é prover recursos financeiros para que o Estado possa custear suas atividades e cumprir suas funções sociais, tais como a prestação de serviços públicos, a realização de obras de infraestrutura, a segurança pública, a educação, a saúde, entre outras necessidades da sociedade.

Tudo isso é financiado por meio da arrecadação de Tributos: Sistema Único de Saúde

- SUS; Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, Ensino nos níveis fundamental, médio, superior e pesquisa; polícias militares e civis, corpos de bombeiros, os três Poderes, etc.

Além desses, destacamos que os tributos financiam as obras de transporte (construção e manutenção estradas, portos e aeroportos), infraestrutura (saneamento básico, pavimentação) e lazer da população (construção de espaços públicos de interação e convivência, como os Centros de Convivência da Família).

Esses recursos são obtidos por meio da cobrança de impostos dos cidadãos e das empresas, de acordo com a capacidade contributiva de cada um, e são fundamentais para garantir o funcionamento do Estado e a promoção do bem-

-estar social.

Por fim, pensando nas inovações que se avizinharam, o Programa Nacional de Educação Fiscal, por meio de Grupo de Trabalho GT06/Confaz, realizará Webinar Nacional sobre Reforma Tributária, na terça-feira, 25 de junho, a partir das 14h30 (horário de Brasília), com transmissão pelo canal do Youtube "GT06 - Educação Fiscal".

No evento, as professoras doutoras Maria Angélica dos Santos (Universidade Federal de Viçosa) e Karoline Marinho (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), pesquisadoras de temas jurídicos relacionados à tributação e redução de desigualdades de gênero, classe e raça, discutirão a reforma tributária a partir da seguinte questão "Quem fica para trás?".

\*Autor: fiscal e professor. E-mail: augustocedillo@hotmail.com

www.jcam.com.br

Fonte: jornal do commercio edição 44072 de 20/06/2024

## ANEXO E - Visita Samsung - Março de 2024

Visita à empresa Samsung Eletrônica da Amazônia, realizada na quarta-feira (27/03), que reuniu 31 alunos da Fundação Bradesco – Escola de Manaus.



Crédito: Divulgação/Samsung e Rosângela Alanis/Suframa.

## ANEXO F - Visita Bic Amazônia S/A - Maio de 2024

Visita à fábrica da BIC Amazônia S/A, do dia 24/05/2024, com participantes do 8º Encontro da Rede Brasileira de Observatórios de Turismo (RBOT).







Fonte - Crédito: Rosângela Alanís/Suframa <https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/zf-de-portas-abertas/portas-abertas-banco-de-imagens>

#### ANEXO G- Visita BMW Group - Junho de 2024

Visita do dia 24/06/2024 à fábrica de motocicletas do BMW Group no Polo Industrial de Manaus (PIM), de 27 acadêmicos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA)



Crédito: Isaac Júnior/Suframa e Divulgação/BMW <https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/zf-de-portas-abertas/portas-abertas-banco-de-imagens>



Crédito: Isaac Júnior/Suframa e Divulgação/BMW <https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/zf-de-portas-abertas/portas-abertas-banco-de-imagens>

#### ANEXO H - Visita Amara - Maio de 2024

Visita de alunos da Universidade Estadual de Roraima (UERR) do dia 17/05/2024 à empresa Amara



Crédito: Divulgação/Suframa - Livre para divulgação <https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/zf-de-portas-abertas/portas-abertas-banco-de-imagens>

ANEXO I - Parcerias Programa  
Ceti Gilberto Mestrinho



Atividade que marcou a reabertura do projeto no dia 26 de julho de 2022 - Crédito: Isaac Júnior/Suframa - Livre para divulgação <https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/suframa-escolas-imagens/ceti-gm> acesso 27/07/2024.

Escola Sesi Emina Mustafá - Novembro de 2023



Ação do dia 28/11/2023, realizada no auditório do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai-AM) - Crédito: Isaac Júnior/Suframa - Livre para divulgação <https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/suframa-escolas-imagens/escola-sesi-emina-mustafa-novembro-de-2023> acesso em 27/07/2024.  
E. E. Farias Brito - Junho de 2024



Ação do dia 6/05/2024, realizada na Estadual Farias Brito Crédito: Divulgação/Suframa - Livre para divulgação <https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/suframa-escolas-imagens/e-e-farias-brito-junho-de-2024> acessado em 27/07/202.

# SOBRE A AUTORA

## Ednéa Euzébio da Silva

Docente da rede pública estadual de ensino (SEDUC/AM), graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário do Norte (2010) e pós-graduada em Gestão Pública pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM, 2012). Concluiu o mestrado (2021) em Ciências da Educação pela Universidad de la Integración de las Américas (UNIDA), no Paraguai, com reconhecimento do título pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA), conforme Portaria 051/2023 - CPPG/PROESP/UEA. Em 2025, concluiu o doutorado na mesma instituição. Desenvolve pesquisas sobre a atuação docente em sala de aula na área de Educação Fiscal na escola, com foco na sensibilização para a formação cidadã e na elaboração de estratégias pedagógicas voltadas ao ensino da tributação e sua relevância social. Seu trabalho busca fortalecer a compreensão dos estudantes sobre a importância dos tributos, incentivando reflexões sobre cidadania e responsabilidade fiscal.

# ÍNDICE REMISSIVO

## A

abordagem 12, 19, 26, 44, 49, 58, 60, 64, 66, 69, 70, 71, 73, 76, 81, 82, 90, 93, 97, 98, 104, 107, 108

alfabetização 45

aprendizagem 20, 34, 37, 39, 52, 55, 56, 61, 78

atividades educacionais 89

atividades escolares 109

auditores fiscais 50

avaliação 18, 31, 36, 45, 59, 117

## B

bem-estar 26, 27, 30

burocráticos 31

## C

carreira 38, 79

cidadã 11, 12, 13, 17, 19, 22, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 37, 45, 49, 50, 52, 56, 57, 104, 106

cidadania 11, 13, 14, 17, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 56, 76, 85, 86, 88, 89, 93, 105, 109, 110, 114

cidadão 18, 20, 21, 22, 24, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 39, 40, 50, 56, 91

cidadãos 12, 17, 21, 22, 26, 29, 31, 32, 36, 42, 51, 85, 87, 90, 92, 96

cobrança tributária 26

coleta de dados 67, 68, 70, 73

comunicação 20, 63, 68, 104

comunidade 15, 16, 29, 37, 48  
conscientização social 17  
contábil 12  
contemporânea 34, 36, 62, 98  
controle social 12, 30, 31, 32, 85, 89, 98, 114, 117  
coordenação 71  
corrupção 12, 31, 50

## D

democracia 14, 22, 26, 38, 39, 55, 87  
democrática 13, 30, 37, 39, 55, 57, 83, 117  
desafios sociais 90  
desconfiança social 16  
desenvolvimento 7, 12, 15, 17, 18, 21, 26, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 40, 43, 45, 51, 52, 54, 55, 58, 62, 63, 64, 66, 73, 76, 79, 81, 82, 87, 88, 91, 102, 109  
direitos 12, 17, 21, 22, 23, 24, 28, 30, 31, 32, 37, 40, 42, 47, 48, 76, 84, 86, 92  
diversidade 54, 56, 59, 60, 78, 86, 93, 106, 107  
docente 11, 12, 13, 39, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 62, 64, 72, 75, 77, 81, 83, 89, 91, 107, 108, 109, 115, 116  
docentes 12, 13, 53, 55, 56, 60, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 102, 106, 107, 108, 114  
documentais 73  
documentos 12, 14, 16, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 36, 45, 63, 70, 96, 102, 106, 107, 108

## E

educação 13, 17, 18, 19, 20, 22, 26, 28, 29, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 47, 49, 50, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 67, 69, 76, 78, 79, 83,



86, 87, 89, 92, 94, 95, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113  
educacional 12, 13, 14, 18, 20, 34, 36, 37, 38, 39, 46, 52, 54, 60, 62, 66, 67, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 87, 91, 106  
educadores 11, 37, 39, 54, 55, 76, 79, 85, 87, 105, 116  
elite intelectual 34  
engajamento social 29  
ensino 20, 22, 23, 27, 34, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 62, 63, 67, 71, 76, 77, 78, 81, 87, 89, 91, 94, 95, 96, 98, 101, 104, 106, 112, 114, 124  
escola pública 11, 13, 34, 39, 55, 69  
escolar 13, 14, 22, 27, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 47, 48, 49, 54, 58, 66, 68, 87, 90, 91, 93, 94, 96, 97, 100, 108, 109, 113  
escolas 11, 12, 13, 18, 19, 23, 28, 29, 45, 46, 53, 61, 63, 64, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 76, 80, 81, 85, 92, 93, 94, 95, 97, 100, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 113, 123  
escolas públicas 11, 12, 13, 45, 46, 63, 64, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 101, 104, 110  
especialização 12, 78, 79, 80, 106  
estratégias 13, 17, 20, 25, 26, 29, 67, 109, 114  
estratégias educativas 29  
estratégico 20  
etnográfica 70, 71, 100, 106

## F

feedback 104  
ferramenta 17, 64, 79, 110  
ferramentas 22, 98  
finanças públicas 91  
fiscalização 12, 18, 19, 26, 27, 31, 90, 92, 114  
formação inicial 12, 52, 53, 54, 56, 62, 67, 69, 80, 81, 84, 86, 87, 88, 99, 106, 116  
fundamentação teórica 14, 62

# G

gastos públicos 32

gestão 22, 24, 26, 31, 32, 39, 41, 44, 51, 55, 67, 68, 73, 88, 92

gestores 11, 49, 85, 103, 104, 105, 111, 118

# I

igualdade 22, 30, 54

impacto direto 89

impostos 12, 16, 17, 21, 23, 26, 31, 40, 43, 61, 84, 85, 88, 91, 93, 113

inclusão 41, 42, 54, 81, 85, 86, 87, 88, 96, 97, 100, 107, 109, 113

inovação 58

institucionalização 16

instituições públicas 31, 32, 41

instrução 35, 56, 103

instrumento 15, 20, 26, 27, 31, 48, 55, 87, 102

instrumentos 68, 82

inteligência artificial 60, 61

interdisciplinar 58, 87, 91

intradisciplinar 58

investigação 11, 13, 15, 64, 67, 68, 102

isolamento social 61

# J

justiça 21, 30

# L

laica 34, 39, 55



legislação 18, 19, 36, 44, 51, 62, 69

legislação fiscal 18

leis 16, 29, 62, 112

liberdade 30, 32, 34, 37, 38

líderes 15, 16

logísticos 28

longevidade 18

## M

método 63, 64, 65, 70, 73, 76, 81, 115

mosquito da dengue 84

## N

nobreza 16

normas fiscais 18

normativo 36

## O

obras públicas 23

orçamento doméstico 102

## P

pandemia 18, 61

patrimônio 12, 21, 26, 28, 32, 40, 46, 84

pedagógica 17, 37, 52, 54, 55, 57, 62, 80, 90, 95, 98, 104

pedagógicas 11, 12, 13, 25, 38, 56, 67, 71, 72, 73, 75, 77, 79, 95, 96, 97, 98, 107, 109, 114

pedagógico 13, 37, 54, 55, 57, 75, 95, 107, 117  
pedagógicos 36, 75, 79, 91, 92, 93, 97, 99, 108, 109  
planejamento 31, 66, 68, 77, 101, 103, 104  
pluralismo político 30, 33  
poder político 16  
políticas 11, 17, 18, 21, 22, 23, 26, 31, 34, 40, 41, 43, 51, 54, 56, 67, 83, 84, 89, 90, 92, 93, 95, 104, 116  
política tributária 51  
pós-doutorado 79, 80, 106  
prática docente 11, 13, 89, 116  
prática educativa 55, 98, 114  
práticas educacionais 67, 79, 85, 95, 97, 103  
práticas escolares 92  
práticas pedagógicas 11, 12, 13, 56, 67, 71, 72, 73, 75, 77, 79, 97, 98, 107, 109  
prática teórica 63  
preconceitos 30  
princípios 13, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 41, 69  
princípios democráticos 32  
privilégios 16, 34  
processo 7, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 26, 27, 31, 35, 36, 37, 38, 52, 54, 55, 56, 59, 61, 63, 68, 78, 82, 87  
professores 6, 11, 23, 36, 38, 45, 46, 49, 50, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 62, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 87, 88, 89, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 103, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 118  
programa 6, 19, 20, 23, 24, 43, 44, 45, 51, 55, 87, 110  
projetos educacionais 46, 92  
promoção da saúde 46  
protagonismo 38, 49, 50, 62  
públicas 6  
público 12, 19, 20, 22, 26, 28, 32, 33, 39, 40, 44, 46, 50, 59, 61, 84, 95, 102

# R

recursos estatais 12

recursos humanos 20

recursos públicos 11, 12, 13, 17, 18, 22, 24, 26, 27, 41, 46, 52, 76, 87, 89, 90, 114

rede pública 12, 94

reflexão 6

# S

sala de aula 12, 45, 53, 54, 55, 81, 91, 93, 108, 115, 124

saneamento básico 26

serviços 16, 21

sistematização 65

sistema tributário 12, 18, 19, 21, 22, 26, 27, 42

soberania 30, 33

sociedade 20, 21, 22, 23, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 56, 59, 62, 76, 83, 85, 89, 92, 98, 103, 106, 114, 116, 117

socioeconômica 23

socioeconômico 17

sonegação fiscal 19, 50

sustentabilidade 29, 43

# T

técnica 6

tecnologia 39, 56, 62, 82, 86

tecnologias 54, 61

tecnológico 45, 52, 82

transformação cultural 76

tributação 16, 17, 20, 43, 50, 116

tributárias 15, 16, 27, 41, 51

tributo 15

tributos 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 40, 44, 46, 98

## U

unidades escolares 71

universidade pública 39

## V

valores democráticos 38

valorização profissional 52, 54

vida social 37, 42, 56

violência 16, 84

violentas 16

voluntária 15, 69



# A EDUCAÇÃO FISCAL COMO TEMA TRANSVERSAL

- CIDADANIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL
- TRIBUTOS (IMPOSTOS, TAXAS, CONTRIBUIÇÕES)
- DIREITOS E DEVERES DO CIDADÃO
- TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL
- DESTINAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

ESTADO

SOCIEDADE



**AYA EDITORA**  
**2026**